

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LUCAS PEREIRA ARRUDA

**A atuação político-cultural de Ariano Suassuna: o movimento armorial
e o nacional-popular no contexto da ditadura militar**

MARINGÁ

2021

LUCAS PEREIRA ARRUDA

**A atuação político-cultural de Ariano Suassuna: o movimento armorial
e o nacional-popular no contexto da ditadura militar**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Eide Sandra Azevedo Abreu

MARINGÁ

2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

A779a	<p>Arruda, Lucas Pereira</p> <p>A atuação político-cultural de Ariano Suassuna : o movimento armorial e o nacional popular no contexto da ditadura militar / Lucas Pereira Arruda. -- Maringá, PR, 2021. 103 f.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Eide Sandra Azevedo Abreu. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2021.</p> <p>1. Suassuna, Ariano, 1927- 2014. 2. Ditadura Militar. 3. Movimento Armorial. 4. Ditadura Militar. I. Abreu, Eide Sandra Azevedo, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.</p> <p>CDD 23.ed. 306.4</p>
-------	--

LUCAS PEREIRA ARRUDA


A atuação político-cultural de Ariano Suassuna: o movimento armorial e o nacional-popular no contexto da ditadura militar

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:


COMISSÃO JULGADORA



Profª. Drª. Eide Sandra Azevedo Abreu
Universidade Estadual de Maringá – UEM
Presidente



Profª. Drª. Simone Pereira da Costa Dourado
Universidade Estadual de Maringá – UEM



Profª. Drª. Elisângela da Silva Santos
Universidade Federal de Jataí – UFJ

Aprovada em 25 de agosto de 2021

Realizada por videoconferência conforme Resolução nº 026/2020 – PGC

Agradecimentos

A meus familiares que me apoiaram e estiveram comigo nos momentos mais difíceis.

A orientadora Eide Sandra Azevedo de Abreu que sempre prestou orientação quando necessário e contribuiu enormemente para o enriquecimento da dissertação.

As professoras Simone Dourado e Elisângela da Silva Santos pelos valiosos comentários durante a qualificação, que foram essenciais para a finalização do trabalho.

Aos amigos mais próximos pela cumplicidade, apoio e incentivo.

A atuação político-cultural de Ariano Suassuna: o movimento armorial e o nacional-popular no contexto da ditadura militar

RESUMO

O presente trabalho investiga inicialmente a atuação político-cultural de Ariano Suassuna por meio do Movimento Armorial, no contexto da ditadura militar. Analisamos as ideias que embasaram o movimento, bem como tentamos compreender seu projeto-político cultural, que almejava fortalecer a nação brasileira por meio da recriação erudita da cultura popular. Também estudamos a participação de Suassuna no Conselho Federal de Cultura, entre 1970 e 1973, para considerar em que medida ele defendeu ou combateu às práticas do regime militar, e examinamos seu posicionamento político durante os debates sobre a redemocratização.

Palavras-chave: Ariano Suassuna, Movimento Armorial, Ditadura Militar.

ABSTRACT

The present work initially investigates the political-cultural performance of Ariano Suassuna through the Armorial Movement, in the context of the military dictatorship. We analyze the ideas that supported the movement, as well as trying to understand its cultural political project, which aimed to strengthen the Brazilian nation through the erudite recreation of popular culture. We also study Suassuna's participation in the Federal Council of Culture between 1970 and 1973 to consider the extent to which he defended or fought against the practices of the military regime, and we examined his political position during debates on redemocratization.

Keywords: Ariano Suassuna, Movimento Armorial, Ditadura Militar.

Sumário

Introdução	3
Capítulo 1. O Movimento Armorial e a “Nação Castanha Brasileira”: a idealização político-cultural de Ariano Suassuna.....	6
1.1. O movimento Armorial e a recriação da cultura popular pela erudita para a construção da arte genuinamente brasileira	6
1.2. Fontes intelectuais: A Escola de Recife e o Movimento Regionalista	13
1.3. A formação da “Nação Castanha Brasileira” e a união dos povos do “terceiro-mundo” contra a cultura massificada do “primeiro-mundo”	20
Capítulo 2. A atuação de Suassuna no Conselho Federal de Cultura e a relação entre a sua concepção de nacional-popular e o nacionalismo dos militares	35
2.1. Suassuna e o apoio ao golpe de 64	35
2.2. O Conselho Federal de Cultura: História, Concepções e Objetivos	42
2.3. Suassuna e a questão da censura no CFC	46
2.4. As divergências entre o nacional-popular de Suassuna e o nacionalismo do regime militar.....	48
2.5. Suassuna no CFC: o financiamento para o Movimento Armorial e para os programas culturais nordestinos.....	51
2.6. A Política Nacional de Cultura do regime militar (1975) e as concepções político-culturais de Suassuna	54
Capítulo 3. O posicionamento político de Suassuna no contexto da redemocratização: as críticas ao regime militar e o nacionalismo “terceiro-mundista”	59
3.1. As críticas ao regime militar e o processo de abertura democrática.....	59
3.2. Suassuna o nacionalismo religioso do aiatolá Khomeini.....	67
3.3. O nacionalismo de Suassuna contra a entrega das riquezas nacionais	79
Considerações finais.....	90
Referências	92

Introdução

Este trabalho tem por finalidade apresentar os resultados da pesquisa de mestrado cujo tema foi a atuação político-cultural de Ariano Vilar Suassuna (1927-2014) durante os anos 1970 e início dos 1980, no contexto do regime militar. No período o autor criou o Movimento Armorial, fez parte do Conselho Federal de Cultura (CFC), aceitou diversos cargos na administração pública, em instância municipal, estadual e federal, e debateu sobre a política do seu tempo por meio de artigos de opinião escritos semanalmente, entre 1977 e 1981, no jornal *Diário de Pernambuco*.

O movimento armorial teve como objetivo declarado criar uma arte erudita com base nas raízes populares da cultura nordestina. Os armoriais queriam fortalecer a cultura brasileira e combater a influência estrangeira no país, em especial a da cultura de massas norte-americana que, segundo Suassuna – líder do movimento –, estava descaracterizando a “identidade brasileira”. O movimento se ancorou em um discurso que relacionava essência nacional à cultura popular, especialmente a nordestina. O autor imaginou que quando a cultura nacional se recriasse a partir da cultura popular, o “povo castanho” brasileiro se tornaria culturalmente independente, fortalecendo a nação. Partindo dessa ideia, projetou que o Brasil poderia liderar um processo de unificação cultural entre os países do “terceiro-mundo”, para que estes tivessem força suficiente para combater a massificação cultural.

Na década de 1970, como sabemos, o Brasil passava por uma ditadura militar que perseguiu e prendeu diversos grupos políticos e artísticos. O armorial não foi um desses e contou com o financiamento do Conselho Federal de Cultura (CFC), órgão vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, de que o próprio Suassuna havia sido membro-fundador. A descoberta dessa última informação nos instigou a pesquisar a relação que Suassuna estabeleceu com o regime militar, que motivos e interesses estariam envolvidos em sua participação no Conselho. Suassuna declarou ter sido um apoiador do golpe de 1964, mas se decepcionou profundamente com o regime. Ele deixou o CFC em 1973, se tornou Secretário de Cultura de Recife em 1975 e iniciou sua crítica ao regime militar a partir de 1978, defendendo que a abertura política e a redemocratização trouxessem a questão do nacionalismo para o debate político.

O movimento armorial fica em suspensão a partir de 1981, quando Suassuna, em carta publicada no *Diário de Pernambuco*, retira-se da vida pública, afirmando que não escreveria, não daria mais entrevistas e não aceitaria nenhum cargo político. Sem seu

principal nome, o movimento perde força e os demais artistas seguem em suas respectivas carreiras. Vale ressaltar que Suassuna retorna em 1990, como um intelectual contrário à globalização cultural e econômica brasileira, e afirmando com ainda mais veemência a força e a beleza da cultura popular brasileira.

Tomamos como ponto de partida de nossas reflexões os textos de Suassuna apoiados nas indicações teórico-metodológicas de Renato Janine Ribeiro, presentes no artigo “A filosofia política na história”, publicado como apêndice da obra *Ao leitor sem medo* (1999). Nesse texto, Ribeiro expõe uma reflexão *a posteriori* sobre o procedimento adotado em seu doutorado. A partir do estudo do pensamento político do filósofo Thomas Hobbes, Ribeiro aconselha iniciar a pesquisa pelo exame do texto escrito e não do chamado “contexto”. Porque, diz ele, se partimos do contexto, tendemos a meramente enquadrar o posicionamento do autor como reflexo das ideias presentes no debate de sua época, criando uma relação de “causalidade linear”, onde o pesquisado não aparece como autor da sua própria ação, mas como mero coadjuvante do confronto de ideias do seu tempo. Assim, seriam as ideias que agiriam na história e não os seres humanos. (RIBEIRO, 1999, p.340).

Ribeiro (1999) também considera que é preciso “saber a quem o autor se dirige”, uma vez que o texto escrito possui a intenção de “produzir efeitos”. É preciso levar em consideração que o texto político possui uma “tensão de intervenção”. (RIBEIRO, 1999, p.341). O texto não é considerado apenas reprodutor de ideologias formuladas exteriormente, mas sim o meio pelo qual o escritor tenta interferir na realidade. (RIBEIRO, 1999, p.341).

Aqui consideraremos que o texto e a arte de Suassuna possuem significados políticos porque desejam produzir mudanças na realidade. Várias intenções são encontradas no decorrer dos textos e todas parecem fazer parte de um projeto mais abrangente: nacionalista e brasileiro, popular e erudito, mítico e científico, emocional e racional, latino-americano e mundial. O Brasil, como um país independente, deveria, segundo o autor, portar-se como tal, valorizando aquilo que teria de nacional.

Não pretendemos fazer uma análise partidária dos textos políticos de Suassuna e de parte da sua obra artística, em especial no Movimento Armorial. Também não os trataremos apenas como pura abstração do pensamento, nem só como expressão ideológica de uma classe ou como base de sustentação do regime militar, mas sim problematizaremos os significados político-culturais do movimento e as posições políticas de Suassuna, propondo uma reflexão que envolva as relações entre a arte do

autor e o debate político travado no tempo em que ela foi elaborada.

No primeiro capítulo trataremos as motivações artísticas e políticas por detrás da criação do Armorial, a relação entre a cultura popular e erudita para a criação da arte “verdadeiramente brasileira”, ponderamos as semelhanças e as diferenças do pensamento de Suassuna em relação aos de Gilberto Freyre e de Sylvio Romero, bem como detalhamos a interpretação do autor sobre a cultura brasileira, expressa através da ideia do “povo castanho”. Com relação às fontes usadas neste capítulo, concentramos nossas leituras nos textos que apresentam posições políticas e que expõem a interpretação de Suassuna sobre o Brasil. Como este foi o recorte, não foi possível analisar suas obras artísticas. Os textos estudados foram o libreto *O Movimento Armorial* (1974), sua tese de livre docência *A Onça Castanha e a Ilha Brasil* (1976) e a coletânea de artigos presentes no *Almanaque Armorial* (2008).

No capítulo dois expusemos quais foram os argumentos do autor para o fato de ter apoiado o golpe de 1964 e analisamos em que medida Suassuna endossou ou se opôs às práticas e às ideias do regime militar quando fez parte do Conselho Federal de Cultura, por meio do estudo dos artigos publicados nas duas revistas oficiais do Conselho, das atas e pareceres em que o nome de Suassuna aparece, dentro das mesmas revistas, de artigos de jornais e da Política Nacional de Cultura, promulgada pelos militares e redigida com base nas ideias dos intelectuais do CFC.

No capítulo terceiro, procuramos analisar o posicionamento político de Suassuna no contexto da redemocratização, através dos artigos de opinião publicados no jornal *O Diário de Pernambuco*, entre 1977 e 1981. Tentamos compreender quais foram os motivos que o levaram a deixar de apoiar os militares, e analisamos sua defesa nacionalista da cultura e das riquezas brasileiras contra as políticas liberais do regime militar.

Capítulo 1

O Movimento Armorial e a “Nação Castanha Brasileira”: a idealização político-cultural de Ariano Suassuna

1.1. O movimento Armorial e a recriação da cultura popular pela erudita para a construção da arte genuinamente brasileira

O movimento Armorial, como noticiou o jornal *Diário de Pernambuco* (1970), foi lançado publicamente em 18 de outubro de 1970, na Igreja de São Pedro dos Clérigos, às 21 horas, com o concerto *Três séculos de música nordestina — do Barroco ao Armorial*, e apresentou diversos tipos de arte: pintura, cerâmica, dança, escultura, tapeçaria, arquitetura, teatro, gravura, cinema, música e literatura. (SUASSUNA, 1970, p.32). A escolha da palavra “armorial” é explicada por Suassuna da seguinte forma:

Na língua portuguesa “armorial” é apenas substantivo. Passei a empregá-lo também como adjetivo, primeiro, porque é um belo nome. Depois, porque é ligado aos esmaltes de heráldica, [...] esculpido em pedra, com animais fabulosos, cercados por folhagens, sóis, luas e estrelas. [...] A heráldica é a arte dos selos, dos escudos, das bandeiras e das insígnias. (SUASSUNA, 1970, p.32).

A heráldica na Europa era, segundo o autor, de natureza aristocrática. No Brasil, contudo, era popular e estava presente “nos ferros de marcar bois, nos autos dos guerreiros do sertão”, nas bandeiras das cavalcadas, nos estandartes de maracatu, nas escolas de samba, nas camisetas e bandeiras dos times de futebol (SUASSUNA, 1970, p.32). Suassuna diz ter retirado o significado “nobre” da palavra e introduzido um significado menos europeu, mais brasileiro, com o intuito de valorizar o povo como o criador da estética nacional. O nome é o máximo que Suassuna explica sobre o movimento no dia da sua apresentação.

Os armoriais não publicaram um manifesto durante o lançamento, argumentando que na arte “a criação é mais importante do que a teoria” (SUASSUNA, 1974, p.6). Contudo, como não existe movimento sem um mínimo de base teórica, Suassuna a apresenta quatro anos depois no livro homônimo *O Movimento Armorial* (1974). Nele o autor afirma que seu objetivo era o de criar uma arte erudita nacional com base nas raízes populares da cultura brasileira (SUASSUNA, 1974, p.5). Suassuna projetou a arte armorial a partir das manifestações culturais presentes no sertão nordestino, cultura na qual o autor cresceu. Esta, além de criar belas expressões artísticas, significava algo bastante distinto da cultura europeia, diz o autor, fato que a tornava um vasto campo de

recriação para o artista nacional. Em artigo publicado no livro *Almanaque Armorial* (2008), Suassuna afirma que a cultura a que deseja se vincular é a

feita pelo povo, pelo "quarto estado"¹, identificado como os analfabetos ou semianalfabetos. É o conjunto dos espetáculos como o bumba-meu-boi, dos versos do romanceiro, dos contos orais, das xilogravuras das capas dos folhetos, das esculturas em barro queimado das talhas, dos ornamentos, das bandeiras e dos estandartes das cavalcadas - enfim, tudo aquilo que o povo cria para viver ou para se deleitar e que, tendo sido criado à margem da civilização europeia industrial, é, por isso mesmo, mais peculiar e singular. (SUASSUNA, 2008, p.156).

A cultura popular também é valorizada pelo autor por carregar, segundo ele, valores mais importantes para a vida do que os da cultura industrial europeia e americana. Esta é considerada pelo autor como individualista, iluminista e burguesa (SUASSUNA, 2008, p.59), enquanto aquela é interpretada como generosa, porque valorizaria o senso de comunidade e as belezas do cotidiano. Em entrevista ao jornalista Pedro Bial, Suassuna nos dá um exemplo. O autor diz ter visto em Tracunhaém, um dos municípios mais pobres do estado de Pernambuco, maracatus rurais que

são organizados pelos cortadores de cana. [...] É gente que passa 6 meses do ano desempregada. [...] É inacreditável como é que eles sobrevivem e criam beleza. Eles tiram aquele dinheiro que é fundamental para a própria sobrevivência para fazer uma coisa que é somente um momento de beleza na vida deles. Eu acho que um povo desse é de uma generosidade e de uma grandeza enorme. (SUASSUNA, 1997).

Com o propósito de recriar essas particularidades que definiriam o espírito nacional e formar a Arte Armorial Brasileira, os integrantes do movimento buscaram inspiração na cultura popular nordestina, em específico no romanceiro popular, de forma a fazer uma leitura erudita deste.

A Arte Armorial Brasileira é aquela que tem como traço comum principal a ligação com o espírito mágico dos "folhetos" do romanceiro popular do Nordeste (literatura de cordel), com a música de viola, rabeça, o pífano que acompanha seus "cantares", e com a xilogravura que ilustra suas capas, assim como o espírito e a forma das artes e espetáculos populares com esse mesmo romanceiro relacionados. (SUASSUNA, 1974, p.7).

¹ Em entrevista para a revista *Princípios* (2009), Suassuna diz que a terminologia "quarto estado" tem origem na Revolução Francesa. O esquema clássico de interpretação da revolução dizia que havia três classes sociais: nobreza, clero e povo. Mas dentro deste povo estava incluída a burguesia nascente – os grandes fabricantes de tecidos e os grandes comerciantes. Os burgueses, segundo sua interpretação, tomaram os privilégios concedidos à aristocracia, mas não os dividiram com o povo. Em suas palavras: "havia a nobreza, o clero, a burguesia e, além disso, o campesinato pobre e o nascente operariado das cidades." (SUASSUNA, 2009).

O “espírito mágico dos folhetos” é apresentado como uma metodologia que guia o artista armorial na sua criação porque, segundo o autor, o romancista possuiria a “liberdade poética de reinventar e recriar o mundo” (SUASSUNA, 2008, p.156), e nisso residiria sua grande autonomia criativa. Segundo os armoriais, os criadores dos folhetos se influenciavam por praticamente tudo, inclusive por elementos estrangeiros, mas faziam isto ao mesmo tempo em que conseguiam conservar suas raízes nacionais (SUASSUNA, 2008, p.159).

Esta assimilação de elementos diversos, sem desvinculação das raízes, havia se espalhado pelas manifestações culturais nordestinas e se tornado uma de suas características mais fundamentais. Suassuna exemplifica: “os cantadores procedem do mesmo jeito. Há, mesmo, uma palavra que, entre eles, indica o fato, o verbo versar, que significa colocar em verso a história em prosa de outro.” (SUASSUNA, 2008, p.176). Os cantadores não se preocupariam em ser os mais originais; ao contrário, olhariam ao seu redor, assimilariam de tudo e transformariam sua realidade em arte. A cultura popular ensinaria ao artista armorial sua raiz, para que ele, então, pudesse criar sua arte de acordo tanto com a sua vontade interior quanto com a conexão estabelecida com o entorno. Desta maneira, ele poderia assimilar outras manifestações culturais e ainda preservar as características originais da cultura brasileira.

Suassuna dizia utilizar esta lógica de criação artística mesmo antes do surgimento do movimento. O *Auto da Compadecida*, por exemplo, surgiu a partir do entrelaçamento de três folhetos populares (SUASSUNA, 2008, p.180). Anos depois, ele descobriu, a partir do professor Enrique Martínez López – Professor de Literatura Hispânica na Universidade da Califórnia - que

a história do testamento do cachorro que aparece no *Auto da Compadecida* é um conto popular de origem moura e passado, com os árabes, do norte da África para a Península ibérica, de onde emigrou para o Nordeste. [...] Quem diz brasileiro e nordestino, diz ibérico, mouro, negro, vermelho, judeu e mais uma porção de coisas que seria longo enumerar. (SUASSUNA, 1970, p.180).

No cordel teriam desaguado tradições que vieram pela oralidade, portanto, ao mergulhar nele, Suassuna acredita estar se banhando na cultura mediterrânea e moura. Assim, existiria uma origem muito antiga das representações nordestinas, que foram sendo repassadas entre judeus, árabes e outros povos do oriente médio durante a conquista muçulmana do norte da África e da Península Ibérica. Estas mesmas representações, combinadas às do cristianismo - também de origem semita - formaram a

base da cultura do povo português, que por sua vez colonizou o nordeste brasileiro. A cultura portuguesa - fundida à cosmogonia dos diferentes povos africanos que vieram para o Brasil por conta da escravidão, bem como à dos povos indígenas que viviam no Nordeste -, deu origem à cultura popular nordestina, que, segundo Suassuna, era muito mais “criativa e viva” que as suas referências originais, por ser a síntese desta mistura. (SUASSUNA, 1976).

O que o autor chama de “cultura popular” é a cultura ligada ao “quarto estado” e é caracterizada por ele como “aberta, criadora e humana” (SUASSUNA, 2008, p.159), mas também como “estranha e áspera” (SUASSUNA, 1976, p.174). Dizer isto da cultura popular pode não soar como um elogio, mas é justamente na valorização dos contrários que Suassuna deseja buscar a recriação da cultura nacional.

A união de contrários teria acontecido porque, de acordo com o autor, o Brasil foi fundado na época em que Portugal estava passando pelo período do barroco, sendo este o estilo da primeira cultura de caráter “erudito” a se estabelecer no Brasil. O autor afirma que ver uma cultura como erudita é característico de países em que ela se sobrepôs às demais. No Brasil, ele diz: “por exemplo, a cultura portuguesa dominou, a princípio, a cultura indígena e a negra. E, então, a cultura portuguesa ficou sendo considerada a erudita e a outra popular.” (SUASSUNA, 2009). Apesar de ter surgido primeiramente da imposição de uma cultura sobre as outras, durante o processo aconteceu uma mistura com incorporação de elementos das três, o que transformou a cultura brasileira em algo novo, com características próprias, superior as culturas que lhe deram origem.

Contudo, na visão do autor, correntes estrangeiras estavam entrando no Brasil e poderiam descaracterizar esta cultura rica e original, por isso o fortalecimento desta era de extrema importância, pois ela representaria a viga que sustenta a identidade brasileira. Conforme o autor:

Só o povo é que mantém, até os dias de hoje, essas características brasileiras que nós, atualmente, procuramos defender e recriar, contra a corrente 'europeizante' e 'cosmopolita', o que fazemos procurando ligar nosso trabalho de escritores e artistas criadores à arte, à literatura e aos espetáculos populares. (SUASSUNA, 1974. p.68).

O argumento de Suassuna é de que a “cultura erudita” brasileira precisa olhar para a “cultura popular” para se afirmar independente perante as demais nações, porque nessa luta, afirma Suassuna, “o problema da cultura é o primeiro e mais importante.” (SUASSUNA, 2008, p.222). Podemos ver este pensamento aplicado à pintura armorial

quando Suassuna apresenta a obra de Gilvan Samico. Este artista, de acordo com o autor, ligava suas técnicas eruditas de pintura aos trabalhos dos gravadores populares e, usando sua "extraordinária força criativa" e "imaginação meio obsessiva" por meio da arte, prestava um grande serviço ao Brasil, "cujo problema fundamental é o de sua afirmação, de sua independência, de sua soberania como país e nação, e como povo." (SUASSUNA, 2008, p.221). Suassuna, portanto, desejava recriar a cultura popular por meio do Armorial para reafirmar a soberania do povo por meio da arte nacional.

Além de fortalecer o Brasil, o autor também afirma que o Armorial estava se preocupando com a criação de uma arte, de uma literatura, de um pensamento brasileiro, que servisse, ao mesmo tempo, "de meio de expressão às nossas características e de ligação e identificação com o mundo em geral e com a América Latina em particular." (SUASSUNA, 1974, p.67). Ele considera que a cultura popular brasileira possui similaridades com a cultura popular latina, com a africana e com a dos demais países do chamado "terceiro mundo", e estas, pensadas em conjunto, formariam um tronco cultural maior ao qual o Armorial estaria se filiando. Quanto a esse parentesco, o autor diz:

Estamos conscientes ainda de que, sendo fiéis ao nordeste e ao Brasil, estamos sendo fiéis, também, à América Latina inteira, assim como à Etiópia ou à Índia, tão semelhantes a nós. E é por isso que, em todo o nosso trabalho, tanto insistimos nessas raízes e nesse parentesco. Fazemos isso não porque reneguemos o que o Brasil tem de europeu, ou, mais precisamente, de mediterrâneo e ibérico: mas sim porque estamos convencidos de que somente fortalecendo aquele tronco cultural acima referido é que qualquer coisa que nos venha de fora passa a ser, em vez de uma influência que nos esmaga ou nos massifica num cosmopolitismo achatador e monótono, uma incorporação que nos enriquece. (SUASSUNA, 1974. p.67).

O argumento de Suassuna afirma que, caso as culturas estrangeiras continuassem entrando no Brasil sem que a cultura brasileira estivesse fortalecida, ela seria facilmente descaracterizada e a soberania do país ficaria comprometida. O fortalecimento da cultura nacional, para o autor, é questão de sobrevivência e independência para Brasil. Contra as correntes culturais cosmopolitas que estavam esmagando e massificando a cultura nacional, o autor apresenta uma solução: recriar a cultura popular nordestina, porque esta conservava, em sua essência, as características brasileiras. Este ponto é central para se entender as intenções políticas de Suassuna dentro da arte Armorial.

Tomemos como exemplo sua apresentação da música armorial - que dará origem ao Quinteto Armorial, em 1974 -, para pensar como essa interpretação da cultura nacional foi aplicada na prática. Segundo Suassuna, foram os compositores armoriais

que revalorizaram o pífano, a viola sertaneja, a guitarra ibérica, a rabeca e o marimbau nordestino, bem como instrumentos hindus e árabes, presentes no Nordeste por conta da herança ibérica. (SUASSUNA, 1974).

Em 1952, eu tinha escrito um artigo onde eu chamava a atenção para o fato de que a música sertaneja, feita pelo povo, tinha uma marca muito presente da música árabe, a música indígena, e do canto gregoriano. E eu sonhava com uma música erudita brasileira que fosse baseada nessas músicas feitas pelo povo brasileiro. A música dos cantadores, dos tocadores de rabeca, dos tocadores de berimbau de lata, e esse sonho eu realizei através do Quinteto Armorial [...] (SUASSUNA, 2002).

A música armorial uniu elementos sertanejos, populares, ibéricos, indígenas, religiosos, bem como instrumentos medievais e árabes. Suassuna a imaginava forte e áspera, pois deveria misturar a sonoridade primitiva da música do sertão (esta já uma mistura entre música tribal indígena - de origem asiática - e música ibérica-árabe) ao canto gregoriano, de forma a ligar a música sertaneja à música renascentista pré-clássica dos motetos medievais. (SUASSUNA, 1974, p.57). Ao apresentar o Quinteto Armorial, o autor afirma que os compositores da banda estavam

convencidos de que a criação é muito mais importante do que a execução, [e por isso] preferiram a tarefa mais dura, mais ingrata, mais difícil e mais séria: a procura de uma composição nordestina renovadora, de uma música erudita brasileira de raízes populares, de um som brasileiro, criado para um conjunto de câmara, apto a tocar a música europeia, é claro - principalmente a ibérica mais antiga, tão importante para nós - mas principalmente apto a expressar o que a cultura brasileira tem de singular, de próprio e de não europeu. (SUASSUNA, 1974, p.59).

Ao comentar sobre o processo criativo da banda, o autor afirma que seu ponto de partida havia sido a "música primitiva" do Nordeste, fácil de ser encontrada no sertão, "pois ali a tradição é mais severamente conservada." (SUASSUNA, 1974, p.57). Desta maneira, a expressão musical dos povos do sertão do Nordeste, chamada de "sertaneja", se desenvolveu a partir dos ritmos que a tradição lhes deixou. Ainda segundo o autor, a música do sertão não havia sido influenciada por sons posteriores ao "período do pastoreio", e por isso continuava "como uma sobrevivência arcaica coletiva que o povo mantém heroicamente." (SUASSUNA, 1974, p.57). Mas Suassuna não a valorizava por ser antiga, e sim porque ela era

resultado da fusão da música ibérica com as melodias primitivas dos indígenas, cujos descendentes mamelucos constituem a quase totalidade da população sertaneja. A essas duas influências junta-se a do canto gregoriano, introduzido pelos missionários durante a colonização e que se pode notar nos primeiros acordes das melodias

mais trágicas do Sertão. [...] As três influências referidas predisuseram a música sertaneja para o classicismo; e, como o homem do Sertão é, dentro dos limites de toda esquematização, interiorizado e severo, o resultado foi a beleza clássica dos ‘romances’, a pureza da forma e a profundidade das criações depuradas pela tradição. (SUASSUNA, 1974, p.57).

Portanto, a valorização da cultura popular nordestina – neste caso a música do sertão - acontece porque ela é entendida como a síntese da miscigenação cultural entre brancos, negros e indígenas, e é este traço mestiço que Suassuna entende como a principal característica da cultura brasileira. Valorizar e, conseqüentemente, recriar estas manifestações populares de um ponto de vista erudito, significaria reforçar a miscigenação como elemento característico da cultura nacional.

A defesa da ideia de que o povo mestiço nordestino fosse o guardião da identidade brasileira perpassa toda a obra do autor: o povo possuiria uma “essência” ou um “espírito” que deveria servir de base para a cultura nacional. Este ponto é importante para se entender as intenções políticas de Suassuna, pois a valorização da cultura popular parte da ideia de que ela, por ser fruto da miscigenação das três raças que se “encontraram” no Brasil, é a que melhor representava os valores da nação, pois o choque entre esses grupos havia criado uma cultura extremamente rica, inovadora e harmoniosa.

A cultura popular, por ser limitada ao povo que a cria e a mantém, não teria projeção suficiente para fortalecer a cultura nacional. Contudo, se recriada por artistas eruditos, poderia alcançar um número maior de pessoas e com isso fortalecer a miscigenação como característica brasileira. Dentro do discurso armorial, valorizá-la significava manter a “identidade” da nação brasileira no embate cultural contra as outras nações, reforçando-se a ideia de que o elemento mestiço forneceria as melhores inspirações para o artista erudito.

O modo de Suassuna conceber a relação entre cultura popular e erudita nos remete às reflexões de Bakhtin na obra *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento* (1987). Bakhtin destaca o sucesso de Rabelais para sublinhar a identificação de sua obra com o espírito da cultura popular:

Rabelais recolheu sabedoria na corrente popular dos antigos dialetos, dos refrões, dos provérbios, das farsas dos estudantes, na boca dos simples e dos loucos. E através desses delírios aparecerem com toda grandeza o gênio do século e sua força profética. (BAKHTIN, 1987, p.1).

Encontramos em Suassuna um procedimento similar ao que em Rabelais é apontado por Bakhtin. Este autor traz como exemplo figuras da literatura renascentista, como Cervantes, Rabelais, Bocaccio e Shakespeare, entre outros, que também se inspiravam em elementos da cultura popular para construir suas obras eruditas. O contexto social em meio ao qual se deu a produção desta literatura é explicado por Bakhtin (1987) como um período de transição - resultante da desagregação do feudalismo medieval - que ao longo de cinquenta ou sessenta anos proporcionou uma instabilidade social que favoreceu a assimilação de elementos da cultura popular pela alta literatura. Ainda segundo Bakhtin, algumas das obras produzidas nessa época deram importante contribuição para a formação das línguas nacionais e, posteriormente, dos mitos fundadores do discurso nacional-popular. Portanto, a valorização da cultura popular como elemento característico da nação possui relação direta com a formação dos modernos estados nacionais.

É possível ver uma relação entre a forma de elaboração dessas obras, e as ideias de Suassuna, sobre como deve ser produzida uma obra de arte, ou seja, recorrendo a conteúdos populares e recriando-os em uma estética erudita que sirva de suporte à construção de uma arte genuinamente nacional.

1.2. Fontes intelectuais: A Escola de Recife e o Movimento Regionalista

O fortalecimento da cultura nacional é uma preocupação antiga do autor. Ao verificar textos escritos antes do lançamento oficial do movimento, como o artigo *Teatro, Região e Tradição*, de 1962, podemos ver com mais clareza algumas ideias políticas que estruturaram o movimento. Neste texto, Suassuna afirmou que foi Gilberto Freyre, através de uma conferência chamada *Uma Cultura Ameaçada, a Luso-Brasileira*, quem lhe abriu os olhos, ainda na adolescência, quanto à necessidade de preservar a cultura brasileira contra as “culturas imperialistas” que buscavam dominar o Brasil.

Dentro de suas culturas [...] é que os povos verdadeiramente se defendem daqueles imperialismos animados do ideal de reduzir os homens por eles considerados física e culturalmente inferiores – por serem diferentes na cor, na forma do nariz, nos valores de cultura – a seus vassalos, a seus lacaios, a seus servos. [...] Daí o fato de, conscientemente ou não, já estarmos há muito tempo em guerra, os brasileiros, contra imperialismos dessa ordem – não um só, mas vários; e na defesa de valores de cultura essenciais à nossa vida. (FREYRE apud SUASSUNA, 2008, p.57).

Adotando uma postura de resistência a partir da leitura da conferência de Freyre, o autor diz ser tradicional frente à modernidade e por isso deseja reafirmar uma cultura nacional forte, que valorize suas características próprias para que os costumes e as tradições nacionais não se esvaziem dentro de uma organização global marcada pelo imperialismo cultural. O autor, para enfatizar seu posicionamento, diz que essa preocupação já aparecia durante a sua infância:

[Eu], nascido de família protestante, estava sendo educado em colégio protestante por educadores americanos. A guerra trouxera multidões de americanos ao nordeste. Com eles, ideias, estilos de vida, maneiras americanas. E eu sentia em tudo isso uma ameaça maior do que o nazismo, que pelo menos estava mais longe e contra a qual estávamos em guerra, isto é, em oposição declarada. (SUASSUNA, 2008, p.55).

“Uma ameaça maior do que o nazismo”, é assim que Suassuna se refere às “ideias, estilos de vida e maneiras americanas”. Voltada para o lucro, a indústria cultural nivelaria a arte pelo gosto médio, e isto “é a pior coisa que pode acontecer”. (SUASSUNA, 2012). O pensamento de Suassuna demonstra intensa preocupação com relação à indústria cultural massificada, porque esta estaria homogeneizando as diferentes culturas do mundo, transformando tudo em mercadoria, inclusive os bens culturais e simbólicos.

Um exemplo dessa lógica de produção artística voltada apenas para a venda nos é dado quando Suassuna, durante sua aula-espetáculo no Tribunal Superior do Trabalho (TST) em 2012, cita um trecho da letra da banda Calypso, porque esta, de acordo com o autor, utilizava os métodos de produção da indústria cultural: “Se você quiser me conquistar você tem que suar, se você quiser me conquistar tem que balançar, se quiser me conquistar tem que rebolar.” (SUASSUNA, 2012). Um trecho simples com métricas repetitivas estavam sendo consideradas como “preferência nacional” por um jornal paulista, não identificado pelo autor. Suassuna repete as palavras do artigo: “A Calypso é a verdade do povo brasileiro. O Ximbinha é um guitarrista genial. Ao mesmo tempo que são musicalmente interessantes, eles têm uma coisa super brega que é a cara do Brasil.” (SUASSUNA, 2012). Neste último ponto, o autor diz ter ficado pessoalmente insultado. Suassuna não valoriza a cultura popular por ser simples ou brega, mas sim porque encontra nela beleza, riqueza, diversidade e valor moral superior aos da indústria cultura massificada.

Uma caricatura da valorização do que é internacional e o desprezo pelo que é nacional nos é dada por Suassuna através de uma história também contada em sua Aula-Espectáculo no TST. O autor diz que foi convidado para um jantar com pessoas da elite

econômica quando foi empossado na Academia Brasileira de Letras. No jantar, uma mulher pertencente às classes altas lhe perguntou: “Você naturalmente já foi à Disney, não é?” (SUASSUNA, 2012). Ele, então, respondeu que nunca havia saído do Brasil. Decepcionada, a mulher decidiu puxar outro assunto: disse-lhe que estava preocupada com a educação dos seus filhos porque “os professores hoje em dia não têm nível suficiente para falar com eles.” (SUASSUNA, 2012). Mas não era o nível intelectual dos professores que a afligia, pondera o autor, e sim o econômico, porque um dos professores de seu filho havia demonstrado desconhecer marcas caras de vinho em uma conversa. É contra esse tipo de pensamento simples e consumista, diz Suassuna, que ele se volta: “o que está por trás disto é uma quantidade de ideias frívolas, uma visão superficial do mundo e do ser humano, que é uma coisa perigosa.” (SUASSUNA, 2012).

O autor diz ter percebido um caminho para lutar contra essa possível dominação da cultura de massas quando leu a conferência de Gilberto Freyre sobre as ameaças que sofreria a cultura “lusobrasileira”. Este autor afirmou que, para combater as culturas estrangeiras e imperialistas, o artista brasileiro deveria valorizar a cultura nacional.

Em suma: com essa conferência, Gilberto Freyre despertava minha atenção para a língua, cujos clássicos comecei a procurar [...]; para os valores tradicionais, através das velhas casas e igrejas, com suas pinturas e, suas cerâmicas, suas palavras e sua arquitetura; para um estilo de vida; para possibilidade de um caminho na minha arte; e, o que é mais importante, para a fé católica. (SUASSUNA, 2008, p.58).

O autor afirma que o “Regionalismo Tradicionalista”, desencadeado e liderado por Gilberto Freyre, foi decisivo na sua formação intelectual, por ter sido ele o primeiro a chamar a atenção para o fato de que os nordestinos “significavam algo enquanto povo”, e porque seus escritos deram “dignidade a uma cultura, a uma maneira de vida e a uma arte até então desprezadas e colocadas de lado.” (SUASSUNA, 2008, p.44-45).

O movimento teve início com o lançamento do Manifesto Regionalista, em 1926, quando intelectuais e artistas nordestinos se ergueram em defesa das tradições e da cultura popular para se contraporem ao predomínio econômico de São Paulo e também à repercussão das ideias da Semana da Arte Moderna de 1922, que havia pregado a expulsão do “espírito bragantino” do Brasil, em referência àqueles que ainda defendiam os valores tradicionais portugueses na sociedade brasileira. (ANDRADE, 1976, p.6).

Suassuna dizia não concorda em nada com as ideias do movimento modernista. Nas suas palavras: “como ele [Freyre], antipatizo terrivelmente com o movimento

modernista. [...] Eu detesto aquilo que se chama de ‘arte de vanguarda’. Não dá dois anos, a arte de vanguarda vira retaguarda.” Esta aversão aos ideais “modernos” o levava a procurar as raízes, por isso havia se voltado para os “tesouros da tradição mediterrânea”² escondidos nas manifestações populares nordestinas. (SUASSUNA, 2008, p.55). E foi através da mistura entre cultura ibérica barroca e a cultura popular nordestina que Suassuna encontrou um meio de realizar suas ambições estéticas, artísticas e políticas.

No manifesto, Freyre afirma que o regionalismo nordestino era o único caminho possível para a consolidação da unidade nacional, e enfatiza que considera Pernambuco, pela sua tradição, o condutor deste processo.

Talvez não haja região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições ilustres e em nitidez de caráter. [...] Como se explicaria, então, que nós, filhos de região tão criadora, é que fossemos agora abandonar as fontes ou as raízes de valores e tradições de que o Brasil inteiro se orgulha ou de que se vem beneficiando como de valores basicamente nacionais? [...] [O Nordeste produziu] uma doce aristocracia de maneiras e gostos, de modos de viver e sentir, tornada possível pela produção e exportação de um mascavo tão internacionalmente famoso. [...] O Nordeste tem o direito de considerar-se uma região que grandemente contribuiu para dar à cultura ou à civilização brasileira autenticidade e originalidade e não apenas doçura ou tempero. Com Duarte Coelho madrugaram na Nova Lusitânia valores europeus, asiáticos, africanos que só depois se estenderam a outras regiões. (FREYRE, 1996. p.3).

A recuperação da figura de Duarte Coelho - primeiro capitão-donatário da Capitania de Pernambuco e fundador da cidade de Olinda - projeta a ideia de que a região nordestina seria a que mais contribuiu para dar “autenticidade e originalidade ao Brasil”, já que ela era a mais antiga área de ocupação portuguesa, fato que transformava a cultura pernambucana na portadora da mais longínqua tradição cultural existente no país. (D’ANDREA, 1987, p.118). O resgate das tradições e dos valores nordestinos aparece fortemente na cozinha regional, pois Freyre diz que as três influências melhor se equilibraram na culinária nordestina. Mas este autor não considera esse equilíbrio harmônico como algo absoluto, já estabelecido na cultura, mas como uma coisa que se formaria de maneira mais ou menos sólida, melhor acontecendo na culinária, já que esta conciliou comida portuguesa, negra e indígena.

² O autor diz ter descoberto a possibilidade de “atingir o tom eterno da tradição” quando fez parte do movimento do Teatro do Estudante de Pernambuco, fundado por Hermílio Borba Filho, pois fora este quem lhe mostrou “a semelhança entre a Espanha e o Nordeste, a tradição ibérica e mediterrânea” (SUASSUNA, 2008, p.54) através das obras teatrais de Garcia Lorca.

Onde parece que essas três influências melhor se equilibraram ou harmonizaram foi na cozinha do Nordeste agrário, onde não há nem excesso português, como na capital do Brasil, nem excesso africano, como na Bahia, nem quase exclusividade ameríndia, como no extremo Norte, porém o equilíbrio. [...] É claro que a dívida da cozinha brasileira, em geral, e do Nordeste agrário, em particular, às tradições de forno e de fogão de Portugal, é uma dívida imensa. Sem esse lastro, de toucinho e de paio, de grão-de bico e de couve, bem diversa seria a situação culinária do Brasil. Não haveria unidade nacional sob a variedade regional. (FREYRE, 1996, p.6).

Toda esta tradição regional mestiça, representada pela culinária - e que constituía a unidade nacional - estava em declínio ou, pelo menos, “em crise no Nordeste.” E uma “cozinha em crise”, segundo Freyre, significava “uma civilização inteira em perigo de descaracterizar-se.” Este autor reclama que

as novas gerações de moças já não sabem, entre nós, a não ser entre a gente mais modesta, fazer um doce ou guisado tradicional e regional. Já não têm gosto nem tempo para ler os velhos livros de receitas de família. Quando a verdade é que, depois dos livros de missas, são os livros de receitas de doces e de guisados os que devem receber das mulheres leitura mais atenta. O senso de devoção e de obrigação devem completar-se nas mulheres do Brasil, tornando-as boas cristãs, e, ao mesmo tempo, boas quituteiras, para assim criarem melhor os filhos e concorrerem para a felicidade nacional. Não há povo feliz quando às suas mulheres falta a arte culinária. É uma falta quase tão grave como a da fé religiosa. (FREYRE, 1996, p.8).

Ainda de acordo com Freyre, o abandono das tradições estava fazendo com que fosse raro ver “um Pedro Faranhos Ferreira, fiel em sua velha *casa de engenho* [..], raro um Gerônimo Dias de Arruda Falcão que dirija ele próprio de sua cadeira de balanço de patriarca antigo o preparo dos quitutes mais finos para a mesa imensa da *casa-grande*. (FREYRE, 1996, p.8). Segundo D'Andrea, a defesa dos “valores tradicionais da sociedade nordestina” e do modelo de sociedade patriarcal no manifesto ocorrera porque Freyre via nestas tradições a garantia da permanência da harmonia social e a manutenção dos privilégios da elite rural nordestina, classe da qual ele fazia parte. (D'ANDREA, 1987, p.115).

Freyre também defende que a relação “harmônica” entre as elites e o povo não pode ser perdida, porque ele vislumbra a possibilidade do seu desaparecimento e coloca esforço no sentido de ela não acabar, pois a miscigenação constante havia diminuído a distância entre as classes. Portanto, o contato entre a elite rural e o povo, segundo suas palavras,

não deveria ser perdido em nenhuma atividade de cultura regional. E dessas atividades não deve ser excluída nunca a arte do quitute, do doce, do bolo que, no Nordeste, é um equilíbrio de tradições africanas

e indígenas com europeias; de sobrevivências portuguesas com a arte das negras de tabuleiro e das pretas e pardas do fogareiro. Por conseguinte, brasileiríssima. Pois o Brasil é isto: combinação, fusão, mistura. (FREYRE, 1996, p.10).

No final do Manifesto, Freyre afirma que os grandes intelectuais nordestinos - Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, José de Alencar, Capistrano de Abreu, Augusto dos Anjos - haviam aprendido muito quando tiveram contato “quando meninos de engenho [...] com a gente do povo, com as tradições populares, com a plebe regional”, pois “quem se aproxima do povo desce a raízes e a fontes de vida, de cultura e de arte regionais. Quem se chega ao povo está entre mestres e se torna aprendiz”. (FREYRE, 1996, p.10).

Tanto Freyre quanto Suassuna afirmam que a cultura nacional estava sendo ameaçada, mas Freyre argumenta que isto estaria acontecendo pela falta de vontade das novas gerações de mulheres que não se interessariam mais pela culinária nordestina, enquanto Suassuna afirma que a cultura brasileira estava sendo distorcida pelo imperialismo cultural dos meios de comunicação de massa. Apesar de Suassuna considerar Freyre uma grande fonte para a construção das suas ideias, a defesa dos valores patriarcais não aparece em seus escritos. Além disso, Suassuna considera os folhetos, as músicas, as danças, as pinturas como as manifestações culturais nordestinas que melhores representam o equilíbrio entre os três povos que se miscigenaram no Brasil, enquanto Freyre coloca esta mesma questão na culinária do nordeste.

Além de indicar a inspiração em Gilberto Freyre, no livro *O Movimento Armorial* (1974) Suassuna explica que o movimento foi criado como uma continuação das ideias da Escola de Recife. O autor considera esse movimento como o “mais importante surgido no campo da cultura brasileira” (SUASSUNA, 2008, p.58), tanto que projetou o início do Armorial para 1970, ano que marcava o aniversário de um século do início da escola de que os armoriais se identificavam “como seguidores, discípulos e continuadores.” (SUASSUNA, 1980k, p.11).

Os principais membros desse movimento intelectual foram Tobias Barreto de Menezes, Sylvio Romero, Clóvis Beviláqua, Capistrano de Abreu, Falcão Araripe Júnior, dentre outros. Sem considerar o racismo presente em Romero, Suassuna afirma que foi ele quem primeiro valorizou o romanceiro, os contos populares e a mestiçagem

cultural e psicológica do brasileiro, qualquer que fosse sua cor, num entendimento avançadíssimo que mostrava, antes de todo mundo, que a mestiçagem, criando entre nós o ideal de beleza do tipo moreno, era um fator, não de depreciação, mas até de valorização estética da gente

brasileira, que, por isso, deveria se sentir orgulhosamente mestiça, altivamente mestiça. (SUASSUNA, 1980k, p.11).

No Brasil, segundo Renato Ortiz, a Escola de Recife foi a responsável pela disseminação da ideia de que a mestiçagem deveria ser valorizada, bem como pela conceituação de que a nacionalidade brasileira deveria ser formada a partir da cultura popular. (ORTIZ, 1985, p.38). Este movimento surgiu no exato momento em que a principal atividade econômica da região, o açúcar, começou a perder espaço para o café como o produto de exportação do país. Foi também neste período que o movimento abolicionista ganhou força, o que fez com que o negro fosse integrado aos discursos sobre a nacionalidade. E é neste contexto que o “mito das três raças” surge como a ideia na qual esses três povos - o branco, o negro e o indígena -, “se fundiram nos laboratórios das selvas tropicais, fazendo o papel de um mito de origem que conta as origens do povo brasileiro.” (ORTIZ, 1985, p.38).

Era crença comum entre os membros da Escola de Recife a ideia de que a miscigenação teria sido essencial para a constituição da identidade nacional, pois havia “fortificado o sangue branco para viver nos trópicos”. (ORTIZ, 1985, p.17). De acordo com Romero, intelectual ligado à Escola de Recife, o mestiço era um tipo racial diferente, adaptado aos problemas da natureza brasileira.

Das três raças que constituíram a atual população brasileira, a que um rastro mais profundo deixou foi por certo a branca, segue-se a negra e depois a indígena. A medida, porém, que a ação direta das duas últimas tende a diminuir, com o internamento do selvagem e a extinção do tráfico de negros, a influência europeia tende a crescer, com a imigração e pela tendência natural de prevalecer o mais forte e hábil. O mestiço é a condição desta vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habitá-los aos rigores do clima. É uma forma de transição necessária e útil que caminha para aproximar-se do tipo superior. (ROMERO, 2002, p.15).

O branco, considerado mais forte e hábil pelo autor, saíria fortificado na mistura. O mestiço era um "tipo novo, que, se não eclipsava o europeu, ofuscava as duas raças “inferiores” (ROMERO, 2002, p.15), diz o autor. Como podemos ver, aqui, como na citação acima, há uma clara afirmação da positividade de um enfraquecimento das “raças inferiores”. Romero vê positividade porque o branco, visto como superior, prevalece sobre as raças tidas como inferiores, ofuscadas na mistura. Já Suassuna vê positividade na miscigenação porque ela havia criado um tipo novo, superior aos povos que lhe deram origem, sem desmerecer ou menosprezar os negros e indígenas, pois ambos eram tão importantes quanto o europeu no processo de miscigenação.

Romero também foi um dos primeiros a defender a ideia de associar a mestiçagem com democracia (ORTIZ, 1985, p.21). Em suas palavras: "o Brasil é um país totalmente democrático. [...] Ora, os dois maiores fatores de igualização entre os homens são a democracia e o mestiçamento. E estas condições não nos faltam em grau algum, temo-as de sobra." (ROMERO, 2001, p.72). Portanto, o mestiço representava a garantia de que o Brasil estava destinado à igualdade, uma vez que as desigualdades sociais tenderiam a ser eliminadas pelo cruzamento. Nesse sentido, a miscigenação era vista como importante porque na nova civilização que surgia a condição de exclusão que era legada socialmente aos negros e indígenas sumiria e a democracia, junto dela, levaria à paridade. Assim, ao invés de condenar a miscigenação racial, esse autor via nela a futura viabilidade nacional. (ORTIZ, 1985, p.21).

Como vimos acima, apesar de Suassuna muito valorizar Romero, diferenças fundamentais são encontradas entre os discursos do autor da Escola de Recife e os seus. O autor se aproxima de Romero na questão da formação de um novo povo com coloração e características próprias, e projeta a sua existência no povo "castanho", mas não afirma que a miscigenação faria as desigualdades sociais desaparecerem. Comunga com Romero na valorização da mestiçagem, considerando-a um dos passos necessários para que o Brasil terminasse seu processo de consolidação nacional em torno da cultura popular e resolvesse seus problemas sociais internos. Mas em sua concepção a miscigenação tem um sentido cultural e não racial, descartando a noção de superioridade do branco e valorizando o negro e o indígena como tão importantes para a cultura brasileira quanto o branco.

O autor também se assemelhou ao Manifesto Regionalista ao ser contrário aos valores modernistas e ao apresentar uma defesa da cultura nordestina, por ter sido nela que melhor se estabilizaram e equilibraram os elementos mestiços, mas não defendeu os valores patriarcais, dirigindo sua crítica enfática ao imperialismo cultural dos meios de comunicação de massa e não à falta de interesse das mulheres em dar continuidade às tradições culinárias do Nordeste. Portanto, Suassuna se aproximou dessas duas correntes intelectuais e reintroduziu algumas de suas ideias no debate político-cultural brasileiro, reelaborando-as, dentro de outro contexto histórico e social, marcado pela ditadura militar e pelo predomínio econômico paulista.

1.3. A formação da "Nação Castanha Brasileira" e a união dos povos do "terceiro-mundo" contra a cultura massificada do "primeiro-mundo"

Suassuna defendeu a valorização da cultura popular durante toda sua vida, mas não era um popular: era um professor universitário e artista erudito que se ligava àquilo que ele considerava como as “raízes populares da cultura brasileira” para criar sua arte. No discurso de posse para a Academia Brasileira de Letras afirmou que sua linhagem vinha do “[...] patriarcado rural derrotado pela burguesia urbana em 1889, 1930 e 1964 [...]” (SUASSUNA, 2008, p.231). Ou seja, Suassuna não era apenas um seguidor das ideias de Freyre e da Escola de Recife, mas também parte da mesma classe social de que estes intelectuais faziam parte: as oligarquias rurais nordestinas.

Mas mesmo pertencendo às oligarquias e sendo um romancista mundialmente conhecido, estava na cerimônia acima usando um traje comum, feito por uma costureira popular, porque, disse o autor: “acredito na importância das roupagens para a liturgia, como creio no sentido dos rituais.” (SUASSUNA, 2008, p.231). Suassuna desejava que as pessoas percebessem que a sua maneira de se vestir indicava que: “como escritor pertencente a um país pobre e a uma sociedade injusta, estava convocado a serviço. Pode até ser que o País objete que não me convocou” (SUASSUNA, 2008, p.231), mas isto não lhe importava. Ele dizia defender a cultura brasileira para evidenciar que seu pensamento estava em consonância com “aquilo que Machado de Assis chamava de Brasil real, que [...] é aquele que habita as favelas urbanas e os arraiais do campo” (SUASSUNA, 2008, p.231), de acordo, portanto, com a realidade do povo mais pobre do país.

A valorização da cultura popular brasileira nos é mais bem apresentada em sua tese de livre-docência em Cultura Brasileira, intitulada *A Onça Castanha e a Ilha Brasil* (1976). Nela o autor afirma que vai demonstrar as “características essenciais” da cultura brasileira a partir do estudo de diversas obras artísticas e literárias. Logo de início vemos novamente a fusão de algumas ideias da Escola de Recife e do Movimento Regionalista fundidas, quando o autor retoma a ideia de que a cultura brasileira se formou através da miscigenação das três raças que povoaram o Brasil. O resultado dessa mistura deu origem a um novo povo, o “castanho”, porque foi no território brasileiro que “indígenas”, “ibéricos” e “negros” se misturaram em uma única população. Essas premissas o fizeram concluir que a cultura produzida por este novo contingente populacional era a “verdadeira expressão da cultura popular brasileira”, por ser uma cultura inédita, fruto de um povo completamente novo; e seria nas manifestações nordestinas que estariam melhor conservados os traços dessa nova cultura.

Do ponto de vista histórico, Suassuna (2008) interpretou a formação da cultura

brasileira da seguinte maneira: quando os portugueses iniciaram o processo de colonização do Brasil, o estilo artístico predominante no país europeu era o barroco. Este, já seria uma mistura entre cultura popular e erudita, mas quando transportado para o Brasil, foi interpretado como um movimento cultural homogêneo e erudito. Aqui Suassuna retoma e desenvolve ideias já expostas antes.

Suassuna define o barroco como “um estilo de vida, uma visão do mundo e uma cultura que se caracteriza pela união dialética de contrários, de elementos clássicos e românticos.” (SUASSUNA, 1976, p.7). As obras de viés “clássico” são descritas pelo autor como aquelas que possuem “estrutura, harmonia, medida, luminosa racionalidade, proporção, clareza e clareza, domínio da forma sobre o assunto.” (SUASSUNA, 1976, p.74). O barroco representaria uma síntese dos elementos clássicos e românticos porque, segundo o autor: “destruiu e queimou no seu impulso o otimismo do clássico e preparou o pessimismo romântico, embebido de amor pelo caos e pelo satanismo do culto da melancolia e da morte. É, portanto, um estilo contraditório e totalizante.” (SUASSUNA, 1976, p.7). Suassuna considera a estética barroca como a mais impura, “a mais completa, rica e fecunda das visões de mundo, dos estilos de arte e vida.” (SUASSUNA, 1976, p.7).

Imediatamente após a chegada dos portugueses, ele diz, o povo começou “a recriar e reinterpretar o barroco ibérico de um modo brasileiro, tosco, mestiço [...]” (SUASSUNA, 2008, p.154). O barroco ibérico foi misturado de forma criativa pelo povo com formas específicas da “cultura negra e africana”, o que deu origem à base da cultura brasileira. O barroco, de acordo com o autor, sintetizou otimismo e pessimismo, assim como a cultura popular sintetizou beleza e estranheza. Por conta desta intensa mistura, os povos “castanhos” haviam fundido muitos elementos distintos e se caracterizariam, eles próprios, por combinação de princípios opostos. Segundo Suassuna, seriam: “noturnos e solares, apolíneos e dionisíacos, mais dançarinos e musicais do que reflexivos, mais da plástica sensual e da pulsação do ritmo estético do que da abstração” (SUASSUNA, 1976, p.1). Além disso, teriam um modo próprio de expressar seu pensamento: “mais estético e ético do que lógico e metafísico.” (SUASSUNA, 1976, p.11). Aqui o autor sinaliza uma inclinação dos “castanhos” para características menos racionais e, ao falar de uma combinação de opostos, assinala uma tendência para os aspectos mais corporais, como a dança e a beleza plástica.

Além da coloração própria exposta no nome escolhido por Suassuna para designá-lo – influência das ideias de Romero – a característica principal do “povo

castanho” seria “a união de contrários [com] tendência para assimilar e fundir contrastes numa síntese nova e castanha que dá unidade a uma complementaridade de opostos.” (SUASSUNA, 1976, p.4). Neste ponto, Suassuna inspira-se provavelmente na tese do “equilíbrio de antagonismos” de Gilberto Freyre, que afirma que os portugueses tiveram predisposição para a miscigenação, porque tinham enraizada na sua constituição a herança da invasão dos mouros à Península Ibérica: “a dominação moura, mais o contato com a África e a Índia, criaram no português um caráter impreciso, cheio de contrastes.” (FREYRE, 2006, p.67). De acordo com Freyre, a característica portuguesa, conciliadora de contrastes, estava presente na cultura brasileira e tinha sido a responsável pela harmonização das três culturas que se misturaram no Brasil. E foi desta maneira, ele diz, que surgiram as principais características brasileiras, como a miscigenação, a tolerância moral e a mobilidade social.

Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido [...] um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. [...] É verdade que agindo sempre, entre tantos antagonismos contundentes, amortecendo-lhes o choque ou harmonizando-os, condições de confraternização e de mobilidade social peculiares ao Brasil: a miscigenação, a dispersão da herança, a fácil e frequente mudança de profissão e de residência, o fácil e frequente acesso a cargos e a elevadas posições políticas e sociais de mestiços e de filhos naturais, o cristianismo lírico à portuguesa, a tolerância moral, a hospitalidade aos estrangeiros, a intercomunicação entre as diferentes zonas do país. (FREYRE, 2006, p.127).

Brito (2005), ao versar sobre a similaridade entre as concepções de Suassuna e de Freyre, diz que este afirmou que a “família patriarcal teria sido a grande responsável por essa unidade de contrários”, e como os conceitos de ambos eram parecidos, Suassuna também valorizava a cultura popular na estética armorial para “afirmar a permanência das estruturas patriarcais como um traço característico da nacionalidade brasileira” (BRITO, 2005, p. 103). Como vimos no tópico acima, Suassuna nunca defendeu valores patriarcais. O autor não cita diretamente a obra *Casa-Grande e Senzala*, mas muito provavelmente foi inspirado pela formulação de Freyre e partiu dela para sustentar que a miscigenação havia criado uma série de combinações de contrários que se manifestariam nas obras artísticas e intelectuais brasileiras, sendo essa seria a principal característica da cultura brasileira, sua “melhor qualidade, sua originalidade mais profunda” (SUASSUNA, 1976, p.11). A maior expressão dessa mistura, segundo Suassuna, conforme já vimos, era a cultura do sertão nordestino, por ela estar há alguns

séculos estabilizada e equilibrada no povo “castanho”, e não os valores da família patriarcal.

O “povo castanho” brasileiro seria o resultado final da mistura entre negros, indígenas e portugueses, mas outros povos já teriam surgido em outros lugares do mundo com essa mesma característica integradora das diferenças. Nas palavras do autor:

povos mais "brancos" do que "negros" [,] aspiram inconscientemente ao “castanho”, e foi por isso que partiram do sul da Europa em direção ao norte da África, ao Egito, às Índias e à América Latina. Por sua vez, os povos mais "negros" do que "brancos" [...] procuram também se clarear até o castanho pela atração irresistível da mestiçagem. No Brasil, também, sente-se que o povo [...] aspira ao castanho como seu ideal de raça e de cultura. (SUASSUNA, 1976, p.13).

A questão da miscigenação no Brasil é considerada pelo autor como parte de um processo de “acastanhamento” que já havia ocorrido em outros tempos e lugares do mundo. A cultura ibérica, segundo ele, só conseguiu criar obras universais, como *Dom Quixote*, depois de “acastanhada” por conta da mistura com os mouros do norte da África. Esta mesma ideia aparece na análise da cultura inglesa, que só deu origem a um grande nome como Shakespeare, após se expandir como um Império. Esse mesmo processo já ocorreria, segundo o autor, desde a expansão helênica, que deu nascimento a “uma epopeia marítima como *A Odisseia*, e outra terrestre como *A Ilíada* de Homero [...]” (SUASSUNA, 1976, p.8), até hoje obras clássicas da cultura ocidental.

Por meio de alguns expoentes da história dessa cultura, Homero, Shakespeare e Cervantes, Suassuna explica que parte das obras canônicas, consideradas do mais alto grau intelectual, foram feitas por pessoas que articulavam o “conhecimento reflexivo” da cultura erudita com a “imaginação criadora” das histórias e mitos populares. O modelo erudito de cultura de que Suassuna se aproximava e que desejava para o Brasil era esse, o da cultura criadora intelectualizada que se apropria e reconstrói a cultura de seu povo em uma grandiosa obra que toca naquilo que há de mais universal no ser humano.

Segundo Suassuna, um país que tinha encontrado sua identidade nacional por meio da recriação erudita da cultura popular havia sido a Rússia. De acordo com sua explicação, seria possível perceber esse elemento popular na literatura de Dostoiévski, que criou romances, “uma herança típica da cultura burguesa [...] [e] apesar disso [...] [em sua obra] pulsava o sangue do grande povo russo” (SUASSUNA, 2008, p.156).

Vale ainda insistir em que foi somente por ser a Rússia o país que é – uma vastidão complexa, dilacerada e continental, habitada por um povo cujo subterrâneo é religioso e messiânico – que Tolstói e Dostoiévski tiveram ambiente para escrever aquelas obras complexas e de vasta visão que têm os nomes de “Guerra e Paz”, “O Idiota”, “Os Demônios” e “Os Irmãos Karamazov”, obras cujo espírito e em cuja forma parecem se unir e fundir as visões apocalípticas da “Divina Comédia” e as gargalhadas também a um tempo desesperadas e apocalípticas de “Almas Mortas”. (SUASSUNA, 1976, p.8).

O autor também cita o compositor russo Igor Stravinsky, pois nele seria possível encontrar “a sobriedade e limpidez do clássico apolíneo, o equilíbrio e o despojamento unidos à garra mais forte e o ao gume mais popular do dionisíaco.” (SUASSUNA, 1976, p.75). Segundo Suassuna, o contraste existente entre o “apolíneo” e o “dionisíaco” está tanto na cultura russa quanto na brasileira. Apolo representaria as elites e a racionalidade, e Dionísio o povo e o orgíaco.

Na Grécia, o culto de Apolo era característico das camadas aristocráticas da população. O culto dionisíaco – vindo dos povos asiáticos – assenhorou-se das camadas populares, introduzindo na religião grega o fálico, acentuando o erótico de Afrodite até o priápico e o orgiático, e conduzindo ainda dentro de si um elemento de combate sempre usado como arma de desmoralização da ordem racional, da pompa cortesã e da compostura aristocrática [...] (SUASSUNA, 1976, p.74).

Dionísio (ou Baco), deus do vinho e da embriaguez, representaria o povo, o orgíaco e a irracionalidade. Segundo o filósofo inglês Bertrand Russell, na Grécia antiga, o culto ao Deus Dionísio era feito através de bebidas e danças porque representava a escolha de parte do povo grego em viver um estilo de vida menos racional e prudente, mais ligado à embriaguez física e espiritual, de forma a readquirir uma vivência maior com o sentimento, para melhor perceber as belezas do cotidiano. Russel (1957) diz que o ritual ao Deus Dionísio/Baco produzia o que se chamava de entusiasmo,

o que significa, etimologicamente, que o Deus penetrava no Adorador, o qual acreditava que ele e o Deus se tornavam um único ser. Muitas das maiores coisas produzidas pelo homem contêm certo elemento de embriaguez, um afastamento da prudência pela paixão. Sem o elemento báquico, a vida seria desinteressante; com ele, é perigosa. (RUSSEL, 1957, p.34).

Segundo Suassuna, este elemento dionisíaco estaria presente no inconsciente do povo brasileiro e seria um dos responsáveis por produzir aquela “que é o alicerce e o segredo vital das obras de arte”, assim como o “de todas as manifestações da cultura brasileira”: a ligação humana com a “embriaguez” causada pelo contato com o divino

(SUASSUNA, 1976, p.4). Parece-me que, ao afirmar a presença da noção dionisíaca de mundo na cultura brasileira, o autor está querendo defender que os “povos castanhos” ficam mais próximos de Deus ao se afastarem dos traços estritamente racionais da cultura. A Rússia já havia encontrado seu caminho e cabia aos intelectuais nacionais encontrar o brasileiro.

Os elementos contrários da cultura popular e da erudita que, segundo Suassuna, encontraram equilíbrio no “povo castanho”, seriam então fundamentais para a construção da nação brasileira, pois apresentariam um caminho para a união interna através da cultura. O autor afirma que seria através da simbiose entre as culturas existentes que o Brasil poderia criar grandes obras artísticas e desta maneira alcançar sua soberania nacional. Desta maneira, Suassuna afirma a sua ideia de valorização e recriação da cultura popular para o fortalecimento da arte nacional contra as culturas imperialistas, coisa que ele faz por meio do Movimento Armorial. Neste caso, sua interpretação sugere que o Estado-Nação irá se consolidar em torno daquilo que une a todos: o caráter mestiço e integrador da cultura popular.

O autor afirma que, esses elementos “contrários”, já enraizados na cultura brasileira, buscariam superar os contrastes que os produziram. (SUASSUNA, 1976, p.25). É como se Suassuna desejasse amenizar os elementos violentos da colonização dentro do seu próprio contexto histórico, e apresentasse uma memorização que, apesar de lembrar o conflito inicial, conduziria para considerar a relação de brancos, negros e indígenas ao longo da história como a constituição de um único e harmônico povo. É a partir desse tipo de espírito, que busca superar os contrastes, e segundo o qual encontraríamos os elementos negros, portugueses e indígenas já fundidos na cultura popular brasileira, e é por esse motivo que o Suassuna deseja recuperar as tradições culturais populares do Nordeste.

Neste ponto, Suassuna retoma Euclides da Cunha para afirmar o valor da cultura sertaneja para o futuro do Brasil. O autor *de Os Sertões* sustentou que a "rocha viva da raça brasileira é o sertanejo" (EUCLIDES DA CUNHA apud SUASSUNA, 1976, p.14). Este seria, para Suassuna, o tipo “castanho” mais estável, “por ter nele começado a se estabilizar, através do mameluco, o jagunço bronzeado, cruzando-se o tronco ibérico com algum contingente do sangue negro e com o sangue já pardo dos tapuias." (SUASSUNA, 1976, p.14). O povo sertanejo é, segundo o autor, a aspiração mais inconsciente, verdadeira e profunda do povo brasileiro." (SUASSUNA, 1976, p.14).

O arraial de Canudos, estudado por Euclides, é considerado por Suassuna como

o evento “mais importante da história do Brasil” (SUASSUNA, 2002), porque teria sido ele que teria unido o “povo castanho” do Nordeste que desejava viver uma vida comunitária, longe dos latifundiários e das cidades. Contudo, este sonho fora destruído pelas “forças das elites urbanas”, que sempre olhavam para o exterior e nunca para dentro do próprio país. Esse seria o grande mal das elites: ao não valorizarem a cultura popular, ou seja, aquilo que o país teria de próprio, apreciavam tudo o que vinha de fora, fato que havia criado no Brasil uma “discriminação social e política” contra o povo e sua cultura. Em Canudos, diz Suassuna, “a bandeira usada pelos seguidores de Antônio Conselheiro era a do Divino Espírito Santo - a bandeira do nosso povo, pobre, negro, índio e mestiço.” Povo que, segundo ele, havia sido esmagado e sufocado pelo Brasil oficial, dos brancos e poderosos. E esta violência contra as classes pobres continuava acontecendo em todos os lugares do Brasil, diariamente, incessantemente. Ele explica: “quando, numa grande cidade, a polícia invade uma favela ou destrói uma ‘invasão’, são outros tantos dos nossos inumeráveis ‘arraiais de Canudos’ pertencentes ao Brasil real que estão sendo destruídos e assolados pelo país oficial.” (SUASSUNA, 2008, p.275).

Para que a violência contra o povo cessasse, pondera o autor, seria preciso ampliar a visão da dominação interna para o plano mundial, de modo que as elites brasileiras percebam que “diante de países ricos e poderosos como os Estados Unidos ou a Rússia, o chamado Terceiro-Mundo é um imenso arraial de Canudos, pobre e injustiçado.” As elites, segundo Suassuna, poderiam contribuir para formação de uma grande e poderosa nação no Brasil, mas preferem lucrar com a entrega da economia brasileira para o capital internacional. (SUASSUNA, 2008, p.276). Como podemos ver, Suassuna desvia a atenção da violência que ele mesmo apontou nas relações internas para as relações do Brasil com os países mais poderosos. O problema da violência das “elites” sobre os pobres acaba sendo visto como submissão da nação ao capital estrangeiro.

E para não sermos hipócritas, ele complementa, além de ampliar essa percepção para o internacional, também seria preciso amplificá-la para as próprias práticas cotidianas. Em suas palavras:

tenhamos então a hombridade de reconhecer que, em casa, todos nós temos nossos “arraiais de Canudos” particulares – na cozinha, no jardim ou no lavador. Por isso, quando, na casa de qualquer um de nós, brasileiros brancos e privilegiados, um casal rico ou de classe média oprime e explora uma empregada doméstica negra e pobre, é o Brasil oficial que está humilhando o Brasil real e violentando a dignidade de seu direito. (SUASSUNA, 2008, p.276).

Por conta disso, continua o autor, a “justiça somente será verdadeira quando um dia vier a se anular essa terrível dilaceração de opostos. Ou seja, quando a justiça do país oficial, pela primeira vez em nossa atormentada história, se tornar expressão perfeita e acabada da justiça do Brasil real.” (SUASSUNA, 2008, p.276).

Aqui vemos com mais detalhes sua aspiração nacional-popular. É a extensão do ideário de Canudos – vida comunitária e simples entre iguais - que Suassuna sonhava como projeto de nação para o Brasil. Como o objetivo do movimento Armorial era o fortalecimento da cultura nacional - através da construção de uma cultura erudita forte que fosse expressão da miscigenação brasileira -, um dos processos necessários para a sua realização passava pela valorização da cultura popular, pois esta era a única expressão cultural no Brasil que ainda conservava a característica integradora das diversidades. Ou seja, a cultura popular havia se miscigenado de uma forma que havia harmonizado os elementos contrários das culturas que a formaram e, portanto, poderia contribuir para a formação de um país igualmente equilibrado, pacífico e comunitário.

O autor não considerava que o espírito “castanho”, que carregaria elementos opostos totalmente harmonizados, estivesse pronto e, como ainda estava em formação, deveria ser estimulado ao máximo pela via cultural. Como esses traços “castanhos” e “miscigenados” não haviam alcançado sua estabilização nos demais lugares do país, interpretou que o Brasil ainda precisava terminar seu processo de consolidação nacional. Levando isso em consideração, ele reimaginou a cultura nordestina, de forma a fazer com que ela fosse o elo de ligação da “futura nação castanha”, que iria se concretizar algum dia no Brasil.

Suassuna, então, cria o seu próprio mito nacional. Como disse Anderson (2008), todas as modernas nações nasceram e se alimentaram de mitos. Esse autor define nação como

uma comunidade política imaginada, [...] porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. (ANDERSON, 2008, p.32).

Para existir comunhão entre milhões de pessoas desconhecidas, em um país continental como o Brasil, a criação de um discurso que demonstrasse o que haveria de comum entre os brasileiros poderia contribuir para a consolidação e integração nacional.

O objetivo de contribuir para a criação da nação “castanha” explicita o forte

conteúdo político do projeto cultural do Suassuna. Em entrevista dada à Revista *Princípios*, ele afirma que dentro de um projeto nacional

a cultura tem um papel [...] muito importante, mas politicamente pouco eficiente. Diante da política, ela perde em eficácia, mas ganha em visão. Eu vou lhe dar um exemplo pessoal. Em 1971, publiquei um romance no qual, pela voz de Quaderna – um de meus personagens –, eu falava no sonho que alimentava de ver a unidade da América Latina, o sonho de ver uma imensa nação abarcando do México à Patagônia. E depois quem sabe se a África e a Ásia não viriam juntar-se a nós? Para mim esse é o destino do mundo: a união dos povos em uma enorme fraternidade. Mas atenção! Enquanto isso não vem a gente tem que partir primeiro para o fortalecimento da nação; segundo, para o do continente. Porque, se a gente for pelo caminho de largar o nacional na busca do internacional, o imperialismo nos engole em dois tempos. (SUASSUNA, 2009).

Sua militância político-cultural, portanto, não imagina apenas fortalecer o estado nacional brasileiro, mas também idealiza a união entre a América-Latina, a Ásia e a África. Esta ideia, segundo o autor, já havia sido apresentada em 1971, no *Romance da Pedra do Reino*, livro que inaugura a literatura do Armorial. Em 1974, vemos novamente esta idealização sendo divulgada dentro do Movimento. Ao apresentar a tapeçaria de Maria da Conceição Brennand Guerra, Suassuna afirma que a artista estava perfeitamente consciente da "unidade cultural de toda a América Latina e mais, do parentesco cultural que nos une à arte hindu, etíope, etc." (SUASSUNA, 1974, p.19). Na citação abaixo temos as palavras do Suassuna sobre a unidade latino-americana nos tapetes da artista.

Neste sentido podemos dizer que as onças, as cobras ou os animais alados e míticos de que Maria da Conceição Brennand Guerra povoa seus grandes tapetes, são ligados, ao mesmo tempo, a uma arte popular ainda viva e atuante no nordeste – como a xilogravura das capas dos folhetos – e, ao mesmo tempo, ao espírito e às formas da arte desses estranhos impérios latino-americanos que permanecem dentro de nosso sangue da mesma maneira como foram sepultados em nosso chão, para serem desencravados e ressuscitados a cada instante, não pelo trabalho frio dos arqueólogos, mas pela revisão criadora dos nossos escritores e artistas. É como se toda essa enigmática cultura latino-americana antiga fosse uma só: florescendo entre os Astecas e Incas, teria decaído noutros lugares; mas têm, todas, ao que parece, uma origem única. No século XX, nós, brasileiros, mexicanos, uruguaios, colombianos, peruanos, paraguaios, bolivianos etc. tivemos, de repente, a consciência de que esses reinos estranhos estavam fundamentalmente entranhados em nosso sangue, e as tapeçarias de Conceição Brennand Guerra, assim como as novelas latino-americanas, parecem sair desse chão, desse humus, dessa poderosa terra, ao mesmo tempo familiar e estranha que é a nossa e à qual somos fiéis, talvez mesmo sem o pressentir direito. (SUASSUNA, 1974, p.19).

A união dos povos latino-americanos, asiáticos e africanos seria possível ou apenas um devaneio messiânico? Como reunir povos tão distintos em uma única nação? A cultura, segundo o autor, seria o elemento mais importante para a realização deste imenso projeto, sendo então necessário que todos os povos “castanhos” do “terceiro-mundo” se fortalecessem nacional e culturalmente para que então pudessem se juntar numa única e grande nação “castanha,” que uniria e sintetizaria todos os contrários. Não sendo tal idealização suficiente, também desejava que um dia todo o mundo se tornasse apenas uma única nação. (RODA VIVA, 2002).

De forma a desenvolver a ideia da ligação entre os povos latino-americanos, asiáticos e africanos, Suassuna retoma um trecho bíblico em que se encontra o “mito da rainha do meio-dia”, o qual viria a reunir todos os “povos castanhos do terceiro-mundo”. Ele tem origem na passagem³ em que Jesus cita profeticamente a Rainha de Sabá. Esta personagem aparece pela primeira vez no Velho Testamento quando vai visitar o rei Salomão em busca de sua sabedoria. Segundo Suassuna, quando aparece pela segunda vez, nas palavras de Cristo, ela volta como elemento unificador de uma profecia.

No dia do juízo, os ninivitas se levantarão com esta raça e a condenarão, porque fizeram penitência à voz de Jonas. Ora, aqui está quem é mais do que Jonas. [...] A Rainha do meio-dia se levantará no dia do juízo com esta geração e a condenará, porque veio lá das extremidades da terra ouvir a sabedoria de Salomão [...] (SUASSUNA, 1976, p.20).

Suassuna retoma a “rainha do meio-dia” para simbolizar a unidade e a potência das raças escuras. Haveria uma correspondência entre o mito bíblico e a unidade e a atuação imaginada por Suassuna para os povos castanhos. Alegoricamente, ela é considerada como a rainha de todas as raças “escuras”, situadas ao sul ou em torno do Equador. A ela “é atribuída, pelo Cristo, uma missão apocalíptica de protesto e condenação messiânica.” (SUASSUNA, 1976, p.20). O autor, então, usa essa passagem bíblica para dar força simbólica para a sua ideia de que todos os povos “castanhos” do mundo um dia se levantariam. A profecia da “rainha do meio-dia” anunciaria a aliança dos povos “escuras do terceiro mundo”.

Os mitos, que desde a tradição iluminista e positivista foram apresentados como um sistema de crenças primitivas e irracionais que serviam para explicar os fenômenos naturais (FRAZER, 1983), são recuperados e destacados por Suassuna como

³ (Mateus 12: 42)

importante elemento de reflexão – tanto quanto os científicos -, porque ao olhar para os “mitos” estaríamos olhando para fenômenos produzidos pelo “espírito” e que poderiam elevar o pensamento humano mais próximo das “fronteiras do sagrado e do profano” (SUASSUNA, 1976, p.3).

Este tipo de explicação místico-religiosa, que relaciona um fato histórico a outro através de uma interpretação religiosa, foi conceituado por Erich Auerbach como “figura”. O conceito de “figura” sintetiza “algo real e histórico que anuncia alguma outra coisa que também é real e histórica.” (AUERBACH, 1997, p.27). O método de interpretação figural⁴ proposto por Auerbach difere da concepção moderna de desenvolvimento histórico. A visão moderna, segundo o autor, é profundamente influenciada pela noção de progresso, conforme a qual o tempo corre em direção horizontal, sempre para frente. Já a concepção figural vê e interpreta os fenômenos numa linha vertical, ligando fatos históricos muito diferentes, mas que se completariam e anunciariam algo que se realizará no futuro. (AUERBACH, 1997).

O conceito de “figura” nos ajuda a compreender o argumento central de Suassuna, porque o mito dos povos "morenos" e "castanhos" é criado, de acordo com o autor, com base em uma longa tradição literária. Ele argumenta que o embate entre os dois lados do espírito humano⁵ ocorre desde a *Iliada* de Homero, em que os troianos são apresentados como "generosos, corteses e cavalheirescos", enquanto os gregos aparecem como "agressores brutais de força pura". Tanto os gregos quanto os troianos são considerados “castanhos”, mas os gregos tendem mais para o “paterno, lógico e racional”, enquanto os troianos inclinam-se mais para o “materno, lunar, erótico e feminino”. (SUASSUNA, 1976). Depois, com a moderna formação da Europa, a linhagem troiana de vida e pensamento espraia-se pelo Sul e pelo mediterrâneo, enquanto os alemães, por exemplo, reivindicam a herança da linhagem grega. Dessa forma, a representação dos povos “castanhos” atravessaria a história verticalmente, passando por textos romanos, como a *Eneida* de Virgílio, desembocando na prosa de Camões, depois nos Sebastianistas, até chegar aos escritores do Brasil.

A representação figural é sempre espiritual, simbólica e transcendental. (AUERBACH, 1997). A “rainha do meio-dia”, neste caso, prefigura o “povo castanho”

⁴ O método figural foi criado por padres, durante a fase do cristianismo primitivo, para estudar textos históricos, literatura, etc. e representou um papel central na difusão do cristianismo como a nova religião dominante na Europa. (AUERBACH, 1997).

⁵ Os “dois lados do espírito” aparecem de várias formas na tese de Suassuna: “masculino e feminino”, “solar e lunar”, “apolíneo e dionisíaco”, “viril e erótico”, “agressivo e afetivo”, dentre outras. (SUASSUNA, 1976).

e este carrega o significado da profecia. A “razão solar masculina” - parte racional dos seres humanos – e o “enigmatismo lunar e feminino” – parte pura, sentimental e vibrante do espírito - seriam as características essenciais dos povos “castanhos” e representariam uma realização de tipos humanos encontrados nos textos canônicos da literatura clássica.

Uma pergunta que pode ser formulada é: por que, para o autor, os diferentes povos do chamado “terceiro mundo” deveriam se unir em torno do mito “rainha do meio-dia”, sendo que todos estes povos já estão dentro de estados nacionais muito diversos? Em sua entrevista ao *Roda Viva* (2002), Suassuna diz que os povos “castanhos” devem se unir em torno da arte popular para combater um mal maior: a cultura massificada da indústria cultural do primeiro mundo.

Tenho visto gravuras e até arte gráfica russa, feita pelo povo russo. [...] Sou um admirador da gravura chinesa, da pintura indiana, da escultura indiana. Eu acho que todos esses povos pertencentes à rainha do meio dia, têm uma identidade e uma diferença em relação a essa arte massificada que representa a arte do primeiro mundo. Então, eu acho que nós temos aliados no mundo inteiro. E acho que se nós nos unirmos, podemos enfrentar o monstro. (SUASSUNA, 2002).

Suassuna parece retomar o “mito da rainha do meio-dia” e o elemento dionisíaco porque ambos possuem um caráter religioso. Poderia ser através deles que os povos “castanhos” dispersos pelo mundo poderiam se unir e, ao se misturarem, criariam uma cultura híbrida e fortificada a ponto de combater a cultura de massas. Caso uma se harmonizasse com a outra, a “cultura castanha” levaria a religiosidade e o espírito para a cultura baseada na razão dos países do primeiro mundo, e ela própria se tornaria um pouco mais racional. O autor avança uma possibilidade de equilíbrio entre a “cultura castanha” e o “monstro” da “arte massificada”. Mesmo na relação com a cultura de massa, Suassuna vê a possibilidade de conciliação. (SUASSUNA, 2002).

Suassuna também cria uma ligação direta entre a profecia da “rainha do meio-dia” e o povo brasileiro através de outro mito, o de Dom Sebastião. Para explicar o mito sebastianista, recorro às palavras do próprio autor. Em entrevista ao programa *Roda Viva* (2002), ele expõe com detalhes a relação do mito da “rainha do meio-dia” com o sebastianista, ao qual associa também a profecia de Daniel:

Acho que ele [Dom Sebastião] é um símbolo. Ele deixou de ser uma figura somente ligada à história portuguesa, na minha visão, pra ser um mito humano e universal. Quer dizer, ele é um símbolo desse desejo que é tão humano do homem se alçar acima dele mesmo, quer dizer, de alcançar as fronteiras do sagrado e do divino. [...] Mas ao meu ver, quando ele empreendeu a viagem ao Marrocos, a empresa

estava certa, mas ele escolheu o lugar errado. Ele não tinha nada que atacar os mouros. Eu tenho uma visão de que isso que chamam o terceiro mundo, a América Latina, a África, a Ásia, eu reúno tudo isso, já na *Pedra do Reino*, embaixo de um mito, que é o da Rainha do Meio-Dia. [...] No meu entender, ela reúne todos esses povos escuros, magros e pobres do mundo. [...] Depois do nascimento de Dom Sebastião, [...] ele ficou sendo chamado "o desejado", porque era o Rei no qual a independência de Portugal ia se corporificar. Porque havia sempre aquele perigo da absorção de Portugal pela Espanha, [porque] Felipe II era tio dele, irmão da mãe. E aí [Dom Sebastião] morre e Felipe II se assenhoreia do trono português. [...] Então as esperanças do povo português passam a se reunir em torno da volta de Dom Sebastião. [Ele] iria ressuscitar e voltaria um dia num "manal", entre brumas, para restaurar a independência e a grandeza de Portugal. Então, ele começou a ser identificado com o misterioso "Rei encoberto" no qual o povo espanhol acreditava e que o povo português logo adotou. Então, alguns escritores e visionários, como o Padre Antônio Vieira, começaram a considerar Dom Sebastião como sendo o Rei encoberto, que voltaria para restaurar a independência e grandeza de Portugal. Ao mesmo tempo, todos esses Sebastianistas eram muito impressionados com a profecia do profeta Daniel. [...] Ele havia profetizado a existência de 4 impérios: [Babilônia, Pérsia, Grécia e Roma] na história. Então eles passaram a dizer que se Dom Sebastião ressuscitasse e se pusesse à frente do povo português, iriam instaurar o Quinto Império do qual falava o profeta Daniel, que era um Império de justiça e liberdade, igualitário e libertário, o que é uma aspiração de todos nós. [...] Na *Pedra do Reino*, a visão de Quaderna é que Portugal não tinha dimensão para realizar o Quinto Império, mas o Brasil tem. Então, eu sou um pouco Quinto Imperista à propósito do Brasil. Por mais que o Brasil atual esteja desmentindo tudo isso, eu levo muito em conta as palavras do grande pensador francês, o mais puro dos pensadores europeus do século XX, Jacques Maritain. E ele me disse uma vez que achava que o Brasil estava destinado a realizar na história o mais belo sonho que o homem já teve no campo político, que era realizar um regime onde pela primeira vez se efetivassem juntas a justiça e a liberdade. [...] O que eu espero para o Brasil é nada mais nada menos que esse sonho. (SUASSUNA, 2002).

Segundo a visão histórico-mítica de Suassuna, o Brasil seria o lugar onde surgiria o "povo castanho" mais estabilizado no mundo, e dessa forma este poderia criar uma sociedade de paz e justiça social para todos, realizando o Quinto Império dos sebastianistas. Uma vez estável, o brasileiro pararia de assimilar a cultura do primeiro mundo, porque ao entender e recriar suas origens, seria culturalmente independente. Dessa forma, poderia liderar um processo de integração cultural com os demais países "castanhos" contra a "cultura massificada do primeiro mundo", realizando a profecia da "rainha do meio-dia" (SUASSUNA, 1969, p.160) e criando a "nação castanha brasileira".

Anderson diz que "nem os nacionalistas mais messiânicos sonham com o dia em que todos os membros da espécie humana se unirão à sua nação" (ANDERSON, 2008,

p.33). Mas este é justamente o objetivo político-cultural declarado por Suassuna com o Movimento Armorial, pois a nação imaginada pelo autor pressupõe que todos os supostos contrastes do mundo sejam unidos e equilibrados para o surgimento da verdadeira cultura universal. Esta seria criada a partir da harmonização de elementos contrários da “cultura castanha” das nações do terceiro-mundo com a cultura massificada e racional dos países do primeiro-mundo. Este processo parece ser sua idealização mais ambiciosa, seu verdadeiro ideal de mundo. Soa como um ideal inspirado na visão religiosa do paraíso. Alinhado à sua visão católica da existência, o mundo finalmente seria como o reino dos céus.

Capítulo 2

A atuação de Suassuna no Conselho Federal de Cultura e a relação entre a sua concepção de nacional-popular e o nacionalismo dos militares

2.1. Suassuna e o apoio ao golpe de 64

O projeto nacional-popular do Movimento Armorial foi criado durante os anos 1970, período em que o Brasil vivia uma ditadura militar que perseguiu e prendeu diversos grupos políticos e artísticos. O Armorial não foi um desses e, por meio do Departamento de Extensão e Cultura da UFPE, conseguiu financiamento junto ao Conselho Federal de Cultura, órgão que, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, teve Suassuna como membro-fundador.

Ao aceitar o cargo de conselheiro, Suassuna dá elementos para pensar em sua adesão ao regime militar. (BRITO, 2005). Mas teria ele apoiado efetivamente o golpe ou buscado um caminho para dialogar com os militares, ao mesmo tempo em que conseguia financiamento para seus projetos? Sobre esse ponto, Newton Junior (2014) afirma que Suassuna, mesmo sendo membro do Conselho e dele tendo recebido apoio para o Movimento Armorial, ajudou conhecidos que estavam sendo perseguidos, como Paulo Freyre e Hiran Pereira.

Há críticos que procuram diminuir a importância do Movimento Armorial e [para isso] usam vários argumentos, sobretudo, o vínculo com a ditadura militar: [eles dizem] que foi um movimento oficial e coisas dessa natureza. Mas o que eu posso dizer é que os princípios que Suassuna lançou com o Armorial na época da ditadura, com certo apoio oficial, porque, de fato, ele tinha um cargo na universidade e o movimento surgiu dentro dela com o apoio do Conselho Federal de Cultura (CFC), são os mesmos princípios que ele defendeu até morrer. [...] Não é porque você não pegou em armas que você foi colaborador do regime. [...] Ariano foi do Conselho de Cultura? Foi. Rachel de Queiroz foi, João Guimarães Rosa também foi. Ele [Suassuna] foi convidado por Rachel de Queiroz e aceitou o cargo a conselho de Dom Helder. [O padre] disse vá, porque participando do conselho você [...] [pode] dar um depoimento para alguns dos nossos amigos que estão sendo perseguidos, esse depoimento [então] vai ter mais força. Há no arquivo de Ariano, cartas de Paulo Freyre agradecendo o que ele fez. Essas cartas estão nos arquivos que eu organizei. Paulo exilado no Chile agradecendo. - “Ariano, você era o único que quando eu era perseguido me apoiou, foi na minha casa, ajudou minha mulher, enquanto os amigos viravam as costas.” Ariano escondeu na casa dele Hiran Pereira, líder do PCB. [Hiran] ficou escondido na casa [dele] durante meses. Depois ele saiu da casa de Ariano e foi morto em São Paulo. (NEWTON JUNIOR, 2014).

Suassuna, então, protegeu amigos perseguidos pela ditadura e aceitou ir para o conselho porque lá poderia depor favoravelmente a eles, caso fosse necessário. Em entrevista publicada décadas mais tarde no jornal *Dicionário Amoroso de Recife* (2014), o autor narra sua ajuda a alguns comunistas:

Antes de 64 eu tinha uns “pegas” com os comunistas aqui na universidade. Mas era um “pega” cultural, de ideias. Eles pegando a estética pela economia e eu pegando a estética sem muita economia. Era mais ou menos isso. Então vem o golpe militar. Mas eu tinha amigos comunistas, um até bom ator, trabalhou numa peça minha, eu tinha a maior afeição. Então a minha casa virou abrigo para alguns desses amigos. A polícia não iria nunca procurar esses perigosos vermelhos em minha casa, não é? Eu já estava com um comunista escondido lá em casa, quando me aparece mais um, querendo se esconder. Então ficou o primeiro vermelho, por trás do segundo, a fazer sinal para que eu não aceitasse mais um comunista em minha casa... (SUASSUNA apud MOTA, 2014).

Em entrevista ao *Programa do Jô* (Rede Globo, 2000), Suassuna revelou outro fato ligado aos militares, quando fora defender pessoas ligadas ao Movimento de Cultura Popular do Recife. Ao comentar que sua aproximação junto ao general Antônio Carlos de Andrade Muricy havia sido feita através da arte, justifica dizendo que ele tinha a

fraqueza de gostar de música, e por aí a gente se tornou amigo dele. Quando meus amigos considerados na época subversivos começaram a ser perseguidos, eu fui lá falar com o general Muricy e ele me atendeu várias vezes. (SUASSUNA, 2000).

Por meio dessas duas falas posteriores ao período autoritário, vemos algumas das ações realizadas pelo autor para ajudar amigos próximos, usando a sua posição privilegiada como conselheiro para fazer apelos contrários à repressão praticada pelo regime e também para escondê-los. Contudo, tais posicionamentos só foram expostos pelo autor a partir de 2000, muito tempo depois da redemocratização.

O autor não se posicionou publicamente quando o golpe de 64 aconteceu, mas em 1977, ainda no período do regime militar, começou a publicar semanalmente artigos de opinião no jornal *Diário de Pernambuco* e, por meio deles, falou abertamente sobre o exército, os militares e o golpe, afirmando que havia ficado ao lado destes porque a própria esquerda havia iniciado o processo de radicalização nos anos anteriores:

A esquerda brasileira [...] precisa ser honesta, fazer um exame de consciência ou, pelo menos, um exercício de memória; para se recordar e confessar que foi ela a iniciar o processo de radicalização e as provocações liberticidas que, através de uma reação em cadeia, terminaram resultando em tudo aquilo que, agora, todos nós

desejamos ver extinto. [...] Foi a esquerda que, a partir da exaltação causada pela Revolução Cubana, começou, nos governos de Juscelino, Jânio e Jango, a pregação do processo revolucionário sangrento, com a apologia aberta dos fuzilamentos e dos paredões. [...] Exacerbando-se e usando da agitação, as forças armadas reagiram em 64 - e aí começaram as violências e a repressão, pois esses processos, uma vez desencadeados pelos radicais de um lado, abrem sempre caminho para uma resposta mais dura dos radicais do outro. A esquerda, acuada, reagiu de modo mais errado ainda através do terrorismo, que causou então a radicalização mais extremada da direita a partir de 1968. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1978a, p.9).

Segundo a visão do autor na época, teria sido, então, em resposta às “pregações revolucionárias sangrentas da esquerda” que os militares agiram em 64, fato que teria desencadeado uma série de acontecimentos violentos de ambos os lados. Suassuna possuía graves divergências com os comunistas, e como sua visão do mundo e do homem era religiosa, afastava-se deles por conta do marxismo, considerado por ele um pensamento estreito, dogmático e ateu.

A despeito de todos os meus erros, defeitos, pecados e omissões, a minha visão do mundo e do homem é religiosa, de modo que, por outra forma, pode-se dizer que aquilo que me afasta verdadeiramente dos comunistas é o sagrado nome de Deus – do Deus de Moisés, do Cristo, do Islã, de Gandhi e, de modo geral, de todos aqueles que nele acreditam, quaisquer que sejam suas confissões de denominação religiosa. [...] O marxismo ortodoxo, ateu e dogmático, com sua supervalorização exclusivista da atividade industrial e da automação, e com sua visão economicista do mundo e do homem é, nisso, um aliado do capitalismo; e ambos consideram o modo de vida citadino e urbano como estágio da vida por natureza superior ao camponês e agrário, este por eles encarado sempre como agente patriarcal do feudalismo e, portanto, como inevitável portador de um reacionarismo contrário ao espírito da revolução. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1977g, p.15).

Em artigo posterior, Suassuna critica severamente, sem citar nomes, alguns comunistas que o acusavam de estar espoliando a cultura dos artistas e poetas populares com o Movimento Armorial. Além de serem arrogantes e insuportáveis tais detratores, segundo o autor, nunca modificavam suas posições e sempre respondiam às graves questões do mundo com os mesmos chavões dogmáticos.

Os comunistas são incorrigíveis e insuportáveis – e a coisa mais difícil para uma pessoa é conviver com sua arrogância, seu dogmatismo cego e a tola convicção com que eles nos lançam à cara sempre os mesmos chavões, oferecendo-os como respostas corretas – para eles as únicas verdadeiramente argutas, honestas e inteligentes – a todas as perguntas do mundo. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1977j, p.15).

Ao comentar a sua proximidade com Paulo Freire, que seria comunista, Suassuna sustenta que ele não era marxista e expõe fatos que demonstram sua ajuda ao amigo quando ele foi perseguido pela ditadura, fato mencionado por Newton Junior (2014) no trecho citado no início deste capítulo. O autor afirma que era absolutamente contrário à colaboração do antigo governo com os comunistas e que o próprio Freire também tinha percebido que eles eram totalmente fanáticos.

Paulo Freire foi durante certo tempo, não marxista, mas sim favorável à colaboração com os marxistas, o que me levou a discordar dele, apesar de ter a imensa honra de ser seu amigo pessoal. Nas vésperas do movimento de 1964, ele me procurou em minha casa para me dizer que afinal chegara à conclusão de que eu estava certo, pois o fanatismo dos marxistas tornava impossível qualquer trabalho com eles. Isto mesmo eu testemunhei como testemunha em seu processo, do qual, graças a Deus, ele foi absolvido. E estou pronto a sustentar de novo se novamente esse grande brasileiro se achar em dificuldade para voltar a seu país e precisar do meu testemunho. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979t, p.13).

Suassuna diz que a colaboração da “esquerda” com os “comunistas” havia sido um dos motivos para ele apoiar o golpe militar. Por isso tinha criado boas expectativas quando os militares iniciaram o golpe contra João Goulart, pois eles afastariam aquele grupo do poder.

não sou e nunca fui, nem um radical, extremado em ódios e posições partidárias. A meu modo moderado, porém, mais de uma vez e publicamente, discordei da esquerda brasileira antes de 64, porque era, como sou, contrário à nossa colaboração com os comunistas. [...] Por isso, surgindo o movimento de 64, permaneci ante ele, em situação de expectativa. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1978e, p.9).

Sua expectativa era de que os militares, ao restabelecerem a ordem, comandassem o Brasil com um viés nacionalista, preservasse a cultura do país contra o “falso cosmopolitismo” da indústria cultural massificada norte-americana e construíssem um regime político que promovesse “integração das regiões mais pobres, desconcentração de renda, nivelamento menos injusto dos salários, fortalecimento do mercado interno [...]” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1978h, p.11). Segundo suas palavras:

No Brasil, a luta verdadeira a se travar não é aquela da esquerda contra a direita. [...] A meu ver, a luta na qual devemos todos empenhar-nos seria entre, de um lado, aqueles que querem fazer do Brasil uma espécie de entreposto comercial e industrial das grandes multinacionais - um entreposto semidesenvolvido e talvez até desenvolvido, mas degradado, descaracterizado, sem verdadeira soberania, sem personalidade, nivelado por baixo pelo padrão médio e

tristemente uniforme da concepção forjada pelo capitalismo. [...] Do outro lado, estariam aqueles que como nós, pretendem para o Brasil um projeto de verdadeira nação soberana, independente, peculiar, possuidora de um espírito e de valores próprios e singulares, espírito esse que seria originado de uma cultura de uma visão de mundo que fosse expressão real do nosso povo. [...] Aí é que surgiria, no Brasil, o verdadeiro papel das Forças Armadas. Estas, apoiadas numa indústria bélica realmente nacional, poderiam preencher o vazio estatal, garantir os empreendimentos verdadeiramente nacionais, apoiar a política brasileira e, desse modo, criar um ambiente para que o Brasil absorvesse no seu espírito os valores da indústria, do urbanismo e desenvolvimento econômico sem se deixar influenciar, corromper e esmagar por eles como está acontecendo agora. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1978j, p.11).

A independência econômica do Brasil, segundo o autor, poderia vir a ocorrer por meio da modernização das forças produtivas, desde que a cultura nacional se mantivesse preservada e não absorvesse os valores “frívolos e superficiais” da cultura de massas. Mesmo Suassuna sendo favorável a uma “vida mais poupada, modesta, sóbria [...] e honesta numa comunhão maior com as cabras e as pastagens da vida rural”, acreditava ser impossível reverter o processo de industrialização e urbanização do país. Ele diz: “a tecnologia e o trabalho intenso são, no mundo moderno, uma espécie de maldição inevitável, e a única maneira que temos de nos libertar da inferioridade e da dominação econômicas.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1977f, p.15). A questão não era barrar o processo de modernização da sociedade, mas sim fazê-lo de uma forma segura, mantendo a soberania, a independência e os valores próprios do país, principalmente os da cultura popular.

Essa modernização da sociedade sem que a perda de suas características também poderia ser viabilizada, de acordo com o autor, pela forma monárquica de governo⁶. Ao sustentar tal posição dentro do contexto de redemocratização, Suassuna sofreu críticas segundo as quais “ele desejava voltar o mundo para os tempos do feitor e da escravidão.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1977b, p.15). Contudo, ele afirma que existiam exemplos de monarquias, como a espanhola, que haviam feito processos de modernização mantendo as tradições nacionais. O rei da Espanha havia recentemente conduzido o país para uma monarquia parlamentar, depois de décadas da ditadura

⁶ Suassuna conta que sua influência monarquista vinha de um dos seus dois tios mais próximos. "Um era Manoel Dantas Villar e o outro era Joaquim Duarte Dantas. Manoel era anticlerical, muito irônico e espirituoso e foi ele quem me introduziu na leitura de Eça de Queiroz, Euclides da Cunha, Guerra Junqueiro." Só tinha o curso primário, mas possuía grande bagagem literária, influência de João Suassuna, pai do autor. "E Joaquim era o oposto. Era católico e monarquista. Uma figura curiosíssima que me introduziu em outras leituras. Ele lia pra mim a batalha de Alcácer Quibir, onde morreu Dom Sebastião. [...] Acho que veio daí a marca do Sebastianismo da minha obra. [...] Eu recebi influência dos dois, mas procurei ter de Joaquim a visão política e de Manoel a visão literária." (RODA VIVA, 2002).

franquista e, ao se adaptar aos novos tempos, manteve suas raízes e permaneceu nacionalista. Assim sendo, o Rei Dom João Carlos I realizava “sua utopia visionária”. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1977b, p,15). E

como um espelho, o rei espanhol mostrava para o mundo que a monarquia não tem nada de reacionária; que tem, pelo contrário, uma admirável capacidade de se adaptar sem se corromper e sem negar a si própria; e o que é mais importante para nós, aponta para o Brasil um caminho cujas raízes estão fincadas no chão subterrâneo da nossa história e do inconsciente coletivo do povo brasileiro, e que, portanto, poderia realizar e atualizar, num todo harmonioso e belo, nosso passado significativo, nosso presente dilacerado e nosso futuro solar, possível. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1977b, p,15).

A “descaracterização da cultura brasileira” poderia ser evitada por um regime político forte, que fosse expressão dos valores profundos do povo - existentes no “chão subterrâneo” do inconsciente coletivo - e que possuísse um projeto político nacional-popular. Seria por meio de um regime militar, na república, ou da adoção da forma monárquica de governo, que o autor via a possibilidade do Brasil se transformar sem perder suas características.

Suassuna ainda projetava na união dos exércitos o papel central na construção do “país latino-americano”. Em artigo publicado no *Diário de Pernambuco*, o autor diz ter exposto essa ideia por meio de um diálogo entre os personagens Arésio e Adalberto, do *Romance da Pedra do Reino*. No trecho em questão, transcrito para o artigo, Suassuna defende que:

a união da América Latina tem que se fazer através dos nossos exércitos, e para isso temos que forjar um pensamento novo, uma nova teoria do poder, original, resultante das nossas qualidades e defeitos, das nossas peculiaridades e singularidades. Mas vocês ficam papagueando as ideias que nos vem de fora. O liberalismo é uma delas. Vocês não veem que o liberalismo só interessa, aqui, aos que querem nos roubar? É por isso que, lá fora, de vez em quando, começam a sair ataques contra o que os galegos chamam de caudilhismo latino-americano, o militarismo latino-americano, os golpes latino-americanos, as ditaduras militares latino-americanas. Os galegos sabem, muito bem, que se aparecer um verdadeiro soldado, que reúne as qualidades do Caudilho e do Rei, nós levantaremos a cabeça. O Brasil primeiro, porque é maior: depois, toda a América Latina, e formarão um país de 200 milhões de habitantes. É isso o que eles não querem, e vem daí toda propaganda que fazem para nos impingir, de cima e por fora, o regime da Inglaterra vitoriana ou dos Estados puritanos, cruéis e avarentos. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1977c, p.13)

Durante a ditadura militar, Suassuna aparece defendendo a monarquia como forma de governo, porque acreditava que, “para os latinos em geral e os brasileiros em

particular, a monarquia, em princípio, é o regime que mais corresponde à psicologia do povo.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1977d, p.12). Ou seja, a monarquia brasileira poderia liderar um processo de unificação da América Latina e seria dotada de legitimidade política porque seria resultado das “peculiaridades e singularidades”, do “chão subterrâneo” da cultura brasileira.

Como podemos perceber, foi a partir da suposta percepção de como o povo brasileiro pensa e interpreta a realidade que o autor diz ter criado o sonho de um regime político “monárquico ou caudilhista” para o Brasil.

O século XX foi o século dos “grandes homens do poder”, de grandes “caudilhos”, como costume chamá-los, adotando uma terminologia nem sempre compreendida, mas que é expressão do inconsciente coletivo latino-americano e brasileiro. Não é que no Brasil não se dê importância para o pensamento - é que nosso povo aceita bem uma ideia quando ela é encarnada por um homem representativo. É a esses homens representativos que chamo de “caudilho.” João XXIII, Stalin, Hitler, Gandhi, Churchill, De Gaulle. (SUASSUNA, 1978c, p.13).

Contudo, segundo o autor, por mais que o povo brasileiro tivesse procurado a figura que unisse as características do “rei” e do “caudilho” em Dom Pedro I, Antônio Conselheiro, Padre Cícero, Getúlio Vargas, Luís Carlos Prestes, Plínio Salgado e Jânio Quadros, ainda não o havia encontrado (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1977e, p.13).

Apesar da defesa do exército em meio a uma ditadura militar, da valorização da monarquia, do caudilhismo e do nacionalismo, Suassuna diz que, ainda que não fosse marxista, era parte de uma “nova esquerda”, alinhada ao sonho dos socialistas “utópicos” e dos profetas da literatura russa.

Eu não sou um militante da velha esquerda e por isso dou importância bem maior a outros valores, muito mais fundamentais para o homem do que o valor econômico. Quanto a isso, eu me aproximo mais de uma nova esquerda que está surgindo e que se aproxima muito mais, por sua vez, daquilo que os profetas do socialismo, principalmente os anteriores a Marx, tinham a respeito de religião e de contra religião. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1977e, p.13).

Seria, então, a partir de uma monarquia ou de um regime militar personificado por um “caudilho”, entendido como homem do poder que encarna uma ideia, que o Brasil poderia se tornar um país socialista, cristão e nacionalista; este último conceito sendo concebido como “patriotismo em ato de defender-se” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1977i, p.13). Defender-se da “descaracterização cultural” promovida pela entrada do capitalismo norte-americano em solo brasileiro. Em suas palavras: "o motivo principal de eu, em princípio, dar meu apoio aos soldados é que, não tendo

partido, meu partido é o Brasil - e o único partido que eu vejo com organização e forças suficientes para comandar o nosso processo de emancipação é a Força Armada Brasileira.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1977h, p.13).

Podemos concluir, então, que Suassuna projetou nos militares a possibilidade de realização de seu projeto nacional-popular contra o liberalismo norte-americano e também contra a esquerda comunista e radical. Sua aposta era que o regime levaria o Brasil a se tornar uma nação forte e independente, cultural e economicamente. Assim, ficou em situação de expectativa por acreditar que as Forças Armadas comandariam um processo de modernização do estado brasileiro que preservasse a soberania e as tradições nacionais. Mas, mesmo tendo apoiado o regime, Suassuna não era um militar e a sua principal expectativa com relação ao futuro do Brasil poderia ser alcançada, acreditava ele, tanto pelas Forças Armadas quanto por uma monarquia. Como foram os militares que agiram em 1964 contra a radicalização da esquerda, o autor aceitou o cargo de conselheiro no CFC, fato que lhe possibilitou participar dos debates sobre os rumos da cultura no país, iniciar e conseguir financiamento para o Movimento Armorial e ajudar os amigos perseguidos pela ditadura.

2.2. O Conselho Federal de Cultura: História, Concepções e Objetivos

Criado por Castello Branco “com o objetivo de elaborar o Plano Nacional de Cultura e coordenar as atividades culturais do MEC” (MAIA, 2012, p.26), o Conselho Federal de Cultura foi pensado em 1966 conjuntamente com Josué Montello, então presidente da Academia Brasileira de Letras, como uma estratégia de reação às críticas feitas pela imprensa, que denunciavam a violência dos militares, e também de realce da importância da institucionalização do setor e do fomento estatal à cultura (MAIA, 2012, p.35). As críticas, segundo Montello, expunham que o regime praticava “terrorismo cultural” ao intervir nas universidades, ao invadir a sede da UNE, ao aposentar compulsoriamente professores universitários, além de perseguir escritores e artistas em geral. Logo após o golpe, várias leis e portarias foram promulgadas com o objetivo de controlar e extinguir atividades culturais consideradas subversivas, como a “Comissão de Cultura Popular, o Programa Nacional de Alfabetização e o Conselho Consultivo do Serviço Nacional do Teatro.” (ORTIZ, 1985, p.90).

Contudo, também nesse período, aconteceu um aumento significativo do consumo de literatura, música, cinema, jornais, além da consolidação dos grandes conglomerados de comunicação de massa, proporcionada pelo aumento das classes

médias urbanas e pelo investimento estatal e privado no setor (ORTIZ, 1985, p.85). Ao verificar o aumento que então se verificou no consumo de bens culturais, Ortiz (1985) concluiu que este fato ocorreu por conta dos diversos investimentos promovidos pelos militares no campo da cultura, como a criação da FUNARTE, da EMBRAFILME e da Política Nacional de Cultura (1975), que foi formulada com base nas propostas do Conselho Federal da Cultura, do qual Suassuna foi membro fundador (ORTIZ, 1985). Preocupados com a má repercussão das atividades repressoras e, principalmente, com o aumento da atividade artística e política da esquerda, o regime militar decidiu investir no setor cultural (MAIA, 2012, p.39).

O Conselho foi dividido em quatro subáreas: “a Câmara de Ciências Humanas, a Câmara de Letras, a Câmara das Artes e a Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.” (MAIA, 2012, p.27). Cada uma delas era composta por seis pessoas, e Suassuna foi nomeado para a das artes. Além dele, outros intelectuais também foram nomeados para o mesmo Conselho, passando a fazer parte das demais câmaras, como Gilberto Freyre e Raimundo Faoro para a das Ciências Humanas, e João Guimarães Rosa e Rachel de Queiroz para a de Letras. Dentre os 40 nomes que participaram do Conselho Federal de Cultura (CFC), 25 faziam parte da Academia Brasileira de Letras (ABL) ou do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sendo, portanto, intelectuais ligados a instituições tradicionais de cultura no Brasil (MAIA, 2012, p.38). De acordo com Maia,

o Conselho permaneceu nos espaços tradicionalmente ocupados pelas elites culturais atuantes no Estado desde o primeiro governo Vargas (1930-1945). O objetivo do Conselho era fortalecer esses espaços, considerados fundamentais na preservação da memória nacional. O CFC privilegiou a preservação, a defesa e a divulgação do patrimônio cultural. Para os membros do Conselho, a ação estatal no setor deveria priorizar as áreas consideradas essenciais da cultura nacional: os conjuntos arquitetônicos, as obras da literatura, as comemorações dos acontecimentos históricos singulares, as manifestações folclóricas. (MAIA, 2012, p.39).

O CFC investiu pesadamente em duas áreas: preservação dos acervos e lugares de memória, e publicação de obras organizadas pelos próprios intelectuais que definiam o que era a cultura nacional. A ideia, para eles, era articular cultura e desenvolvimento. (MAIA, 2012).

Segundo a interpretação de Ortiz (1985), os membros do Conselho eram “intelectuais tradicionais”, representantes da oligarquia rural, que haviam se colocado “desde o início a favor do golpe militar [...]” (ORTIZ, 1985, p.91) e que se ocuparam da

tarefa de traçar as diretrizes de um plano cultural para o país. Como este grupo havia perdido poder político e econômico, voltou-se para a criação de um discurso de “guardiões da identidade nacional”. Suassuna e Freyre, como vimos no capítulo 1, de fato pertenciam a esta classe e defendiam a cultura popular nordestina como a portadora da verdadeira identidade brasileira. Ainda de acordo com Ortiz (1985, p.91), a incorporação dos intelectuais da antiga classe dominante no CFC permitiu ao regime estabelecer uma ligação entre o presente e o passado. Dessa forma, os militares colocaram o golpe de 1964 como continuidade da tradição e da ordem brasileira, e não como ruptura. A união parecia benéfica para ambos: por um lado, os militares contavam com o apoio de uma classe que havia governado o Brasil durante séculos e os intelectuais, por outro lado, conseguiram espaço dentro do governo para promover seu projeto de nação (MAIA, 2012, p.12).

Tanto os militares quanto os intelectuais eram contrários ao governo Jango e se uniram em torno da figura de Castello Branco, escolhido por ser um nome comum aos grupos que conspiraram. Logo após o golpe, uma junta militar assumiu o país e editou o primeiro Ato Institucional, decretando Estado de Exceção. Contudo, nem todos que apoiaram o golpe eram favoráveis à implantação de uma ditadura militar no lugar da democracia. Alguns o apoiaram pregando a volta dos “valores da civilização cristã e da democracia”, enquanto outros apenas queriam a retirada de Jango. Para acalmar os ânimos, o nome do General Castello Branco apareceu, porque tinha “prestígio entre seus pares e conexões com o IPES, o dispositivo organizado que, naquele momento, era inegavelmente o mais articulado em termos políticos.” (REIS, 2000, p.19).

Suassuna foi contrário às reformas de base de Jango e à radicalização da oposição. Rachel de Queiroz, amiga do autor, também conselheira e latifundiária, afirmou no programa Roda Viva (1991) que ela e seus colegas fazendeiros apoiaram o golpe de 64 porque viam em João Goulart e Brizola os representantes brasileiros do “fascismo sul-americano”. Além disso, eram contrários aos valores pregados pelo governo Jango, considerados “comunistas e ateus”, e também os da “esquerda radical”, que havia reivindicado, no pré-64, “reforma agrária na lei ou na marra.” (REIS, 2000, p.14). Por conta disso, começaram a conspirar pela sua derrubada. Contudo, ela pondera que Castello Branco nunca havia participado das conspirações. Queiroz conta que o primeiro presidente do regime dizia que “um general da ativa tem como função obedecer e não entrar em motins nem em revoluções.” (QUEIROZ, 1991). Suassuna aparentemente não conspirou conjuntamente com Queiroz e provavelmente não

concordaria com a definição de Jango como fascista, mas apoiou o golpe por ser também contrário à extrema esquerda e por não concordar com os valores “ateístas e marxistas” do governo de Goulart.

Então, os latifundiários nordestinos, agora intelectuais da cidade, conspiraram e apoiaram o golpe, mas não necessariamente aprovaram a permanência dos militares no poder. Contudo, quando o nome de Castello Branco apareceu, conta Queiroz, eles decidiram não apenas o apoiar, mas também fazer parte de seu governo, por ele ser um homem “íntegro, honesto e amante do país.” (QUEIROZ, 1991). Tanto que, segundo a autora, a repressão e as torturas só começaram a acontecer quando o general foi “praticamente deposto pelo grupo militar reacionário do Costa e Silva.”⁷ (QUEIROZ, 1991).

Esses intelectuais, em sua grande maioria filhos e descendentes diretos dos antigos oligarcas rurais nordestinos, estavam decadentes economicamente desde o fim do ciclo da cana, no final do século XIX.⁸ Contudo, eram grandes leitores e possuíam grande bagagem intelectual e literária. Quando precisaram sobreviver, já que suas terras não davam mais dinheiro, foram para a cidade e se voltaram para a escrita, a literatura, a docência e o jornalismo. Mas mesmo não sendo mais tão poderosos quanto antes, ainda acreditavam ter um papel a desempenhar em benefício do país: o de intelectuais que criariam e definiriam a identidade nacional. Segundo Maia, eles imaginavam que o Estado era decisivo na formação de uma sociedade moderna, pois minimizaria a influência dos valores culturais externos e conduziria o processo de modernização econômica de maneira a conservar “características brasileiras”, mantendo o crescimento de forma autônoma.

O grupo defendia que o “povo” tomasse “consciência” das suas “características próprias” e as tornasse parte do “espírito” da nação, de forma a construir uma cultura nacional forte que garantisse a soberania do país (MAIA, 2012, p.48), então ameaçada pela entrada dos meios de comunicação de massa. Os intelectuais, segundo a análise de

⁷ Revelando fatos até então desconhecidos sobre a morte do general, em 1967, Queiroz conta que o acidente de avião que o levou a óbito aconteceu após ele participar de uma reunião entre amigos em sua fazenda, no interior do Ceará. No dia em questão, o general teria lhe dito que havia perdido o controle do governo para a ala mais radical dos militares. De acordo com a autora, “ele [Castello Branco] lutou bravamente contra os rumos de 64, e para não haver uma cisão completa nas forças armadas, aceitou a eleição de Costa e Silva. E teria sido deposto se eles não tivessem chegado a uma acomodação.” (QUEIROZ, 1991).

⁸ Suassuna disse que as fazendas herdadas eram quase todas improdutivas, e que só depois de muito trabalho conseguiu criar quatro tipos de cabra para a pecuária, as quais foram adaptadas ao clima seco e aos morros. Já Rachel de Queiroz afirma ter preservado uma mata de 300 mil hectares nos seus mais de 900 mil de “latifúndio improdutivo” (RODA VIVA, 1991).

Maia, decidiram fazer parte do CFC para tentar minimizar os danos que seriam causados pela influência da cultura estrangeira, apresentando um projeto conservador de modernização e valorizando a história e a tradição do país.

Como vimos, Suassuna construiu a sua própria versão dessa ideia, no Movimento Armorial e em sua tese de livre-docência, quando afirmou que “o povo castanho”, expressão que sintetizaria as características essenciais dos brasileiros, ainda estava em formação e deveria criar uma cultura de raízes eruditas e populares, de forma a dar solidez aos valores centenários da cultura miscigenada brasileira. Parece-me que Suassuna entrou no conselho para tentar fazer voz contrária aos avanços autoritários e também para apresentar o movimento Armorial e a sua idealização político-cultural dentro do estado autoritário como um caminho possível para os novos dirigentes do país, como veremos no terceiro capítulo. Suassuna, então, entrou no conselho para promover os seus próprios interesses - defender a liberdade artística, depor favoravelmente aos amigos perseguidos e conseguir financiamento para o seu movimento.

2.3. Suassuna e a questão da censura no CFC

Os intelectuais participantes do Conselho, apesar de serem aliados dos militares, nem sempre concordavam com as ações do regime e nem entre si. Segundo Maia (2012), a questão da censura foi objeto de divergências. Quando esta foi colocada em debate, dois grupos se formaram: os que eram favoráveis e desejavam que ela fosse transferida do Ministério da Justiça para o CFC, e os que eram contra qualquer forma de interdição à cultura. Suassuna pertencia a este último grupo.

De acordo com Maia (2012), a Câmara de Artes era enfática em relação ao cerceamento do regime, sempre assumindo posição antagônica. Suassuna e outros conselheiros se posicionaram, em 1967, contrariamente à repressão feita ao filme *Terra em Transe*, de Glauber Rocha. O parecer escrito por Octávio Faria e assinado pelo autor dizia:

Ora, a nossa condição de defensores da cultura e de suas diversas manifestações (de liberdade de criação e de liberdade de expressão) parece-me que nos obriga a tomar posição em tão delicada conjuntura. Para nós o artista é livre, a obra de arte sagrada [...] tudo mais é excessivo, desnecessário e opressivo – além de contraproducente. (FARIA, 1967, p.44 apud MAIA, 2012, p.79).

Na plenária de março de 1968, Suassuna reacendeu o debate sobre a questão. Em resposta ao pronunciamento de dom Marcos Barbosa que, integrando o GT do Ministério da Justiça como representante do CFC, defendeu a repressão como direito e obrigação do Estado para resguardar a população, Suassuna “manifestou sua posição contra toda censura às obras de arte, à literatura, ao teatro e ao cinema, ponderando sobre a necessidade de liberdade de criação para artistas, dramaturgos e escritores.” (MAIA, 2012, p.80). Em resposta, Dom Marcos Barbosa disse que achava a censura necessária. O conteúdo da ata é:

Disse (o conselheiro Ariano Suassuna) não estar movido de nenhum propósito de polêmica com o Conselheiro Dom Marcos Barbosa, a quem sempre ouvia com a maior atenção e respeito, mas que se manifestava por um dever de consciência. Referiu-se a pronunciamento de Dom Marcos Barbosa sobre a censura, em oportunidade anterior, quando defendeu a censura não somente como um direito, mas como uma obrigação de resguardar a população do que lhe pode causar danos morais; manifestou posição contrária e estendeu-se sobre o que lhe parecia ser a liberdade de criação para o artista e o escritor, bem como para o ator e o dramaturgo. Afirmou que a censura deve sair do âmbito policial. Indagou por que a censura não toma providências contra certo gênero de publicações e espetáculos, o que lhe parecia indicar que ela não se dirigia à preservação moral da infância e da juventude. [...] Abordou o problema da eficácia real da censura que, em verdade, faz a propaganda das obras que proíbe. Disse acreditar que a liberdade, apesar de seus riscos, mesmo com licença e abusos é muito melhor do que a repressão. [...] Com a palavra, o Conselheiro Dom Marcos [...] acrescentou não ter dado seu aplauso a qualquer tipo de censura, mas apenas a julgava necessária, disse entender que o artista é livre, mas, como homem, está inserido na comunidade, e não deve esquecer os prejuízos que possam decorrer de determinadas obras. (REVISTA CULTURA, 1968, p.108 apud COSTA, 2011. p.56).

O conselheiro Dom Marcos Barbosa, favorável à censura, afirmou ser necessário impô-la para que a moral da população fosse defendida de certos valores opostos aos do regime. Suassuna combateu essa posição, evidenciando algumas contradições no argumento de Dom Marcos, como a não proibição de algumas obras que, no seu entender, de fato agrediam a moral das crianças e dos jovens. Também argumentou que a censura teria eficácia contrária à esperada, pois, no final das contas, fazia a propaganda da obra que proibia. Neste caso, a liberdade, mesmo com seus riscos, ainda era a melhor solução.

Portanto, vemos, em ata oficial, Suassuna defendendo a liberdade artística, e opondo-se à censura. Esta questão evidencia as disputas e as divergências internas do conselho sobre os rumos das ações do novo governo, e principalmente deixa claro que

Suassuna defendeu a liberdade artística em meio ao contexto da ditadura. O autor poderia ter usado sua posição de conselheiro para, talvez, tentar promover a perseguição aos grupos com os quais ele tinha divergências políticas, mas não o fez. Mesmo fazendo parte do conselho, pregou a liberdade, diferentemente dos militares e também de alguns conselheiros, como a escritora Rachel de Queiroz, que insistiu que a censura deveria passar do âmbito da justiça para o âmbito da cultura (COSTA, 2011. p.56). Aqui vemos um fato que corrobora o argumento de Newton Junior (2014), apresentado no começo desse capítulo, segundo o qual Suassuna, mesmo fazendo parte do CFC, não colaborou com as práticas autoritárias do regime e tentou combater a repressão como pôde. Nesse caso, ele defendeu a plena liberdade artística dentro do conselho, discordando do pensamento da grande maioria dos intelectuais e dos militares.

2.4: As divergências entre o nacional-popular de Suassuna e o nacionalismo do regime militar

Existiam duas revistas que publicavam os trabalhos do CFC: a *Revista Cultura*, que depois se transformou no *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, e a *Revista Brasileira de Cultura*. De acordo com Maia (2012), Suassuna publicou apenas quatro artigos nesses periódicos. Em nossa pesquisa, localizamos apenas dois deles: um, de 1969, dentro da plataforma *Hemeroteca* da Biblioteca Nacional, e outro de 1972, no livro *Almanaque Armorial* (2008). Nos artigos, Suassuna defendeu a cultura popular, criticou os setores radicais da esquerda e também a elite brasileira. Além disso, foi possível perceber uma diferença significativa entre a sua visão do nacional-popular e o nacionalismo dos militares.

Do ponto de vista burocrático, o Conselho Federal de Cultura era obrigado pelo decreto-lei de seu regimento a publicar em boletim oficial e informativo todas as suas atribuições e realizações, incluindo anteprojetos de leis, atas das sessões plenárias, deliberações, sindicâncias, inventários e resoluções. O CFC começou a editar a *Revista Cultura* com dois objetivos: “informar sobre as ações do Conselho, obrigatório por lei, e divulgar o posicionamento dos conselheiros sobre as questões pertinentes ao universo cultural.” (MAIA, 2012, p.113). Segundo Maia, a estrutura do periódico permaneceu a mesma durante todo o regime e possuía quatro seções fixas, organizadas inicialmente nesta ordem: Estudos e Proposições, Pareceres, Noticiário e Atas.

A primeira seção, Estudos e Proposições, tinha a finalidade de apresentar os debates intelectuais travados pelos membros do Conselho nos diversos espaços

frequentados por eles. Devido à ampla participação desses conselheiros no universo cultural e político, os textos publicados possuíam várias temáticas, tais como: cultura brasileira, preservação do patrimônio nacional, música, relação entre ensino e cultura, etc. “Foram editados 42 números da *Revista Brasileira de Cultura* (1967-1970) e 20 números do *Boletim do Conselho Federal de Cultura* (1971–1975), totalizando 62 exemplares.” (MAIA, 2012, p.113).

No artigo de 1969, chamado “A Arte Popular no Brasil” e publicado na seção Estudos, Suassuna defendeu os valores expostos no Movimento Armorial e de que tratamos no capítulo 1 deste trabalho. Resumidamente: afirmou que os intelectuais e artistas nacionais deveriam valorizar a cultura popular; apresentou a cultura nordestina como a mais “vigorosa e autêntica” manifestação brasileira; anunciou o romanceiro popular nordestino como o “maior e mais variado romanceiro vivo do mundo”, bem como fez uma explicação histórica demonstrando como a cultura erudita europeia havia sofrido profunda influência da cultura popular e que, no caso brasileiro, a única possibilidade de se criar uma cultura nacional forte e independente seria por meio da incorporação dos elementos populares pelos artistas brasileiros (SUASSUNA, 2008, p.151-160).

Suassuna também afirma no artigo que no Brasil há preconceito contra a cultura popular, e culpa as elites nacionais pela discriminação existente. O autor diz que a cultura do povo é erroneamente considerada inferior porque os antigos senhores rurais sentiram vergonha dos traços negros e indígenas da cultura brasileira e fizeram propaganda contrária à sua assimilação pela cultura erudita. Além disso, as elites urbanas se afastaram dos valores rurais e ibéricos, defendidos pelos senhores, “afrancesaram” a cultura das cidades, no século XIX, e a “americanizaram” no XX. Suassuna postula que, ao invés de fortalecer os traços “nacionais”, as elites culturais estavam criando cópias malfeitas da cultura das outras nações e desta maneira submetendo a cultura nacional aos interesses estrangeiros (SUASSUNA, 2008, p.154).

O autor também critica os setores marxistas, chamando-os de grupos “radicais e sectários da esquerda” (SUASSUNA, 2008, p.154), porque desejariam “purificar e expurgar” todos os traços europeus presentes na cultura popular. A chamada “esquerda radical”, segundo o autor, acusava “os cantadores e poetas populares de não serem suficientemente progressistas, por povoarem seus folhetos de reis”, princesas, condes e barões (SUASSUNA, 2008, p.154). De acordo com os críticos esquerdistas, estes seriam traços que representavam a velha oligarquia patriarcal, rural e decadente e, por

conta disso, deveriam ser extintos da mentalidade brasileira. Suassuna discorda, pois, em sua opinião, eram traços importantes, tanto do ponto vista histórico quanto estético, e por isso deveriam ser valorizados como parte da tradição nacional. Suassuna tem uma admiração profunda pela criação popular e por isso advoga veementemente que ela seja respeitada e valorizada.

No *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, o autor também pouco aparece, publicando apenas um artigo chamado “Cinema e Sertão”. Neste texto de 1972, trata de algumas obras do cinema nordestino, em especial *O País de São Saruê*, dirigido por Valdemir Carvalho. O filme sofreu censura por parte do regime em 1971, sob a alegação de afrontar a imagem do Brasil que a publicidade da ditadura militar articulava naquele momento (ENCLOPEDIA, 2019).

Segundo o autor, o filme era um dos mais importantes que ele havia visto, porque possuía, de acordo com suas palavras, "todas aquelas características com que eu sonhava para o cinema nordestino" (SUASSUNA, 2008, p.191). O diretor Valdemir Carvalho tinha transmitido "o pauperismo descarnado do Sertão. O despojamento, a pobreza feroz dos sertanejos, a aspereza pedregosa, seca e espinhosa da terra, [são] captados em *O País de São Saruê* em toda a sua violência, grandeza e ameaça." (SUASSUNA, 2008, p.191-192). Outros elementos importantes foram, em suas palavras, “as maravilhosas roupagens, coroas e máscaras do teatro nordestino”, que evidenciam como o povo do sertão sabia “criar a beleza a partir da miséria” e conseguia “manter sua grandeza no meio da maior degradação.” (SUASSUNA, 2008, p.193).

Suassuna não concordou com a proibição, porque valorizava o aspecto realístico do filme, que demonstrava a pobreza sertaneja, e também as belezas da criação popular. O autor via na obra a afirmação de que, mesmo na pobreza, a cultura popular conseguia se manter bela e forte, enquanto os militares disseram encontrar no filme um argumento contrário à sua publicidade. *O País de Saruê* demonstrava a miséria e a desigualdade existentes no sertão nordestino, fatos que se chocavam com a representação de que o Brasil era um país miscigenado, pacífico, democrata, rico e igualitário, como propagandeado pelo regime. Neste caso, a visão de Suassuna não concilia com a dos militares, que foram favoráveis à censura.

Nos artigos encontramos uma diferença entre a concepção nacional-popular de Suassuna e o nacionalismo dos militares em relação à experiência popular nordestina e, por extensão, em relação à cultura popular. Aqui se evidencia claramente a diferença entre eles, porque os militares enxergaram na pobreza evidenciada pelo filme um

argumento que ia contra o discurso oficial, que afirmava o constante crescimento econômico do país e a existência de harmonia nas relações sociais. Portanto, o regime não valorizava a cultura popular como Suassuna e, provavelmente, a suposta consideração pelo povo devia se fazer presente apenas no discurso oficial para obter adesão da população aos projetos do governo, mas sem que fosse efetivada na prática.

2.5. Suassuna no CFC: o financiamento para o Movimento Armorial e para os programas culturais nordestinos

Se Suassuna escreveu poucos artigos nas revistas, teve muito mais presença na elaboração de pareceres que estavam destinados à liberação de verbas. Os documentos mostram que ele conseguiu verbas para o Movimento Armorial por meio do Conselho, e também que privilegiou pedidos de financiamento vindos do Nordeste, embora isso não tenha ocorrido de maneira tão intensa quanto seria de se esperar.

A pesquisa foi feita usando o filtro do portal Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Ao buscar “Universidade Federal de Pernambuco” – para verificar o quanto de dinheiro foi requisitado pela Universidade em que Suassuna trabalhou – foi possível encontrar apenas dois pareceres e algumas menções honrosas em textos e artigos.

No primeiro Boletim do Conselho Federal de Cultura, de 1970, encontramos informação de que o próprio Suassuna aceitou o pedido de auxílio feito pela Universidade, dizendo ser favorável à liberação do montante de “NCr\$47.464,00 requisitado para realizar o programa do Departamento de Extensão Cultural”, órgão que ele presidia na época. (BOLETIM DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, 1970a, p.61). Um segundo pedido, de 1972, requisitava Cr\$33.000,00 para “atividades culturais ligadas ao cinema, ao teatro e à música”. Foi negado pelo relator Octávio Faria, com o argumento de que o Conselho tinha poucos recursos e devia reparti-lo com o máximo de solicitações, e não “concentrar num número regular de fregueses fixos”, pois a Universidade já havia recebido o auxílio de 1970. (BOLETIM DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, 1972, p.94).

Usando o filtro “armorial” em nossa pesquisa, foi possível localizar apenas um único parecer, o que demonstra que Suassuna teve apoio, mas não muito significativo. Em 1971, o conselheiro Andrade Muricy aceitou o pedido de Cr\$100.000,00 reivindicado pela Orquestra Armorial de Câmara para a aquisição de instrumentos, compra de partituras e material de orquestra, encomenda de obras de compositores brasileiros e material eletrônico para estúdio de gravação. O conselheiro disse ser

favorável por entender que, num momento “em que jovens compositores de outras regiões do país se deixam fanatizar por correntes estéticas desnacionalizantes”, era confortador, para ele, opinar positivamente a um movimento que realmente valorizava a cultura popular e as tradições históricas do país (BOLETIM DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, 1971b, p.96-7).

Pesquisando o nome de “Ariano Suassuna” foi possível encontrar diversos pareceres de sua autoria, tanto positivos quanto negativos. Apesar de todos eles possuírem argumentação, na maioria das vezes o autor concedeu os auxílios requisitados pelos nordestinos e negou os de outras regiões, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo. Como os pareceres foram muitos, apenas alguns serão considerados a seguir.

Desde a primeira edição do *Boletim*, de 1970, vemos Suassuna liberar dinheiro para o nordeste. O autor foi designado como relator do pedido de auxílio financeiro do Teatro Popular do Nordeste e opinou favoravelmente à solicitação de NCr\$60.000,00 (BOLETIM DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, 1970, p.25). Também liberou NCr\$100.000,00 para a construção de um teatro em Natal, sob a justificativa de que, “como todos os Estados pobres do Nordeste, [o Rio Grande do Norte] é muito desassistido do ponto de vista cultural” – por isso ele opinava favoravelmente (BOLETIM DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, 1970b, p.75).

Na segunda edição do *Boletim*, de 1971, o autor liberou Cr\$ 80.000,00 para a conclusão da sede do Teatro dos Amadores de Pernambuco, argumentando que a aprovação era necessária por ele ser “um marco no desenvolvimento da arte teatral nordestina”, juntamente com o Teatro do Estudante de Pernambuco e o Teatro Popular do Nordeste (BOLETIM DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, 1971a, p.54). Na mesma edição, o autor acatou apenas parcialmente o pedido de auxílio para reforma do Museu de Sergipe, pois o montante pedido – Cr\$300.000,00 – era muito alto naquele momento. Seu parecer sugeriu que a solicitação fosse atendida quando existissem “verbas suficientes⁹ no Conselho Federal de Cultura” (CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, 1971a, p.97).

Na última edição, de 1971, Suassuna assinou favoravelmente um parecer pela

⁹ Uma importante questão percebida durante a pesquisa foi a respeito do racionamento das verbas disponibilizadas pelo governo, que cada vez liberava menos dinheiro para o CFC. Ortiz (1985) defende a tese de que este fato começara a ocorrer em 1975, com a abertura democrática e a consolidação dos meios de comunicação de massa. Contudo, é possível perceber que a diminuição do financiamento já vinha ocorrendo desde o início da década de 1970, fato que provavelmente se radicalizou a partir de 1975.

liberação de Cr\$150.000,00 para a reforma do Teatro Amazonas; acatou parcialmente o pedido para a reforma do Teatro Santa Rosa, na Paraíba, liberando apenas Cr\$30.000,00 dos Cr\$58.000,00 solicitados, por falta de verbas; opinou favoravelmente ao pedido do Conselho Estadual de Alagoas, que solicitou Cr\$10.000,00 para a “realização de concertos nos colégios de Maceió para incentivar o gosto pela música erudita e dar aos estudantes uma visão cultural dessa manifestação (CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, 1971).

Tendo liberado vários pedidos de auxílio para o Nordeste, Suassuna recusou vários do eixo Rio-SP. No ano de 1970, foi contrário ao pedido de NCr\$20.000,00 feito pela Sociedade Cultural Teatro de Arena de São Paulo, que desejava o dinheiro para montar a peça “Arena Contra Zumbi”, no exterior. A recusa aconteceu, segundo o autor, por se tratar de uma “iniciativa episódica”, que, sendo feita apenas uma vez, não necessitaria da ajuda do Conselho (BOLETIM DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, 1970, p.57).

O autor negou o montante requerido pela Secretaria de Educação da Guanabara, que desejava criar um Instituto Estadual de Dança Brasileira, com a afirmação de que o Conselho já havia criado algo semelhante em nível federal, o Serviço Nacional de Música e Dança, e que este já estaria dando apoio e amparo para as danças populares brasileiras. (BOLETIM DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, 1970, p.71). Também recusou o pedido de Cr\$290.000,00 para a Orquestra Filarmônica de São Paulo, por considerar que os argumentos não foram suficientes, e também porque a orquestra ainda não havia prestado contas do dinheiro recebido em 1968. (BOLETIM DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, 1971, p.99).

Ainda em 1971, Suassuna negou o pedido do Festival de Marionetes e Fantoques do Rio de Janeiro, que pediu Cr\$35.000,00 para cobrir as despesas da viagem ao Estados Unidos para participar de um festival de marionetes, por entender que a companhia privada não era considerada de utilidade pública. (BOLETIM DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, 1971, p.86). Já no ano de 1972, voltou a indeferir alguns pedidos por falta de verbas no Conselho, como o requerimento de auxílio do Teatro Jacarezinho, que solicitou Cr\$100.000,00 e recebeu apenas Cr\$25.000,00. (BOLETIM DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, 1972, p.45).

Este é o último montante de dinheiro disponibilizado pelo Conselho por meio de um parecer aprovado por Suassuna, pois em 1973 ele se desliga do CFC sem apresentar justificativas, queixas ou mesmo uma carta de despedida. Sua saída só é informada

quando sua sucessora, Maria Alice Barroso, escreve no seu texto de apresentação ter “a difícil missão de aqui substituir Ariano Suassuna”. (CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, 1973, p.43).

Com relação ao financiamento para a UFPE e ao Movimento Armorial, diferentemente do que pensávamos anteriormente, ambos não foram tão beneficiados com a ida de Suassuna para o Conselho, pois receberam apenas um financiamento cada um, durante o período pesquisado, totalizando Cr\$147.000,00. Também foi possível perceber uma constante falta de verbas para o Conselho. Projetamos como hipótese que os militares já não estavam mais tão interessados em financiar os projetos culturais valorizados pelos intelectuais, provavelmente por conta da entrada massiva dos meios de comunicação de massa no país, os quais teriam um poder de disseminação muito maior do que as manifestações culturais por eles financiadas, como veremos no próximo tópico. Contudo, mesmo com a falta de verbas, Suassuna usou sua posição para privilegiar os estados do Nordeste, liberando mais de Cr\$900.000,00 para sua região de origem e recusando mais de Cr\$600.000,00 para as outras regiões, em especial São Paulo e Rio de Janeiro.

Portanto, Suassuna fora um conselheiro ativo, apesar de não publicar muitos estudos e artigos. Naqueles que publicou, defendeu as ideias e os valores presentes no Movimento Armorial, criticou a esquerda radical, as elites nacionais e também divergiu dos militares nos casos relacionados à censura e à noção nacional-popular, o que demonstra um descompasso de suas ideias em relação às do regime.

2.6. A Política Nacional de Cultura do regime militar (1975) e as concepções político-culturais de Suassuna

Além de ser um órgão que financiava manifestações culturais e artísticas, o Conselho Federal de Cultura teve outra atribuição: criar a Política Nacional de Cultura (PNC) do regime militar, documento que veio a público apenas em 1975. O texto considera uma projeção da cultura nacional, estabelecida a partir de diálogo com os intelectuais, de modo que estes também se sentissem contemplados pelo que a política propunha. No que diz respeito à Suassuna, contudo, apesar da PNC partir de uma concepção da cultura brasileira aparentemente muito semelhante à sua, ela se choca em alguns pontos-chave com as suas ideias.

O documento explica quais eram os objetivos dos militares ao promover uma política pública nesse campo:

O documento aqui apresentado, que recebeu a valiosa contribuição do Conselho Federal de Cultura, encerra a concepção básica do que entendemos por política de cultura; procura definir e situar, no tempo e no espaço, a cultura brasileira; explicita os fundamentos legais da ação do governo, no campo cultural; traça as diretrizes que nortearão o trabalho do MEC; detalha os objetivos e os componentes básicos da Política Nacional de Cultura; exprime ideias e programas; revela as formas de ação. (MEC, 1975, p.5).

Boa parte das ideias expostas no documento foram formuladas com base nas ideias de Suassuna e dos demais intelectuais participantes do Conselho. Por exemplo, o documento dizia compreender a cultura brasileira “dentro de suas peculiaridades, notadamente as que decorrem do sincretismo alcançado no Brasil a partir das fontes principais de nossa civilização — a indígena, a europeia e a negra” (MEC, 1975, p.5) -, e em decorrência do qual surgiriam as manifestações culturais identificadas como “caracteristicamente brasileiras.” (MEC, 1975, p.16).

Absorvendo concepção cara a Suassuna – e inspirada, como vimos, em Gilberto Freyre -, o documento afirma que a cultura brasileira é aquela que surgiu da miscigenação entre os três povos que se encontraram no Brasil; e as manifestações culturais desta população também teriam por característica serem integradoras. Segundo a PNC, elas tinham a “capacidade de aceitar, de absorver, de refundir, de recriar, e de dar significado peculiar à cultura brasileira, expressando a personalidade do povo que a criou.” (MEC, 1975, p.16).

A cultura, segundo a PNC, é “elemento de identidade nacional, primeiro, e, depois, é o elemento criador de civilização”; e a cultura brasileira, expressão do povo e fruto da miscigenação, criava o verdadeiro cidadão brasileiro: “democrata por formação e espírito cristão, amante da liberdade e da autonomia.” (MEC, 1975, p.8). Ou seja, o documento partia de uma concepção sobre a formação cultural brasileira muito semelhante à de Suassuna, mas concluía o raciocínio de forma inversa às ideias dele: o autor afirmava que era o povo o criador da cultura nacional, e esta, se recriada por artistas eruditos, poderia reforçar os traços “castanhos” da população. Já para os militares era o estado quem deveria direcionar a cultura nacional para, então, criar o novo cidadão brasileiro: cristão e democrata.

Assim, o documento evidenciava que o regime continuaria intervindo na cultura brasileira, ao apontar “as diretrizes básicas pelas quais o poder público se propõe a

estimular e apoiar a ação cultural de indivíduos e grupos”. (MEC, 1975, p.8). As instruções fundamentais eram:

o respeito às diferenciações regionais da cultura brasileira [...]; a proteção, a salvaguarda e a valorização do patrimônio histórico e artístico [...]; o estímulo à criação nos diversos campos das letras, das artes e artesanato, das ciências e da tecnologia, visando à difusão desses valores através dos meios de comunicação de massa; o incentivo aos instrumentos materiais, tendo-se sempre em vista a manutenção dos valores culturais nacionais ameaçados pela imposição maciça através dos novos meios de comunicação [...]; a maior aproximação da cultura brasileira com a de outros povos como elemento capaz de estimular a atividade criadora; pois o desenvolvimento nacional não pode ser puramente económico, também deve ser sócio-cultural. (MEC, 1975, p.24-25).

Ao mesmo tempo em que se aproximava bastante das ideias do CFC – como na questão da proteção do patrimônio histórico e na do estímulo aos diversos campos da arte - a PNC também desejava propagar seus ideais pelos meios de comunicação de massa que, naquele momento, estavam impondo valores que, segundo o entendimento de Suassuna, ameaçavam a cultura nacional. Os militares reconheciam, na PNC, que os meios poderiam ser prejudiciais, mas projetaram que seria possível submetê-los aos seus interesses. Para fazer isto acontecer, afirmaram no documento que queriam “dinamizar o mercado de publicações (livros, jornais especializados, revistas, suplementos), de modo a promover o financiamento e a comercialização de edições” e difundir “a cultura através dos meios de comunicação de massa.” (MEC, 1975, p.32-34).

O regime, então, tentou aplicar a lógica de mercado da cultura de massas para disseminar manifestações culturais que promoveriam a criação do brasileiro almejado pelos militares. Aqui podemos ver que o projeto das forças armadas era bem diferente do de Suassuna, que desejava preservar a cultura nacional para criar o “povo castanho” por meio da recriação erudita, contra a influência dos meios de comunicação que estariam descaracterizando o Brasil para satisfazer interesses estrangeiros. Suassuna parece ter acreditado efetivamente em um nacionalismo popular, enquanto os militares parecem afirmar esta posição apenas na retórica.

Segundo a PNC, a criação de um mercado de bens culturais era tão importante para a integração nacional quanto à preservação das manifestações culturais nacionais, porque o Brasil.

com sua vasta extensão territorial, população em crescimento acelerado, miscigenação étnica contínua e permanente, confluência de

fatores culturais mais diversos, irá continuar fixando a sua personalidade nacional, graças à harmonia e à manutenção de seus variados elementos formadores. O desaparecimento do acervo cultural acumulado ou o desinteresse pela contínua acumulação da cultura representarão indiscutível risco para a preservação da personalidade brasileira e, portanto, para a segurança nacional. (MEC, 1975, p.28-29).

A noção de integração pensada pelos militares, segundo Ortiz (1985), mostrou a necessidade da cultura como cimento da solidariedade da nação e serviu de premissa para a PNC coordenar as diferenças, submetendo-as aos objetivos estatais. Já que a cultura era a criadora da identidade nacional e da civilização, deveria estar submetida ao poder nacional. (ORTIZ, 1985, p.82-83). Cultura brasileira, neste sentido, significava “segurança e defesa” dos valores e do tipo de formação humana que integraria o país. O grande exemplo dessa tentativa de controle estatal, para Ortiz, foi a entrada da TV no Brasil, porque o estado reservou para si o controle dos serviços de telecomunicação e colocou para a jurisdição federal o poder de concessão, “fato que aumentou o poder de controle do estado sobre as redes nacionais de televisão.” (ORTIZ, 1985, p.88).

O Brasil, então, estava desenvolvendo suas forças produtivas em associação com o capital internacional. Como poderia se transformar sem perder seus traços nacionais? Os militares estavam interessados em fortalecer a ideia de nação, mesmo estando associados ao capital estrangeiro, possivelmente porque dependia dessa noção o domínio interno que exerciam. Daí a importância de se ter uma política governamental de cultura, pois esta poderia ser usada para os seus próprios interesses, com a disseminação, por exemplo, da ideia de que o brasileiro tradicional era cristão e amante da liberdade. A partir da PNC, então, o Estado começa a investir na promoção da cultura e não somente na preservação do patrimônio histórico, como pensava o CFC. A ideia de manutenção das tradições dentro de um contexto de modernização econômica, como vimos, foi desenvolvida por Suassuna e também pelos intelectuais do CFC, mas, pelo que me parece, os militares novamente a defenderam de maneira retórica.

Em 1975, o regime inicia também o processo de abertura lenta e gradual. De acordo com Maia, é neste momento que os intelectuais perdem importância para o regime, e a Política Nacional de Cultura, feita com base nas suas ideias, acaba sendo posta em prática por empresários e administradores técnicos que ocuparam o campo cultural dentro do Estado (MAIA, 2012). Conforme argumenta Ortiz, 1975 aparece como um ano decisivo para a política governamental, pois há uma maior associação entre capital privado e cultura. Um exemplo poderia ser visto nas Casas de Cultura

Popular, sobretudo no Nordeste, que se associaram às empresas de turismo que procuraram explorar as atividades folclóricas e os produtos artesanais (ORTIZ, 1985, p.87).

Portanto, a PNC, ao mesmo tempo em que expressa grande parte das concepções de Suassuna - como a formação de um povo com características próprias - também propõe que elas sejam disseminadas pela cultura massificada e não apenas pela arte erudita, como ele acreditava. Aqui o autor diverge de forma significativa em relação os militares, porque estes viabilizaram a entrada dos meios de comunicação de massa no país, agindo contrariamente àquilo que o autor defendia. Desta maneira, o regime militar se aliou às multinacionais ao realizar seu projeto desenvolvimentista, e elas, muito mais poderosas que Suassuna e o CFC, conseguiram colocar os seus próprios interesses no país e, conseqüentemente, tirar o pouco poder que esses intelectuais ainda tinham, minando seu projeto político-cultural.

A consequência dessa aliança entre os militares e o capital internacional para Brasil - na realização de uma política que ficou conhecida como desenvolvimentismo¹⁰ - foi a concentração de renda, o crescimento do parque industrial, a valorização do mercado externo, que se contrapõe à criação de um mercado interno, o desenvolvimento desigual das regiões e a concentração da população em grandes centros urbanos." (ORTIZ, 1985, p.81). Ou seja, o contrário de tudo aquilo que Suassuna propôs no Movimento Armorial.

¹⁰ O historiador Daniel Aarão Reis define o "desenvolvimentismo" como uma "proposta de desenvolvimento dependente e associado aos capitais internacionais". (REIS, 2000, p.11). Este projeto ganhou força no Brasil a partir dos anos 50, com JK, e depois com o regime militar. Estes governos estabeleceram "políticas de atração e incentivos aos capitais internacionais" e dispuseram "de condições para empreender surtos industrializantes." (REIS, 2000, p.11). Tal projeto era antagônico ao "nacional-estatismo", que buscava um desenvolvimento autônomo dentro do capitalismo internacional. Seus principais elementos são: "um Estado fortalecido e intervencionista; um planejamento mais ou menos centralizado; um movimento, ou um partido nacional, congregando as diferentes classes em torno de uma ideologia nacional e de lideranças carismáticas, baseadas em uma íntima associação, não apenas imposta, mas também concertada, entre Estado, patrões e trabalhadores." (REIS, 2000, p.10).

Capítulo 3

O posicionamento político de Suassuna no contexto da redemocratização: as críticas ao regime militar e o nacionalismo “terceiro-mundista”

3.1. As críticas ao regime militar e o processo de abertura democrática

Tendo apoiado o golpe de 64 e integrado o Conselho Federal de Cultura durante seis anos, Suassuna se tornou crítico do regime militar. O autor saiu do CFC em 1973 sem apresentar razões, mas provavelmente já estava descontente com os rumos do governo na data, como veremos mais adiante quando o autor retoma uma argumentação nacionalista. No ano de 1978, por meio dos seus artigos de opinião publicados no Diário de Pernambuco, suas críticas começaram a aparecer e ele continua lendo o processo político a partir de um viés nacionalista. Ele pondera aflito que as forças armadas não vinham cumprindo seu papel de “defensores da nação”, como havia pensado anteriormente. A ala “linha-dura”, preocupada com a repressão e a censura, e os “liberais entreguistas”, como Roberto Campos, Delfim Neto (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1978g, p.9) e o ministro Juracy Magalhães – que afirmou em discurso que “o que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil” (SUASSUNA, 1978f, p.9) – estavam, segundo o autor, dilacerando o regime militar e promovendo o seu descrédito, porque deixavam de lado “o nacionalismo, a integração das regiões mais pobres e a desconcentração de renda” (SUASSUNA, 1978h, p.11) e estimulavam apenas o crescimento do centro-sul, enquanto entregavam o país para o capital externo.

Promovendo o contrário daquilo que Suassuna tinha esperado do regime, os militares “linha-dura” e os liberais haviam tornado o Brasil ainda mais dependente economicamente, segundo o autor. Na época em que escreve os artigos, diz, “as gigantescas empresas estrangeiras detêm 74% da nossa indústria de material plástico, 76% da de material elétrico, 93% da indústria farmacêutica e 98% da de transporte” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1978i, p.11), dominando, portanto, os setores mais lucrativos da economia brasileira.

Diante da crise política estabelecida, o autor defendeu que o único caminho para a resolução dos graves problemas brasileiros seria por meio o diálogo entre aqueles que entraram em conflito durante o regime. Segundo Suassuna, aquela era a hora de falar

em pecados - por pensamentos, palavras, atos e omissões. Todos nós: governo e oposição, civis e militares, direita e esquerda, policiais e terroristas, políticos, jornalistas, intelectuais, religiosos e leigos. Todos nós estamos precisando fazer uma confissão, purgação e conversão

dos nossos pecados, sem o que a reconciliação será apenas uma outra farsa, um outro crime a se ajuntar aos que já se acumularam - como no Brasil atual, todos nós devemos ter ao mesmo tempo a humildade e a altivez de confessar, para podermos falar e pedir perdão, indulto e anistia recíproca. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1978d, p.9).

Dialogando com quem defende a reconciliação no período da abertura política e alertando para a possibilidade de que ela pode se transformar numa farsa, Suassuna assina em 1979 o *Manifesto à Nação*, juntamente com intelectuais, políticos e profissionais liberais de diferentes matrizes políticas, que haviam colocado de lado suas diferenças e divergências, sob a “inspiração de servir à causa da liberdade democrática” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979b, p.11), por meio da defesa de que o cidadão brasileiro fosse “o protagonista central da história de seu país” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979a, p.11).

O ponto central do documento, segundo Suassuna, era “a defesa intransigente da ordem jurídica democrática, único caminho para a construção pacífica de uma democracia substantiva, uma ordem social mais livre e justa.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979a, p.11). Uma vez que o *Manifesto* defendia tais valores, o autor afirma que os radicais fascistas de direita e os marxista-leninistas de esquerda – que pregavam a ditadura do proletariado - não participariam dele. Somente aqueles que eram favoráveis a um “neocapitalismo austero, corrigido pela justiça, ou um socialismo não sectário, corrigido pela liberdade, puderam assiná-lo sem hipocrisia” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979a, p.11), afirma o autor.

Fazendo críticas diretas e contundentes às consequências das políticas liberais do regime, por um lado, e das autoritárias, por outro, o documento colocou em debate o que os seus formuladores consideravam como os problemas do país. O Brasil havia crescido economicamente durante o regime, mas “de forma desequilibrada e injusta”, o endividamento das famílias havia aumentado de forma insustentável, as empresas transnacionais dominavam a economia brasileira, as importações tinham crescido mais que as exportações, o que fez com que a dívida externa e, conseqüentemente, a dívida pública crescesse, levando ao aumento dos impostos. Ainda segundo o manifesto, as políticas econômicas do regime haviam transformado o Brasil “numa praça privilegiada para a grande especulação do capital financeiro internacional”, estimulando a desnacionalização da economia brasileira. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979b, p.3).

Ao expor tamanhos problemas, o manifesto, então, pregava a democracia como valor, afirmando que “a sociedade é diferente e contraditória” e a luta a sua essência.

“Ela [a democracia] se move através do conflito.” Convocando o povo “para lutar pela recuperação de seus direitos à participação”, o objetivo final do manifesto era fortalecer o movimento favorável à Constituinte e com isso contribuir para fazer retomar a normalidade democrática do país (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979b, p.3).

O documento veio a público depois que o General Euler Bentes concorreu à Presidência da República pelo MDB, contra o General João Figueiredo, e perdeu. Suassuna apoiou a candidatura de Euler e o considerava como um militar verdadeiramente nacionalista. O autor defendeu que programa de governo do general representava os interesses dos brasileiros preocupados com a soberania nacional, a desigualdade e a transição pacífica para a democracia. Quando o documento saiu, ambos, Suassuna e Euler, dentre outros, o assinaram e fizeram campanha para sua disseminação. A candidatura de Euler pelo partido de oposição representou uma divergência interna dentro do próprio exército. Durante o ano de 1977, manifestações de descontentamento no interior das forças armadas eclodiram. Quando o nome do general João Batista Figueiredo foi indicado como candidato oficial à presidência da República, as cisões no interior do governo ficaram ainda mais evidentes. Em 1978, o chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, general Hugo Abreu, pediu exoneração ao então presidente Geisel por não concordar com a maneira como a sucessão presidencial estava sendo conduzida, a qual considerou uma imposição do presidente, fato que contrariava a orientação fixada pelo regime em 1964, que pedia um nome consensual às forças armadas. (MONTEIRO, Euler Bentes, BIOGRAFIA FGV, 2010). A partir disso, setores dissidentes do exército passaram a articular uma candidatura alternativa à de Figueiredo. Desse modo, o MDB passou a ser pressionado para que assumisse a candidatura de Bentes.

Depois de muitas negociações, o MDB acabou decidindo incorporar-se à Frente Nacional pela Redemocratização e, no dia 17 de agosto de 1978, em cerimônia realizada no Congresso Nacional, Euler Bentes assinou sua ficha de filiação ao partido. (MONTEIRO, Euler Bentes, BIOGRAFIA FGV, 2010).

Apesar desses esforços, nas eleições realizadas no dia 15 de outubro de 1978, os candidatos da situação saíram vitoriosos, obtendo 355 votos contra 226 dados à chapa Euler-Brossard (MONTEIRO, Euler Bentes, BIOGRAFIA FGV, 2010). A derrota de Euler muito decepcionou Suassuna, pois, segundo sua visão na época, mais uma vez, o candidato nacionalista havia perdido as eleições. O autor argumenta que Euler iria se afastar do grupo antinacional que cercava Geisel e conduziria o Brasil para a verdadeira

redemocratização, coisa que não estava acontecendo no atual governo, não por culpa de Geisel - que de acordo com Suassuna era um homem de “seriedade, compostura, legalidade e honradez”, que havia feito muito contra a tortura, a censura de imprensa e o AI-5 -, mas sim dos militares fanáticos da ala linha-dura (SUASSUNA, 1978h, p.11).

Mas mesmo sendo controlado pelos militares, o processo de reabertura vinha dando espaço para vozes dissonantes ao governo. Desde que Geisel e Golbery do Couto e Silva iniciaram o processo de abertura lenta, gradual e segura em 1975 - de forma a garantir que os militares controlassem o processo que os retiraria do poder -, vários movimentos civis, favoráveis à redemocratização, começaram a ganhar força. Em 1977, o movimento estudantil saiu às ruas com o lema “Pelas liberdades democráticas”. A OAB, sob a liderança de Raymundo Faoro (que também fez parte do Conselho Federal de Cultura), pediu diretamente ao presidente Geisel a restauração do *habeas corpus*, a extinção dos Atos Institucionais e o fim das torturas. E em 1978 é divulgado o “Manifesto do Grupo dos Oito”, assinado por oito grandes empresários brasileiros - entre os quais Antônio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim), Jorge Gerdau (Grupo Gerdau) e Laerte Setúbal Filho (Banco Itaú) -, que pediam a volta da democracia. (SCHWARCZ, 2015, p.396).

Em 1979, o regime começou a discutir a questão da anistia para os exilados políticos, pauta que também foi endossada pelo movimento estudantil, pelos sindicatos, pela OAB e pela CNBB (SCHWARCZ, 2015, p.389). Suassuna apoiou a luta deste movimento e, retomando as mesmas palavras do artigo de 1978d anteriormente citado, se colocou numa posição conciliadora, reiterando que ambos os lados se excederam e que novamente era a hora de ter

a humildade e altivez de confessar, para podermos falar e pedir perdão, indulto e anistia recíproca [...] a fim de apagar o passado e podermos começar tudo de novo. Não mais pela violência, mas pela mansidão e pela fraternidade. O governo deve anistiar todos os punidos, inclusive os terroristas. E os terroristas, do mais profundo dos seus corações, devem começar também a anistiar todos os integrantes dos órgãos de segurança, inclusive os torturadores. Só assim poderemos recomeçar tudo, tendo todos, de novo, a possibilidade de viver e respirar em um ambiente menos envenenado. (SUASSUNA, 1979d, p.11).

Apesar do apelo ao perdão parecer politicamente comprometido e um pouco ingênuo - tendo em vista a quantidade de vidas e famílias que foram destruídas pelas perseguições e assassinatos do regime - sua visão estava de acordo com a de alguns bispos e arcebispos da Igreja Católica, como a de Dom Paulo Evaristo Arns. Com

relação à anistia, Arns também defendeu um perdão que atingisse a todos, sem distinção, fosse um guerrilheiro de esquerda ou um agente das forças repressoras do estado (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979e, p.1). Este líder religioso se destacou por sua atuação na luta política contra a tortura. Ele ajudou os dominicanos contra a repressão, apresentou ao general Golbery do Couto e Silva um dossiê que relatava os casos de 22 desaparecidos e, entre 1979 e 1985, coordenou com o pastor Jaime Wright, de forma clandestina, o projeto *Brasil: Nunca Mais*, para que documentos sobre presos políticos não fossem eliminados, o que resultou na cópia de mais de um milhão de páginas de processos do Superior Tribunal Militar (ARNS, Dom Paulo Evaristo, MEMÓRIAS DA DITADURA).

O processo de abertura política possuía múltiplas faces e uma delas era o retorno ao multipartidarismo, após a vigência do bipartidarismo no regime, que desde o golpe de 1964 estava dividido entre a Arena e o MDB. Assim, em 1979, a reforma partidária começou com prós e contras para a ambos os lados porque, se havia mais espaço para ideias diferentes na oposição com a criação de vários partidos, o que animou a esquerda, isso também significou a fragmentação dela, o que agradou o regime. Além disso, tal fato também representou a criação de um partido governista, o PDS, que tentou se afastar da imagem dos militares, então com a popularidade em baixa (SCHWARCZ, 2015, p.391).

Foi também neste período que vários setores de esquerda que integravam o MDB romperam com o centro democrático do partido. Conforme informou o secretário do MDB da época, o deputado Thales Ramalho, “a frente programática que constitui o partido oposicionista se dispersou e se dilacerou definitivamente” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979h, p.1). Suassuna acompanhou os fatos e sinalizou que o rompimento da esquerda com o centro do MDB era bom, porque era uma chance da oposição se reorganizar e apresentar uma terceira via política, nacionalista, que buscasse “uma teoria do poder que fosse a expressão da cultura do nosso povo” (SUASSUNA, 1979g, p.11). Caso algum partido apresentasse ideias parecidas com as suas, ele o apoiaria.

A questão partidária era sensível para Suassuna. O autor nunca participou de nenhum dos dois partidos da época, porque, segundo ele, nenhum deles representava seus ideais para o Brasil. Explicando o porquê, comenta que nunca aceitou entrar no MDB porque este se esquecia das necessidades sociais e defendia uma retórica exclusivamente voltada para a abertura política. Ou seja, Suassuna via no núcleo do

partido de oposição um grupo liberal e de centro que poderia, em nome da liberdade, se tornar “antinacional e entreguista” (SUASSUNA, 1979g, p.11), pois não afirmavam nenhum valor além da abertura, que na época também estava sendo defendida pelo então presidente americano Jimmy Carter e pelo próprio regime militar. (SUASSUNA, 1979j, p.11).

O autor também ressalta que não entrou para a Arena porque esta desejava o poder absoluto, namorava com as massas e lhes dava pão e circo (SUASSUNA, 1979g, p.11). O partido, segundo Suassuna, tinha falhado em não ter criado um pensamento político verdadeiramente nacionalista para o regime militar e também para aqueles que enxergavam nos militares uma possibilidade de governo soberano para o país, como ele.

O motivo principal que me leva a não me filiar à Arena é o fato de que esse partido falhou lamentavelmente naquela que poderia ter sido sua missão – a de criar um pensamento político que, servindo de suporte à Revolução, pudesse, ao mesmo tempo, servir de bandeira a todos nós que nos preocupamos com o destino do país. Que bandeira teria sido a da Arena? A do nacionalismo, sem dúvida. E não o nacionalismo morno e tíbio, que se afirma em palavras por um lado, e faz concessões de fato por outro. Esse nacionalismo afirmativo seria o núcleo principal – mas não o único - do programa do partido. [...] Foi isso que a Arena não soube fazer. (SUASSUNA, 1979g, p.11).

Em 1979, a Lei Orgânica dos Partidos foi finalmente reformulada e novas agremiações políticas foram permitidas no país. As principais mudanças com relação à lei antiga foram: extinguíram-se os partidos Arena e MDB; as legendas que não fossem criadas dentro do congresso só poderiam funcionar a partir das eleições de 82; as antigas siglas proibidas seriam liberadas; as coligações partidárias voltariam a ser permitidas; e os partidos políticos receberiam ajuda financeira do governo. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979k, p.1)

A Lei possibilitou que houvesse então a disputa de 5 novos partidos nas eleições de 1982, sendo eles o PMDB, o PDS (antiga Arena), o PTB, o PT e o PDT (SCHWARCZ, 2015, p.391). O Partido Comunista não conseguiu sua aprovação e Suassuna defendeu sua legalização nos artigos no *Diário de Pernambuco*, afirmando que isso interessaria tanto à oposição, que não poderia mais ser chamada de comunista em seu conjunto, como ao governo, que teria os comunistas identificados e isolados em seu próprio partido (SUASSUNA, 1979f, p.11). Por mais que Suassuna colocasse a culpa do golpe de 64 na radicalização da esquerda, principalmente nos comunistas, e fosse indubitavelmente contra a aliança da oposição com estes, ele entendia que a ordem legal e democrática só voltaria ao normal com a legalização do partido. Mas o PCB não

obteve seu registro liberado e só voltou à legalidade em 1985, durante o governo Sarney (ABREU, Alzira Alves de, 2010, VERBETE FCV).

No ano de 1980, os programas dos novos partidos estavam em estágio final de formulação e começaram a ser divulgados. Suassuna considerava esta uma questão de extrema importância para a volta da democracia, pois a única chance de sucesso político das novas agremiações seria por meio da defesa de ideias honestas e verdadeiras, de programas e valores bem definidos, seja de qual espectro ideológico for. Só assim seria possível ver quais tipos de projetos para o Brasil estavam sendo discutidos, ele diz. Em suas palavras: “caso eles [os programas dos partidos] consigam trazer a verdade de volta para o jogo político, devem ser aplaudidos.” (SUASSUNA, 1980c, p.11). Ou seja, há um certo ânimo com a possibilidade do surgimento de forças políticas, mas Suassuna comemora com suspeita e receio. Temendo ser enganado novamente, diz: “vale a pena examinar seus esboços de programas e manifestos, para, então, ver se pelo menos é possível escolher um mal menor para apoiar.” (SUASSUNA, 1980c, p.11).

Quando foi lançado, o programa partidário do PDS (antiga Arena) promoveu grandes discussões, por apresentar propostas consideradas “progressistas.” O próprio presidente João Figueiredo foi indagado sobre e, em entrevista ao *Diário de Pernambuco*, respondeu: “Antes nós não éramos progressistas. Os progressistas diziam que nós estávamos atrasados no tempo. E agora estão com medo que nós passemos à frente deles. Não querem o progresso? Pois aí está o progresso.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1980a, p.1). Os militares devem ter compreendido que as pautas progressistas eram muito importantes para o debate no momento e quiseram usá-las à sua própria maneira. Um dos pontos do programa, por exemplo, era: “o atendimento, no mais breve espaço de tempo possível, de teto, alimentação, vestuário, educação, saúde, transporte e serviços públicos, para as famílias que se encontram na faixa de pobreza absoluta.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1980b, p.2).

Tais propostas “progressistas” alarmaram alguns empresários brasileiros, conforme comenta Suassuna, ao criticar o programa do PDS. O então Ministro da Fazenda Delfim Netto, filiado ao partido, havia se declarado recentemente como um “socialista fabiano”. O autor se pergunta: teriam os empresários acreditado mesmo nisso? Argumentando contra a declaração de Delfim, que segundo o autor seria digna de riso, ele caracteriza o então ministro como um representante do “capitalismo autoritário e selvagem que está descaracterizando nossa cultura, desnacionalizando nossa economia, devastando e entregando nosso território.” (SUASSUNA, 1980d, p.13).

Além disso, o "verdadeiro problema" do programa político do PSD era que ele não possuía propósito real para o Brasil, porque não discutia "sobre a dívida externa, sobre a nacionalização das terras e das empresas entregues aos estrangeiros, ou sobre a proibição da remessa de lucros para o exterior" (SUASSUNA, 1980d, p.13), que, para Suassuna, eram os verdadeiros problemas econômicos e sociais do Brasil, e que tinham sido agravados pelas políticas do regime militar. Suassuna, mais uma vez, retoma a questão do nacionalismo.

A situação política continuava crítica e Figueiredo, apesar de impulsivo, segundo o autor, parecia um homem comprometido com a redemocratização. Contudo, os economistas que o cercavam ligavam a abertura à entrega da economia do país ao capital estrangeiro. Além disso, as forças militares radicais que sustentavam o presidente "estavam cada vez mais contrárias à abertura." (SUASSUNA, 1980j, p.11). Qual a saída possível? Só restavam duas opções igualmente ruins? Suassuna aconselha nos artigos que Figueiredo chame os militares nacionalistas ao seu lado para que juntos peçam a união nacional e, então, criem um caminho para o Brasil sair da crise econômica e política. Mas, mais uma vez colocando suas ideias em perspectiva, diz: "será que estou sonhando muito alto e nosso país jamais terá um gesto de grandeza maior como este?" (SUASSUNA, 1980j, p.11).

No dia 14 de setembro bombas foram explodidas por militares linha-dura que não aceitavam a abertura democrática. Apesar de mostrar solidariedade ao presidente, que segundo o autor estava sendo acuado, Suassuna reclama da falta de coordenação política de Figueiredo, que poderia ter usado o incidente para se reaproximar do povo e pedir sua ajuda. Este seria o momento perfeito para o governo e a oposição negociarem e chegarem a um acordo, antes que "as forças terríveis que levaram Getúlio Vargas ao suicídio" (SUASSUNA, 1980l, p11) consigam de fato parar o processo de abertura política.

Suassuna afirma que o regime militar não havia promovido as reformas que ele imaginava que seriam feitas e por meio dos artigos começou a criticar aquilo que enxergava como os problemas nacionais e a propor soluções para o impasse criado pela crise política e econômica. A abertura política estava acontecendo, mas os programas partidários pouco lhe entusiasmavam - alguns mentiam deliberadamente - e as forças contrárias à abertura estavam agindo. A redemocratização, segundo o autor, dava passos importantes, como a anistia e a volta dos partidos, mas estes não estavam criando projetos políticos que combatiam diretamente as causas da crise. O MDB, por exemplo,

tinha um programa de abertura política e econômica que, se fosse conduzido da maneira que o partido queria, continuaria promovendo, embora dentro de um regime democrático, a desnacionalização e a liberalização da economia. O programa do PDS, por sua vez, mentia descaradamente ao tentar se colocar como progressista. O PCB havia permanecido na ilegalidade, e os militares da ala linha-dura estavam sabotando a abertura como podiam. A situação era caótica e Suassuna não sabia como ela terminaria, mas projetava que provavelmente seria de forma trágica para o Brasil. Na visão do autor, a abertura deveria acontecer com a volta da democracia, com partidos políticos que apresentassem propostas verdadeiramente nacionalistas para o desenvolvimento do país, e com a criação de condições para que os grupos que entraram em conflito durante o regime pudessem se resolver de forma a produzir-se um ambiente mais pacífico no país. Suassuna não via ocorrer nada disso, e considerava que a redemocratização estava se encaminhando para um modelo ainda mais “antinacional e entreguista”.

3.2. Suassuna o nacionalismo religioso do aiatolá Khomeini

O autor novamente retoma a questão do nacionalismo quando avalia a Revolução Iraniana e seu líder, o Aiatolá Khomeini. O sonho do autor paraibano era ver florescer no Brasil um movimento político de cunho nacionalista e religioso, por isso ele comemora a vitória dos revolucionários contra o xá Reza Pahlevi, pois, segundo sua interpretação, o regime que ascendia era nacionalista, soberano, e valorizava a tradição e a cultura nacional do Irã. Suassuna aproveita estes artigos para continuar enfatizando a necessidade de se construir um novo regime democrático no Brasil após a abertura política que não fosse uma farsa e que possuísse aquelas qualidades que ele via na revolução. Ele, então, se posicionou sobre algumas das ações do novo governo e tentou interpretar o que acontecia no Irã para argumentar e influenciar seus leitores no Brasil, relacionando o que acontecia lá com o que ocorria em território nacional.

Como vimos no tópico acima, Suassuna havia se decepcionado profundamente com o regime militar, em especial por ele ter promovido intensa repressão, censura e entregue grande parte da economia brasileira para o capital internacional. O xá Reza Pahlevi, destronado pelos iranianos, também tinha promovido um governo altamente repressivo – ainda mais que a ditadura brasileira – e cedido as riquezas iranianas para a exploração estrangeira, principalmente para os ingleses e americanos. Por isso Suassuna dizia ver o xá como um governante entreguista e corruptor da cultura nacional.

De acordo com o autor, a revolução poderia representar uma mudança política significativa para o terceiro-mundo, pois fora um movimento nacionalista que tentou recuperar o "chão subterrâneo" da cultura do povo iraniano, reavivando suas antigas tradições e colocando a religião como norte político da nova República Islâmica. Isso, segundo o autor, pararia o processo de descaracterização cultural que o Irã vinha sofrendo nas últimas décadas e fortaleceria a relação entre povo e governo. O Irã sofreu muitas invasões e havia sido dominado por diversas potências europeias e pelos Estados Unidos, fato que colocou suas riquezas em mãos estrangeiras e, na maior parte das vezes, com a benção dos seus governantes. Ver uma revolução popular ganhar vida em um país de "terceiro mundo", estimulou o autor a considerá-la como um possível exemplo para os países pobres que também deveriam, segundo sua opinião, buscar sua soberania e independência cultural, política e econômica.

De acordo com Coggiola (2008), o regime derrotado pela revolução teve início em 1921, quando o político Taba Tabai e o oficial de cavalaria, Reza Khan, derrubaram a antiga monarquia Qajar com o apoio velado dos ingleses. Em 1925, Khan promoveu um golpe militar e se tornou ditador do Irã. Seu governo reprimiu a religião e aplicou a sua vontade pelo terror. Em 1941, já durante a Segunda Guerra Mundial, o território iraniano foi invadido por britânicos e soviéticos. Reza se exilou e nomeou seu filho, Mohammed Reza Pahlevi como novo xá. Este fora educado em Londres, não falava a língua iraniana e se tornou um fantoche dos britânicos, realizando seus interesses sem maiores resistências (COGGIOLA, 2008, p.37), fato que acentuou ainda mais a desigualdade social no país.

No Irã, enquanto os britânicos ficavam cada vez mais ricos, a população em geral continuava tão pobre quanto antes. Na refinaria de Abadan, por exemplo, o salário era de 50 centavos por dia, sem direito a férias remuneradas, licença por doença ou indenização por invalidez. As condições de vida eram extremamente insalubres, não havia água encanada nem eletricidade. [...] No verão, o teto dos barracos, feito de barris de petróleo enferrujados, sufocava os moradores, enquanto os administradores da Anglo-Iranian viviam em enormes casas com ar condicionado, piscina e belos jardins. (COGGIOLA, 2008, p.38).

A desigualdade no Irã era muito evidente e Suassuna atribuía a existência dessa disparidade tanto ao imperialismo americano - que havia se assenhorado das riquezas iranianas - quanto ao governo do xá - que tinha entregue as riquezas nacionais iranianas, como o petróleo, em troca de bilhões de dólares para si. Por conta das más condições de vida da população em geral, levantes foram feitos e o xá foi obrigado a nomear Mohammed Mossadegh, um nacionalista, como primeiro-ministro, o qual, dentre outras

coisas, nacionalizou o petróleo. Os ingleses tentaram reagir, mas foram convencidos pelos EUA a não interceder na região. Contudo, após a saída da Inglaterra, os próprios Estados Unidos começaram a intervir.

Mossadegh se opôs ferrenhamente às tentativas americanas de se apoderar do petróleo iraniano e, por conta desta medida nacionalista, sofreu um golpe de estado que foi organizado e executado por agentes estadunidenses. Em 1953, o governo norte-americano mandou agentes da CIA para a casa do primeiro-ministro, que foi obrigado a fugir do país. Suassuna se engana ao falar da morte do então primeiro-ministro - que se refugiou em Roma após a ação da CIA e depois foi preso, mas interpretou que o golpe aconteceu quando os EUA viram que

nada dobrava o corajoso Mossadegh, [por isso] violaram, conspiraram, e desmoralizaram o direito internacional, enviando a Teerã os agentes do seu governo, que assassinaram Mossadegh com um tiro na cabeça. [...] Data desse frio e brutal assassinato a fase totalmente entreguista, autoritária e capitalista selvagem da ditadura do xá. (SUASSUNA, 1979p, p.11).

Depois de ter sido corrigido por um colega do jornal, diz que: “de qualquer maneira, a deposição e prisão de Mossadegh tem o mesmo absurdo significado de interferência indébita e de violação do direito internacional por parte dos Estados Unidos.” (SUASSUNA, 1979p, p.11). Por conta da interferência americana, o xá pode governar com mãos de ferro, reprimir a oposição, entregar as riquezas do país e receber bilhões de dólares em troca (COGGIOLA, 2008, p.42).

O governo do xá caiu após várias revoltas que demonstravam a insatisfação do povo com o entreguismo e a repressão do regime. O xá Reza Pahlevi propôs medidas contra a religião islâmica, gastou abusivamente, e aumentou a desigualdade e a inflação do país.¹¹ A gota d’água da revolução aconteceu quando uma greve iniciada pelos petroleiros foi instaurada. Em resposta, o governo prendeu e assassinou milhares de manifestantes a sangue frio, porque cada dia parado resultava em milhões de dólares de prejuízo (COGGIOLA, 2008, p.70). Depois do massacre, todos os trabalhadores das

¹¹ Em 1973, por exemplo, aconteceu a famosa crise do petróleo. Esta, gerou grandes desdobramentos no ocidente e fez com que o preço do barril subisse vertiginosamente. Este fato trouxe ainda mais lucro para os países exportadores de petróleo, como o Irã. Este dinheiro, no entanto, não foi usado para reduzir as desigualdades sociais e econômicas do país, mas sim para o fortalecimento do exército, mediante a compra de bilhões de dólares em armas americanas e britânicas, bem como para o uso pessoal do xá que, por exemplo, gastou 300 milhões de dólares nas festas comemorativas de 2.500 anos de fundação do Império Persa. (COGGIOLA, 2008, p.52). Enquanto a concentração de renda, as desigualdades e a inflação do país aumentavam, em 1975, o xá tentou reiniciar o projeto que visava diminuir o papel do islamismo no Irã. O calendário islâmico foi banido, publicações muçulmanas sofreram censura e diversas entidades religiosas tiveram suas terras tomadas. (COGGIOLA, 2008, p.63).

refinarias entraram em greve.

Ao ver a revolução ganhando corpo, parte dos bancários do Estado divulgaram documentos oficiais que revelavam a retirada de um bilhão de dólares por 178 membros do estado iraniano, entre os quais o xá, que havia transferido um bilhão para os Estados Unidos e outro bilhão para a Suíça. Em resposta, o povo, furioso, queimou mais de 400 bancos na semana seguinte. Como a repressão era grande e os locais de reunião estavam todos vigiados, os iranianos voltaram-se para os únicos lugares que permaneceram abertos: “as 80.000 mesquitas existentes no Irã.” (COGGIOLA, 2008, p.72). Nesse contexto sem volta, os soldados do exército do xá se recusaram a atirar nos manifestantes e o exército se desintegrou. Diante da incapacidade de governar, "o xá foi forçado a abandonar o país, em 16 de janeiro de 1979" (COGGIOLA, 2008, p.73). Khomeini retornou da França em 1º de fevereiro de 79, declarou sem efeito o regime imperial e proclamou a República Islâmica do Irã.

A recepção do Aiatolá contou com cerca de cinco milhões de pessoas. No seu discurso de chegada, pregou a união da oposição na luta contra a monarquia iraniana e acrescentou que armas estavam sendo distribuídas à população. O povo e os agentes de Khomeini invadiram, prenderam e atearam fogo em todos os quartéis-generais e delegacias que ainda defendiam o xá e resistiam à revolução. O exército dissolveu-se, assim como a *Savak* (polícia repressora do xá), bem como os *Majlis*, a assembleia dos deputados que sustentava o regime deposto. Assim, todo o sistema político-militar iraniano, apoiado pelo imperialismo ocidental desde 1953, ruiu. (COGGIOLA, 2008, p.80).

Suassuna ficou empolgado com a revolução iraniana e considerou o Aiatolá Khomeini como um “nacionalista de personalidade profética”. O autor aqui provavelmente pode ter usado o termo “profético” para associá-lo ao seu “mito da rainha do meio-dia” que, segundo sua visão, uniria os povos do terceiro-mundo. O Aiatolá seria, no seu pensamento, um representante político dos “povos pobres e magros do mundo”, por ele estar fortalecendo a cultura e o estado iraniano. Seu governo, segundo o autor, mostrava para o mundo que era sim possível fazer uma revolução nacionalista e religiosa nos países pobres que sofrem com o imperialismo dos países ricos.

De acordo com Suassuna, o programa de governo dos revolucionários demonstrava que o Aiatolá tomaria medidas nacionalistas e não entreguistas. Por isso ele elogia seu programa anunciado em Paris, "que ia da reforma agrária, a

nacionalização dos bancos e da economia” (SUASSUNA, 1979c, p.11). Além disso, Khomeini repudiava “tanto o capitalismo quanto o marxismo” - assim como ele - e buscava fundamentar a nova ideologia do governo “no próprio chão da cultura iraniana, com suas peculiaridades e singularidades.” (SUASSUNA, 1979c, p.11).

Suassuna parece considerar que Khomeini, com o seu nacionalismo religioso, poderia vir a ser uma inspiração para o novo regime político que deveria ser construído no Brasil após a abertura democrática e também para os novos nacionalismos que deveriam surgir para a libertação do terceiro-mundo, conforme ele defendeu antes com o Movimento Armorial e nos artigos citados no tópico acima.

Anderson (2008) afirma que o nacionalismo na Europa surgiu em meio a desagregação do antigo mundo governado por reis e pela igreja. Por isso, o amanhecer do pensamento nacionalista europeu marcaria também o anoitecer do pensamento religioso (ANDERSON, 2008, p.38). Suassuna sonhava que o fenômeno do nacionalismo no Brasil ganhasse força sem que o sentimento religioso se perdesse, para que o país pudesse trilhar um caminho diferente do velho continente, e Khomeini, segundo sua interpretação, parecia ser o primeiro líder do mundo a conseguir unir as duas concepções em um único governo, pois ele havia proclamado o nacionalismo islamismo como norte do governo, rompendo com a tradição secular ocidental.

Suassuna projetou que Khomeini, por ser um homem religioso, fundaria o novo estado iraniano perdendo os opositores políticos e esquecendo o passado, com a produção do mesmo conagraçamento que, conforme vimos antes, ele desejava que ocorresse o Brasil naquele momento. Não foi o que aconteceu. O autor ficou bastante descontente com as prisões políticas e os fuzilamentos do novo regime, e após ler o Alcorão e interpretá-lo como "um velho testamento de segunda ordem, mais brutal e mais rude" (SUASSUNA, 1979c, p.11) - pois o livro sagrado do islamismo por vezes pregava a violência como método de propagação da fé -, afirma melancolicamente que "afinal, parece que em todo o mundo a opção que a maioria é obrigada a fazer no campo da política é entre os torturadores entreguistas do xá e os fuziladores nacionalistas do Aiatolá." (SUASSUNA, 1979c, p.11).

O autor aqui faz um paralelo com o seu contexto, afirmando que tanto no Irã quanto no Brasil as opções partidárias não são tão boas e que também não existem escolhas totalmente ligadas à sua idealização nacional-popular. Por mais que Suassuna valorizasse o nacionalismo de Khomeini, o governo do aiatolá se fundamentava também nos valores da cultura muçulmana que, segundo o autor, eram em alguns pontos

divergentes dos seus, “formulados a partir do Sermão da Montanha”. (SUASSUNA, 1979c, p.11). Suassuna não encontra exatamente os seus ideais políticos em nenhum líder do mundo a não ser na figura de Gandhi, que havia valorizado a cultura nacional indiana e combatido os ingleses com métodos não violentos. Por conta disso, o autor pondera:

não desejaria para o Brasil um Khomeini assassino, mesmo nacionalista - se bem que o preferisse a um xá entreguista e torturador. Não desejaria um Churchill, carrasco imperialista e invasor da Índia, nem mesmo um Lenin, um Kennedy ou um De Gaulle para o país. Eu queria um sonho maior e mais puro - um Gandhi. (SUASSUNA, 1979q, p.11).

Mesmo apoiando parte das ações do aiatolá, neste artigo Suassuna diz que não desejava alguém exatamente do seu perfil comandando o Brasil, pois os fuzilamentos feitos por Khomeini eram inaceitáveis dentro da sua visão cristã de mundo, mesmo que fossem contra os antigos corruptores e entreguistas da dinastia deposta. Como vimos no tópico acima, Suassuna desejava a paz e o perdão, e não a vingança, mesmo que justa. Por isso ele retoma a figura de Gandhi, uma vez que o pensamento revolucionário nacionalista deste tinha era pacifista e tinha como fundamento uma visão religiosa do homem e do mundo.

Apesar de basear-se na violência, a que Suassuna se opunha, o programa de Khomeini era nacionalista e, neste ponto, se aproximava da sua idealização política, diferentemente dos programas dos recém-criados partidos no Brasil. Ele avalia o governo do aiatolá de acordo com o seu conceito de "chão subterrâneo" e afirma que um governo só pode ser verdadeiramente nacionalista se representar os valores profundos do povo do país. Partindo desta perspectiva, ele diz: O Aiatolá Khomeini “não é um político menor que, como o presidente do Iraque ou o do Brasil, foi imposto por uma minoria ao povo de seu país. Seu fanatismo, sua violência e seu ascetismo religioso são expressões do fanatismo, da violência e do ascetismo xiita do povo iraniano.” (SUASSUNA, 1980n, p.11). Mesmo não concordando com a violência do regime, ele entendia que ela era parte da “cultura peculiar e singular [do povo iraniano], que é irredutivelmente muçulmana e que assim deseja se manter”. (SUASSUNA, 1980n, p.11). Ou seja, Suassuna argumenta que um dos traços do islamismo era o fanatismo e a violência e, portanto, o povo e o governo de Khomeini estavam alinhados a essas concepções. No caso brasileiro, o “chão” era o caráter miscigenado e integrador da cultura popular, por isso um governo igual ao do aiatolá não funcionaria no país, apesar

de ser totalmente legítimo para o Irã.

Em agosto de 1979, o aiatolá anulou acordos de compras de armas dos Estados Unidos e interrompeu o fornecimento de petróleo para o país, em razão do asilo norte-americano concedido ao xá - que alegava motivos de saúde. E em novembro a embaixada americana em Teerã foi sequestrada por estudantes muçulmanos que fizeram 53 pessoas de reféns. A ação tinha por objetivo pressionar a liberação de recursos iranianos congelados - aproximadamente 23 bilhões de dólares - em contas nos Estados Unidos e pedir a extradição do xá para ser julgado no país (COGGIOLA, 2008, p.84). No dia 6 de novembro de 1979, o jornal *Diário de Pernambuco* publicou uma matéria sobre os sequestradores, noticiando que eles só liberariam os reféns caso os Estados Unidos desbloqueassem o dinheiro iraniano preso no país e entregassem o xá, que dizia estar tratando uma doença. Khomeini e o clero xiita aprovaram a ação, pois consideravam a embaixada americana um “centro de espionagem e pilhagem”. Os estudantes mantiveram bandeiras e cartazes que falavam aos Estados Unidos que eles “deveriam reconhecer a fúria revolucionária da nação e entregar “o carrasco do século”, de forma que o xá fosse julgado pelos crimes que cometeu no Irã (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979l, p.11).

Pahlevi estava fugindo da fúria revolucionária sob o argumento de estar tratando uma doença. Quando ele faz seu pedido de asilo, Suassuna comenta: "Carter não tinha condições de negá-lo, porque, como disse o ex-ministro Kissinger: ‘nunca o xá negou coisa nenhuma aos Estados Unidos.’” (SUASSUNA, 1979r, p.13). Além disso, Carter também não tinha condições de atender a “absurda, fanática e obsedada exigência dos sequestradores iranianos de entregar a eles o aliado de melhores dias, agora, decaído e doente.” (SUASSUNA, 1979r, p.13). A situação dos reféns colocou o governo americano em uma encruzilhada: ou o presidente Carter mandava forças militares - e corria o risco de os reféns serem mortos -, ou entregava o xá, que sempre lhes estendeu a mão. Analisando a situação, o autor pondera que:

os Estados Unidos não podem nem deve entregar o xá, mas pode e deve permitir uma investigação sobre seus bens e devolvê-los em caso de prova de apropriação indébita, [...] assim como devem imediatamente entregar ao Irã o dinheiro depositado que lhe pertence. O Irã [por sua vez] tem que libertar os reféns e desistir da absurda e antipática exigência da extradição do xá. (SUASSUNA, 1979r, p.13).

A questão dos reféns americanos foi tensa para ambos os lados. Os EUA, em resposta, congelaram as contas do governo iraniano nos bancos americanos e Carter

mandou uma frota naval para a costa do Irã. Em represália, os iranianos ameaçaram explodir a embaixada americana. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979n, p.1 e IDEM, 1979o, p.13). Suassuna, ao analisar a situação, problematiza que, caso os estudantes muçulmanos, “terroristas e fanáticos”, matassem os reféns, o Irã ficaria “ao mesmo tempo sem trunfo e sem argumento moral para levantar diante de qualquer represália” (SUASSUNA, 1979p, p.11), porque estariam usando o terrorismo como arma política, “que é a forma mais brutal e odiosa de luta armada.” (SUASSUNA, 1981g, p.13). No artigo ele não considerava plausível que “um líder religioso e político das dimensões e do carisma de Khomeini, [...] [manchasse] seu belo movimento através de gestos como esse.” (SUASSUNA, 1979p, p.11). Suassuna não concordava com o pedido de extradição, porque pedir “a cabeça de um derrotado – que, além disso, está agonizando, e seria submetido a um julgamento de cartas marcadas para ser assassinado – [...] [seria], ao mesmo tempo, um erro e um crime, vergonhoso e infame.” (SUASSUNA, 1979p, p.11). Como ele considera a violência algo totalmente indesejado, no artigo defende que Khomeini não degrade o seu governo com ela, pois a revolução poderia representar uma grande inspiração nacionalista para os regimes que poderiam se formar no terceiro-mundo e estes não deveriam se fundamentar no ódio.

Mesmo condenando a violência, entretanto, o autor diz que o ódio iraniano era justificável, tanto contra os EUA quanto contra o xá, que “traía sua fé, sua pátria e seu povo em troca de uma vergonhosa participação nos despojos de sangue” (SUASSUNA, 1979p, p.11), pois o antigo governante do Irã havia entregue a extração do petróleo para os americanos, após estes tentarem assassinar o então primeiro-ministro Mossadegh.

No artigo seguinte, Suassuna coloca suas críticas em perspectiva, ao afirmar que Khomeini estava “sendo justo em suas reivindicações.” O aiatolá havia feito um pronunciamento recentemente que, segundo o autor, desmentia a imagem que parte da mídia estava criando dele. Segundo Suassuna, o líder da revolução declarou que a luta do Irã se fundamentava na defesa de todos os povos pobres e oprimidos, sufocados pela “ditadura do dólar” e que seu ministro criaria dois preços para o barril de petróleo: um, mais barato, para os países pobres e outro, mais caro, para os países ricos. (SUASSUNA, 1979q, p.11).

Ao ouvir o discurso de Khomeini, o autor diz ter percebido que havia mal interpretado as coisas por conta das distorções das mídias tradicionais do ocidente, que queriam espalhar a imagem de Khomeini como um “messias insano, boçal e sangrento” (SUASSUNA, 1979q, p.11). Essas omissões e distorções dos fatos eram imperdoáveis

para Suassuna, porque já o haviam levado a tomar, enganado, posições que não correspondiam à sua consciência. Várias tinham sido as mentiras contra o aiatolá, segundo o autor. Por exemplo, a imprensa americana havia afirmado que o Irã não pagaria mais sua dívida externa, o que não era verídico, pois o problema real era o dinheiro iraniano bloqueado nos bancos americanos. Suassuna também afirma que outra manipulação tinha acontecido com relação ao pedido de extradição do xá para ser julgado e fuzilado. A verdade, segundo ele, era que

Khomeini não exige que o xá seja enviado para o Irã, mas sim que uma comissão internacional investigue seus atos lá mesmo, onde ele se encontra; e que a fortuna da qual ele se apropriou, roubando o povo iraniano, seja devolvido ao país que ele maltratou, tiranizou e pretendeu descaracterizar quando o governava, traindo sua fé, sua cultura e seu povo a serviço de uma potência imperialista estrangeira. (SUASSUNA, 1979q, p.11).

Na sequência do artigo, ele continua dando razão para Khomeini e sustenta que nada justificava o sequestro dos reféns nem a obsessão de fuzilar o xá, derrotado e doente, mas a atuação dos Estados Unidos em relação ao Irã “foi e continua sendo injusta, agressiva, exploradora, vergonhosa e termina inclinando a balança da razão para Khomeini e seus nacionalistas muçulmanos, quaisquer que sejam seus erros.” (SUASSUNA, 1979q, p.11). O autor, então, aproveita a correção das críticas que fez ao aiatolá para desaprovar a ação americana e condenar seus atos imperialistas, pois o verdadeiro crime era invadir, roubar e corromper um país, como os EUA fizeram com o Irã e estavam fazendo com o Brasil, com a ajuda dos militares.

Mesmo que Suassuna não fosse favorável à morte do xá Reza Pahlevi, tinha pleno desgosto pelo ex-líder do Irã, sempre afirmando que ele havia sido um ditador cruel, entreguista, que massacrava seu povo e se apropriou de forma indébita do dinheiro iraniano. Segundo o autor, o governo revolucionário tinha exposto para o mundo que o xá possuía nos Estados Unidos uma fortuna roubada do povo que chegava aos 35 bilhões de dólares. (SUASSUNA, 1979q, p.11). Apesar de todos os crimes do tirano, o autor pondera que nem os Estados Unidos nem o Direito Internacional se pronunciaram contra ele. Contudo, ele continua, quando se tratava das ações do aiatolá - como o processo de expurgação dos antigos partidários do xá - todo o ocidente se levantava para se pronunciar contra. Ele se pergunta: “será que isso ocorre porque o xá era entreguista e o aiatolá é nacionalista?” (SUASSUNA, 1979q, p.11). Diante destes fatos, Suassuna reflete sobre a parcialidade do governo americano: se os líderes dos países pobres agem

de acordo com seus interesses imperialistas, seus crimes são tolerados; se tomam medidas nacionalistas, são condenados publicamente.

Desde o começo da revolução iraniana que Khomeini julga e fuzila de acordo com a visão que sua seita tem de Maomé. Os Estados Unidos - que nunca deram uma palavra contra as torturas e fuzilamentos cometidos pelo xá - só passaram, porém, a espalhar no mundo sua imagem de "messias insano, ignorante e sangrento" depois que a política nacionalista iraniana começou a desgovernar e evitar o dólar. Ora, é também uma infâmia agredir e corromper um povo, a cultura e a economia de um país menor e mais fraco, compactuar com torturas e com acúmulo de fortunas no exterior por parte dos dirigentes, seus prepostos - infâmia que vários ditadores corruptos, assassinos e torturadores do nosso tempo têm cometido com a cumplicidade do capitalismo e dos bancos ocidentais - principalmente americanos e suíços - que não se detêm a indagar a origem vergonhosa do dinheiro, contanto que todo aquele ouro sangrento e manchado fortaleça as respectivas moedas desses países - os trinta dinheiros pelos quais esse Judas e Caifazes contemporâneos continuam capazes de comprar ou vender qualquer Cristo e qualquer crença no mundo. (SUASSUNA, 1979q, p.11).

Assim como fez nas suas análises sobre o Brasil, Suassuna também criticou fortemente a interferência americana no Irã. Em ambos os países o autor diz ver os dirigentes locais entregando as riquezas nacionais, corrompendo a cultura nacional e massacrando o povo em associação com o capital internacional. Por isso, segundo o autor, o sequestro possuía origens históricas e sociais que o explicavam e, por mais violento que fosse, havia alcançado o resultado esperado, e em janeiro de 1981, após 444 dias de cativeiro, os reféns da embaixada norte-americana foram libertados por gestões diplomáticas da Argélia. Os recursos do Irã, depositados em bancos ocidentais, foram liberados e o país conseguiu o que queria, já que os 23 milhões de dólares, congelados nos Estados Unidos, foram devolvidos ao país. Os reféns voltaram para seu país de origem e o xá obteve novo asilo político no Egito (COGGIOLA, 2008, p.85).

Enquanto lidava com a questão do sequestro da embaixada, o Irã sofreu a invasão do Iraque. Em 1980, o então presidente iraquiano Saddam Hussein recebeu ajuda financeira dos Estados Unidos e invadiu o país com o objetivo de debilitar e frear o movimento revolucionário. O fato que justificava o ataque, segundo o governo iraquiano, era por não concordar com um acordo firmado em 1975, que demarcava questões ligadas à fronteira entre esses países, a reapropriação de três ilhas por parte do Iraque e a concessão da autonomia às minorias sunitas no Irã. (COGGIOLA, 2007, p.103). Em sua análise, Suassuna interpreta que do lado do Iraque o conflito era apenas uma guerra que tinha por objetivo fazer o trabalho "sujo" para os EUA, enquanto do

lado do Irã significava a força e a união do governo e do povo em prol de um objetivo comum. O autor, mais uma vez, fica do lado do Irã. Em suas palavras, a guerra representava a

resistência heroica de um povo que se vê agredido e ameaçado no que tem de mais importante para si mesmo. Um povo que não se vende nem se dobra, nem ao ocidente nem à União Soviética. Não sou muçulmano, e, portanto, não estou de acordo com as violências e crueldades de Khomeini. Mas admiro e invejo profundamente sua fé e seu ascetismo, a coragem e a coerência com que procura organizar a república islâmica do Irã de acordo com essa fé e esse ascetismo. (SUASSUNA, 1980n, p.11).

Seguindo suas convicções nacionalistas, Suassuna também elogiou o aiatolá quando ele recusou a ajuda Soviética para lidar com a guerra contra o Iraque, porque, de acordo com o autor, Khomeini havia entendido “que ela seria dada em troca de concessões desonrosas para a soberania nacional e contrárias às convicções religiosas que são o fundamento da Revolução e da nova República Islâmica.” (SUASSUNA, 1980m, p.11). A atitude louvável do líder iraniano, segundo o autor, poderia ser fatal para a guerra, mas demonstrava que “a dignidade cultural de um país não tem preço” (SUASSUNA, 1980m, p.11). Além disso, a decisão do aiatolá afirmava ao mundo que o Irã não se tornaria submisso a nenhum país. Ao recusar a oferta de ajuda, um dos então ministros do Irã disse: “Não trocamos nossa independência por coisa nenhuma que nos possam fornecer.” (SUASSUNA, 1980m, p.11). Os novos governantes iranianos, ele diz, “estritamente unidos ao povo, estão provando que são capazes de matar e morrer por suas convicções políticas e religiosas.” (SUASSUNA, 1980m, p.11). Atitudes que eram muito bem vistas pelo autor porque colocavam os interesses da nação em primeiro lugar, diferentemente do que ocorria no Brasil, onde as potências estrangeiras sempre se favoreciam.

Suassuna afirmou que Hussein errou em sua tática de guerra por não entender a dimensão da união do povo iraniano. O líder iraquiano achava que poderia derrotar rapidamente o Irã, pois “a intenção de Saddam Hussein era fazer uma guerra curta, extremamente móvel, com tanques e aviões, que lhe permitissem estar em Teerã em três semanas, como ele assegurara aos americanos.” (COGGIOLA, 2007, p.103-4). Entretanto, conclui Suassuna, Hussein havia se esquecido de que “um povo, mesmo mal armado, é indomável quando se sente identificado com a forma de governo do seu país.” (SUASSUNA, 1980m, p.11). O conflito durou até 1988 e foi vencido pelo Iraque, que saiu fortalecido, mas sem conseguir aniquilar a revolução. “Calcula-se que, ao todo, a

guerra produziu um milhão de mortos, sendo o mais sangrento e longo conflito bélico do mundo pós-guerra.” (COGGIOLA, 2007, p.107).

Suassuna afirma que o ex-ministro Henry Kissinger deu uma declaração “estranheira” que deveria ser bem pensada “por todos do terceiro mundo” (SUASSUNA, 1980g, p.11), pois, se até então a propaganda “neonazista americana”¹² tinha colocado o comunismo como a grande ameaça para o mundo, com a aparição de personalidades terceiro-mundistas, como Khomeini, que são “ao mesmo tempo ferozmente antiamericanas e ferozmente antissoviéticas”, a retórica americana precisou atualizar o discurso do “demônio comunista”, diz o autor, passando a demonizar os países do “terceiro mundo”. Segundo Suassuna, Kissinger afirmou textualmente que:

os Estados Unidos devem se tornar mais decididos e agressivos em relação não somente à União Soviética, mas também aos países do terceiro mundo. Se não se tornarem assim, mais decididos e agressivos, estarão colocando em perigo a estabilidade dos países ricos do ocidente, e abrindo a possibilidade de que a década de 80 se torne um pesadelo. (KISSINGER apud SUASSUNA, 1980g, p.11).

Agora Kissinger apelava para um novo alibi, a aliança entre comunistas e radicais do terceiro-mundo. Estes deveriam ser combatidos em conjunto, porque eles, segundo o ex-ministro americano, tentariam humilhar o ocidente com ameaças de corte do fornecimento de petróleo (SUASSUNA, 1980g, p.11). Foi a partir deste fato que os Estados Unidos começaram a propagar um outro “alibi político-ideológico do imperialismo capitalista”, o terror islâmico (COGGIOLA, 2007, p.9), conjuntamente com a luta anticomunista. A partir desta análise, Suassuna conclama que aquela era a hora dos povos do terceiro mundo se unirem, seja por meio da cultura seja por acordos políticos, para frearem uma possível radicalização do imperialismo americano. (SUASSUNA, 1980g, p.11).

Como podemos ver, Suassuna mais uma vez defendeu políticas nacionalistas e antiliberais e tentou analisar a revolução iraniana dentro de suas próprias características, aplicando o seu conceito de “chão-subterrâneo” para tentar compreendê-la. O aiatolá, segundo o autor, estava promovendo uma revolução nacionalista e se alinhando com os anseios da população, e por isso recebia seu apoio e solidariedade. O autor fez uma análise afirmando que o Irã havia sido espoliado e descaracterizado pelas suas elites

¹² Suassuna diz enxergar um caráter neonazista na propaganda americana, porque os alemães, na década de 30 e 40, foram os primeiros a “unificar todos os adversários num rótulo único. [...] Esse havia sido o motivo dele, Hitler, ter escolhido como bode expiatório de sua política ‘o demônio judaico’, considerado como responsável pela criação tanto das democracias capitalistas quanto do comunismo russo.” (SUASSUNA, 1980g, p.11).

políticas em associação com o capital internacional, principalmente o americano, e vê em Khomeini um líder que – apesar das violências – poderia inspirar outros governantes do terceiro-mundo a se portarem como nacionalistas para, então, construírem um governo que não só estivesse alinhado aos desejos populares, mas que também unisse, pela primeira vez, nacionalismo e religião em um único governo. Suassuna, portanto, projeta em Khomeini um líder que poderia representar um passo para a realização do seu sonho de união dos povos do terceiro-mundo em uma grande e fraterna nação que combateria o imperialismo cultural e econômico norte-americano.

3.3. O nacionalismo de Suassuna contra a entrega das riquezas nacionais

Suassuna escreveu artigos no jornal *Diário de Pernambuco*, entre 1977 e 1981, tendo por objetivo debater sobre a política nacional. Neste período o autor não publicou nenhum livro, parou a escrita de *O Rei Degolado* - a continuação do romance armorial *A Pedra do Reino* - e abandonou a vida pública em 1981. Ele parou de escrever, de dar entrevistas e permaneceu apenas com o seu trabalho na universidade como professor. Pelo que expusemos até aqui, Suassuna claramente percebeu que tinha cometido um erro ao apoiar os militares e ao não criticar o regime em ocasiões em que já tinha elementos para fazê-lo. A crise econômica e política em que o Brasil se encontrava era tão grave que parecia não haver solução. Sua luta política por meio do Movimento Armorial, do Conselho Federal de Cultura e dos artigos de opinião não fez com que o Brasil se aproximasse de sua idealização castanha e, muito provavelmente por isso, desejou se recolher até ter redimensionado totalmente suas ideias. O autor, profundamente triste com os rumos do país e com as suas próprias decisões, buscou o autoexílio para ver se sozinho conseguiria encontrar um caminho para si e para o Brasil (SUASSUNA, 1981q, p.13).

Suassuna não deixou totalmente claro quais foram os motivos exatos na ocasião, mas anos depois, em 2002, disse no programa *Roda Viva* que o autoexílio aconteceu porque ele havia cometido um erro de interpretação do Brasil em suas obras e, por conta disso, tinha decidido se isolar, estudar e colocar suas posições em perspectiva. O autor afirmou que possuía uma visão equivocada sobre o evento de Princesa¹³, o de que ele era um equivalente de Canudos: “um arraial do campo assaltado por forças urbanas”.

¹³ O evento relatado pelo autor aconteceu em Princesa, cidade no interior da Paraíba, que foi declarada independente do estado em 1928 pelo pai de Suassuna e seus companheiros políticos contrários ao governo de João Pessoa, então governador da Paraíba. Suassuna conta que ela tinha hino, bandeira e constituição, e se chamava Território Livre de Princesa. (RODA VIVA, 2002).

Mas, segundo sua explicação no programa, ele disse ter entendido que havia mal interpretado as coisas, pois no caso de Canudos

era um exército urbano a serviço dos privilegiados, acabando com um arraial popular. No caso de Princesa não, pois eram privilegiados da cidade lutando contra privilegiados do campo. Então, foi isso que me causou uma angústia muito grande quando eu descobri e eu interrompi minha escrita e me isolei para fazer uma revisão de tudo, fiz um exame de consciência duro e um reexame dessas posições. (RODA VIDA, 2002).

No programa essa é a única explicação que Suassuna nos dá para a sua reclusão. Apesar disso, pelo que foi exposto até aqui, é possível projetar como hipótese que outro grande motivo tenha sido a necessidade de refletir sobre seu apoio ao golpe de 1964 e depois ao próprio regime, que além de não ter transformado o Brasil no sentido que ele esperava, no final das contas, havia piorado a situação econômica e cultural do país.

Desde o primeiro artigo de opinião, publicado no *Diário de Pernambuco* em 26 de junho de 1977, Suassuna já confessava estar cheio de dúvidas, medos e arrependimentos por conta dos posicionamentos tomados no passado. Logo no texto inicial, intitulado *A Confissão Desesperada*, nos é exposto um profundo sentimento de culpa e tristeza, mas ainda com poucos detalhes do que estaria lhe deixando tão aflito. O autor escreve que seus próximos textos iriam “assumir um tom *profético*, [...] e até ridículo, grotesco” (SUASSUNA, 1977a, p.13), porque, naquele momento, ele era um homem “cheio de hesitações e dúvidas de consciência” (SUASSUNA, 1977a, p.13). As certezas e posições firmes, ferrenhamente defendidas em momentos anteriores, agora estavam sob suspeita e reflexão.

O autor pondera melancolicamente que, mesmo não estando em sua melhor fase mental e espiritual, acreditava que “neste presente escuro que estamos vivendo, mesmo as vozes turvas podem ser ouvidas” (SUASSUNA, 1977a, p.13). Diz que tentaria, pela primeira vez, “ordenar essas dúvidas e opiniões, sob forma, também, de cartas ao meu país – epístolas de um falso apóstolo vacilante e que provavelmente não interessarão a ninguém” (SUASSUNA, 1977a, p.13), porque o conjunto destes escritos formaria, segundo suas palavras, apenas uma “confissão desesperada que não me trará nenhuma absolvição, porque partiu de um impulso subterrâneo que ninguém solicitou.” (SUASSUNA, 1977a, p.13).

No texto *A política e eu* (1978b), diz que amigos próximos estão aconselhando-o a deixar a luta política de lado e voltar para o domínio das artes, porque suas posições faziam com que parecesse “ingênuo e inábil”. Apesar dos conselhos, disse que

continuaría tentando intervir no debate político por meio dos artigos, porque escrever suas opiniões era um “mecanismo compensatório da consciência culpada” que, naquele momento, só girava em torno do sofrimento. Em tom de pesar, desabafa: “tendo consciência dos meus erros graves, não tenho tido decisão, firmeza e coragem para o arrependimento, só tenho tido remorso.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1978b, p.9). Suassuna provavelmente não está se referindo ao momento de apoio ao golpe, mas a uma ocasião posterior, durante o regime, em que já teria tido elementos suficientes para se arrepender.

A partir de 1978, a profundidade da autocrítica e dos lamentos começa a aumentar e, no Natal desse mesmo ano, publica um artigo que intriga pelo caráter depressivo e melancólico, pois foi publicado na semana de uma das datas mais importantes para o cristianismo - religião da qual Suassuna era um convicto praticante. Em tom de desespero escreve que, diferentemente de todos os outros que tentavam escrever sobre o sentimento feliz do Natal, ele só pensava “em encontrar uma fuma solitária e áspera, para ali me refugiar longe de todos.” (SUASSUNA, 1978k, p.13). Este sentimento de angústia e solidão, ele completa, vinha “de longe, talvez por viver, desde que nasci, exilado, impelido, por uma sentença estranha, a não ter pouso certo em lugar nenhum que eu sinta como sendo finalmente o meu.” (SUASSUNA, 1978k, p.13). Seu desejo, naquele momento, era “ir para o deserto, para ver se a solidão me possibilitaria prescrever e esquecer. Prescrever meus crimes, é certo” (SUASSUNA, 1978k, p.13). O deserto, visto como a representação de um lugar onde não pudesse ser encontrado tomou forma real, naquele momento, segundo o autor, no parque *Horto de dois irmãos*. Ele dizia se dirigir para lá

afim de procurar a companhia dos meus iguais, os pobres bichos sertanejos, enjaulados, com as plumagens e os pelos estragados, e também marcados, roídos, degradados pelas grades, pelas colheitas, pelo ambiente alheio, pelo exílio, pelo tempo. Fico ali muito tempo, sozinho, sonhando, impassível por fora, queimado por dentro, chorando as oportunidades perdidas, os sonhos destroçados, a vergonha das minhas deserções... Não, decididamente nem sei e nem devo escrever sobre o Natal. (SUASSUNA, 1978k, p.13).

No ano seguinte descobrimos um pouco mais sobre sua decepção por meio de dois artigos publicados no mês de setembro de 1979, chamados *Mea Culpa e Outro Mea Culpa*. “Ingênuo” novamente é a palavra que ele usa para se descrever quando diz ter acreditado que sua luta pelo fortalecimento da cultura brasileira, através da criação de uma arte e de uma literatura nacionais, poderia ser adotada no campo político pelos

dirigentes do país. “Foi por isso que, entre outras coisas, criei o Movimento Armorial”, ele afirma. (SUASSUNA, 1979i, p.11). Suassuna aqui nos conta que criou o movimento porque acreditava que poderia mostrar para os novos dirigentes do país um caminho que fortalecesse a cultura brasileira. Os homens públicos, convencidos pela grandeza e beleza das suas obras artísticas, poderiam adotar princípios semelhantes aos seus no campo político. Seu interesse era fortificar a cultura e a economia nacional, e não necessariamente apoiar um golpe de estado, mas acabou fazendo isso por ingenuidade, segundo ele próprio explica (SUASSUNA, 1979i, p.11).

Suassuna afirmou se sentir “um bobo” por ter demorado a perceber que estava sendo enganado porque, por um lado, os artistas que permaneceram ao lado do golpe de 1964 eram aplaudidos pelas instâncias superiores do governo, enquanto, por outro, os militares nacionalistas eram todos aliados do governo pelos tecnocratas que os aplaudiam. Com o tempo, ele percebera que os aplausos aconteciam porque o governo não os via como uma ameaça ao entretenimento de massa. “Que força teria um Quinteto Armorial diante das discotecas?” (SUASSUNA, 1979i, p.11), ele se pergunta. Além disso, seria bom para o governo que eles, os artistas nacionalistas favoráveis ao regime, continuassem trabalhando nas suas próprias ideias, porque, diz o autor: “poderíamos talvez distrair um pouco os que nos ouviam, enquanto eles entregavam tranquilamente aos de fora a economia e até enormes porções do território nacional.” (SUASSUNA, 1979i, p.11).

Suassuna reitera a questão nacional e novamente diz que demorou a perceber que o governo não era comandado por verdadeiros nacionalistas. Segundo suas palavras, somente quando entendeu que o “entreguismo” era a tônica das políticas do regime é que decidiu mudar para a posição em que se encontrava naquele momento, saindo do governo e tentando contribuir com o povo de outra maneira, o que pode explicar, em parte, sua saída do Conselho Federal de Cultura em 1973. Para continuar lutando pelo seu projeto nacional-popular, aceitou o cargo de Secretário de Cultura na Prefeitura de Recife¹⁴ na gestão de Antônio Farias, em 1975, e depois colocou sua

¹⁴ Suassuna foi convidado pelo prefeito “biônico” Antônio Farias para comandar a Secretaria de Educação e Cultura da cidade de Recife. O convite foi muito bem recebido pelos meios artísticos e marcou um ponto positivo para o novo prefeito, que havia conseguido realizar o feito de trazer Suassuna para um cargo político, pois ele sempre recusava os convites (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1975a, p.3). Hermílio Borba Filho, em artigo ao Diário de Pernambuco, diz que ficou intrigado ao vê-lo aceitar o cargo, “pois dias antes fora testemunha de que Suassuna, gentilmente, recusara o convite do Ministro Ney Braga para voltar ao Conselho Federal de Cultura”, com a justificativa de que a ocupação iria prejudicar sua carreira de escritor (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1975c, p.3). O projeto cultural “Cidade do Recife” foi iniciado em 1975, assim que o autor assumiu seu cargo. Foi também neste período que

perspectiva política e social em debate nos artigos de opinião, a partir de 1977.

Em um artigo de 1979, ele diz estar envergonhado por ter acreditado no argumento dos militares, e que naquele momento via que seu apoio tinha contribuído para a crise em que o Brasil se encontrava. A fome e o desemprego estavam em alta, a soberania nacional era atacada diariamente, o país estava endividado e com inflação, e a identidade nacional estava se descaracterizando com o apoio do regime. Em suas palavras:

Mas o grande argumento do governo durante esses quinze anos – argumento ao qual confesso, envergonhado, que, por um entendimento errado do orgulho nacional, fui sensível durante certo tempo – era que, com todos os seus erros noutros campos, o Movimento de 64 tinha feito crescer a produção nacional, contido a inflação e aumentado as divisas do Brasil. Este último argumento era o que mais me tocava, pois eu julgava entrever, pela primeira vez, a possibilidade de erguermos altivamente a cabeça no campo internacional. Agora, a fome está aí, o desemprego também, a soberania nacional está sendo diariamente atingida, a inflação disparou, o País está devendo os olhos da cara, e, o pior de tudo, a identidade nacional e cultural do Brasil está se desagregando a olhos vistos. Que me perdoem o aparente pessimismo: a Rússia comunista é uma prisão, o mundo capitalista ocidental é um bordel. O Brasil está pretendendo ser, ao que parece, um misto de prisão e bordel, ainda por cima de propriedade estrangeira, e com gerência ou estrangeira ou vendida. As classes privilegiadas não estão se incomodando nem um pouco com isso: querem mesmo é tomar uísque na beira das piscinas, ao som da música estrangeira. Tendo nós esperado, com a maior paciência e moderação, que o governo reagisse contra tal linha, e tendo ele sistematicamente se negado a isso, só nos resta agora alguma esperança na oposição. Queira Deus que ela encontre o caminho, sem incorrer de novo no ciceronismo palavroso, nos erros e desatinos de 1963. (SUASSUNA, 1979j, p.11)

Suassuna apoiara o regime e aceitara permanecer no Conselho durante seis anos porque acreditava que o país estava progredindo, pois os militares haviam aumentado a produção interna, combatido a inflação e aumentado as divisas do Brasil. Contudo, com o fim do “milagre”, a fome e o desemprego voltaram, e as riquezas nacionais estavam entregues a mãos estrangeiras. Apesar do caos generalizado, as elites não se importavam e desejavam, diz Suassuna, apenas festejar. Sua única esperança era a atuação da oposição, que anos antes havia sido deposta com o seu apoio (SUASSUNA, 1979j, p.11).

Suassuna deu início a uma nova fase do Movimento Armorial, dizendo querer ir mais fundo na corrente popular e lhe dando um novo nome: Movimento Romançal (SANTOS, 2009). Em entrevista ao Diário de Pernambuco em 1975, Suassuna diz que assumiu a secretaria “a fim de executar um programa próprio”, sendo este voltado, de início, “para a música e a dança, e depois para o teatro.” (SUASSUNA, 1975d, p.28).

Ao analisar a relação entre Suassuna e os militares, Brito afirma que o discurso do autor nos artigos publicados no *Diário de Pernambuco* trata as questões sociais e políticas “num plano secundário e de forma acrítica”, por ter sido ele um dos “intelectuais engajados na elaboração do discurso ideológico no plano cultural utilizado pelo regime militar.” (BRITO, 2005, p.155). O artigo discutido acima coloca essa interpretação em questionamento, pois, como podemos ver, Suassuna estava sim preocupado com questões sociais, como a fome, a produção e a inflação. Suassuna idealizava um regime de liberdade e justiça para todos no Brasil, demonstrando que sua idealização política se relacionava ao desejo de combater as graves contradições sociais do país, com base em uma concepção de povo, de nação, e de arte popular que não coincidiam com as dos militares, como demonstrado no capítulo dois desta dissertação.

No artigo posterior ao acima citado (1979), nem mesmo o povo brasileiro, que sempre apareceu nos seus escritos em tom de exaltação, escapou das suas reflexões pessimistas. Suassuna comenta que o Brasil estava sofrendo um boicote à carne produzida no país, e em meios aos comentários sobre este fato, afirmou que o povo brasileiro possuía grandes virtudes, mas também grandes defeitos. Ou seja, o autor parecia fazer uma reflexão levando em consideração os contrários, como ele mesmo havia defendido anteriormente. Suas palavras foram:

Acontece que somos um país desarticulado e meio inerte. Nosso povo, que tem inúmeras virtudes, possui também graves defeitos. Entre esses defeitos, está o de um comodismo individualista, cético, descrente e isolacionista, e a meu ver a causa maior da desarticulação. Dentro dessa linha de comportamento, quando um problema nos toca pessoalmente ou atinge os que nos são mais próximos, reagimos e gritamos. Quando atinge outros grupos, nem sequer tomamos conhecimento do assunto. (SUASSUNA, 1980f, p.11).

Suassuna, que defendia que o Brasil só se tornaria independente quando valorizasse a cultura popular, agora admitia ver grandes defeitos nela. Antes, a união de elementos contrários era a característica central do povo brasileiro. No artigo este aparece como cômodo, individualista, descrente, isolado e desarticulado. Apesar de anunciar que o povo possui grandes virtudes, neste artigo não as enumera nem as cita. Nenhum adjetivo contrário, positivo, nos é apresentado. Ao final do artigo, novamente se diz envergonhado e afirma mais uma vez ter sido ingênuo ao acreditar nos militares.

Confesso envergonhado, que, ingenuamente, também esperei e acreditei neles durante muito tempo. Até que, indignado, descobri que estava sendo vergonhosamente burlado em minha boa-fé e apoiando aqueles que, por trás de promessas e palavras, estavam simplesmente traindo o Brasil. Sim, pois o que está por trás de tudo o que atualmente

nos persegue, prejudica e envergonha, é a política entreguista, formulada por tecnocratas, seguida pelo Governo e apoiada, de boa ou de má-vontade, mas sempre pelos políticos governistas, que, assim, terminam sempre a favor do capital estrangeiro que está invadindo, subornando, corrompendo, furtando e descaracterizando o nosso país. (SUASSUNA, 1980f, p.11).

A crise econômica brasileira continuava pesada e os militares pareciam não ter medidas efetivas para combatê-la. Em uma das tentativas de equilibrar o déficit fiscal, o Programa Nacional do Alcool foi criado como uma iniciativa do governo para enfrentar a crise mundial do Petróleo, tendo por objetivo aumentar a produção de etanol no país. Contudo, o autor comenta que, mesmo o programa sendo “nacional”, nele foi aceito a participação de empresas multinacionais, ou seja, estava sendo repetido o mesmo erro que havia levado o Brasil à crise, o antinacionalíssimo, porque novamente iam ser entregues as riquezas nacionais para o capital internacional. Diante desse “descalabro”, Suassuna diz que governo não fazia isso por "erro, engano ou cegueira, [...], mas por doutrina e programa" (SUASSUNA, 1980h, p.11). Infelizmente, tais medidas antinacionais estariam levando o povo brasileiro “ao desânimo, à descrença e ao desespero.” (SUASSUNA, 1980h, p.11). Já expusemos que Suassuna era antiliberal, mas aqui a crítica aparece junto de um lamento arrependido.

Duas semanas depois do antigo citado acima, o autor comenta outra notícia que, segundo ele, mostrava a ala “entreguista” do governo militar, mais uma vez, tomando as decisões de Estado. No começo de abril de 1980, noticiou-se que "nas imensas reservas da Serra dos Carajás - reservas que incluem ferro, cobre, níquel, alumínio e manganês - tinha se descoberto ouro." (SUASSUNA, 1980i, p.11). O ministro Delfim Netto permitiu que capitais estrangeiros pudessem explorá-la, declarando que o projeto seria efetivado em "condições práticas e não patrióticas" (NETTO apud SUASSUNA, 1980i, p.11). Por conta dessa decisão, a Vale do Rio Doce (empresa nacional) teria direito apenas à extração de ferro. Quanto aos demais minerais, seriam “aplicados capitais japoneses e americanos" em sua extração (SUASSUNA, 1980i, p.11).

Segundo a matéria de capa no *Diário de Pernambuco* do dia 26 de julho de 1981, uma série de empresários e produtores rurais de Recife também se posicionaram contra as decisões liberais do governo e levaram uma denúncia à Associação Comercial de Pernambuco contra a presença das multinacionais no comércio regional. Os comerciantes e pequenos produtores, segundo a acusação, estavam sofrendo sérios riscos de ir à falência por não conseguirem concorrer com os preços das empresas estrangeiras. A queixa alegou que “o poder de competitividade entre os pequenos e

médios lojistas e as organizações alienígenas que aqui chegaram, [...] poderá, num futuro próximo [...] colocar em risco a subsistência do comércio nativo, com reflexos na economia do Estado de Pernambuco.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1981m, p.1).

Suassuna conta um fato semelhante a esse na introdução de 1972 da peça teatral *A Farsa da Boa Preguiça* (2013) que, segundo ele, demonstrava como o capital internacional liquidava a produção nacional. Ele afirma ter visto quando pequeno a falência de diversas indústrias nacionais de algodão, inclusive uma pertencente a um dos seus tios, por conta da entrada de empresas internacionais no sertão nordestino. De acordo com o autor, essas multinacionais entraram no Brasil com o propósito de destruir as nascentes indústrias do país, neste caso as de Taperoá, fazendo a cidade voltar para a condição colonial de exportadora de matérias-primas. Cito um longo trecho para demonstrar como o autor via a relação entre a entrega das riquezas nacionais para os grandes conglomerados internacionais e a falência de pequenos produtores.

Sou, como todo escritor, uma espécie de sonhador, sem muito jeito para político ou cientista. Não foi, portanto, por nenhuma lucidez especial que me apercebi desses problemas desde muito moço: foi a própria experiência da vida. Vi um tio meu, uma espécie de cavaleiro sertanejo, valente, alegre, caçador, amigo do povo, um homem que recebia na sua mesa trinta ou quarenta pessoas por dia, ser liquidado em pouco tempo, fazendo passar o menino sertanejo que eu era então por uma experiência semelhante à que os meninos de engenho passaram na Zona da Mata nordestina. Com uma agravante, aliás: nesta, foram as usinas e capitais brasileiros que liquidaram os Engenhos; no Sertão, foi o capital estrangeiro que liquidou uma nascente e florescente indústria de beneficiamento de algodão. Em Taperoá, aí por 1934, havia vinte e oito pequenas fábricas sertanejas dessa indústria, os “locomóveis” como eram chamados. Duas companhias estrangeiras chegaram por lá e liquidaram tudo. A mais rica montou na sede do município um maquinismo moderno e poderoso. As duas companhias, juntas, subiram de tal modo os preços de compra do algodão em caroço, bruto, que imediatamente todos os agricultores sertanejos passaram a vender só a elas. Os pequenos industriais sertanejos que não tinham algodão próprio fecharam logo suas fábricas. Ficaram aqueles que, além de possuírem locomóveis, eram, também, agricultores e produziam seu próprio algodão. Aí, as duas companhias subiram também o preço de compra do algodão beneficiado e começaram a comprar toda a produção dos locomóveis sertanejos, criando uma prosperidade artificial que, durante algum tempo, criou uma verdadeira euforia no Sertão. Ocorria, porém, um ligeiro pormenor em cujo perigo, a princípio, ninguém atentou: a diferença de preço entre o algodão em caroço e o algodão beneficiado era tão pequena, que era mais vantagem vender o primeiro, pois a diferença não compensava os gastos e o trabalho do beneficiamento. Aí, fecharam as fábricas que ainda restavam, e todos os sertanejos passaram a vender algodão em caroço às duas companhias estrangeiras. Mas a alegria era de pobre e durou pouco. Assim que as

vinte e oito fábricas fecharam, com os locomóveis vendidos e saídos do município, os preços baixaram, a falsa prosperidade acabou e os cavaleiros sertanejos, endividados, como meu tio, durante a euforia, morreram desesperados e arruinados. O pior é que, então, já cumprida a finalidade para que fora montada, a companhia estrangeira fechou também sua grande e moderna fábrica. Ficou apenas comprando o nosso algodão, com os sertanejos reduzidos à velha condição colonial de fornecedores de matéria-prima. (SUASSUNA, 2013, p. 20-21).

Os sertanejos, segundo sua exposição, acreditaram que as multinacionais estavam trazendo o progresso para a região com as suas grandes indústrias, mas ao fornecerem suas matérias-primas para elas, caíram numa manipulação de mercado que acabou destruindo a produção da cidade e, conseqüentemente, os empregos locais. Suassuna retoma um argumento nacionalista que valoriza a criação de uma indústria nacional de bens e mercadorias. Ao invés dos governantes entregarem as riquezas nacionais, o autor diz que deveriam promover “uma indústria peculiar e fiel a nosso país e a nosso povo.” (SUASSUNA, 2013, p.19). Já que o desenvolvimento industrial era considerado um “mal necessário” para o Brasil superar a miséria, deveria proporcionar emprego e renda para os brasileiros, e não para os estrangeiros. A indústria nacional, de acordo com Suassuna, deveria existir com base nos valores populares. Assim, a produção serviria à boa vida e proporcionaria, ao final do dia, o ócio merecido. Se assim fosse, não serviria à ganância e à avareza, que, segundo ele, eram os valores que guiavam os “povos nórdicos”, em referência aos países imperialistas do “primeiro-mundo”. (SUASSUNA, 2013, p.13).

Ele ressalta que existe uma grande diferença da visão que “nós, povos morenos e magros, temos do mundo e da vida, em face da tal cosmovisão dos povos nórdicos.” (SUASSUNA, 2013, p.13). Estes, de acordo com o autor, “são a raça com mais vocação para burro-de-carga que conheço.” (SUASSUNA, 2013, p.13). Na peça que apresenta com esse texto, Suassuna valoriza a “boa preguiça”, o tempo não burguês, o “ócio criativo”, em contraposição à preguiça ruim, que não gera fruto algum, e também ao trabalho capitalista, exaustivo e alienante. A lição da peça pode ser sintetizada nas palavras do personagem Manuel Carpinteiro – que representa Jesus na obra –, segundo as quais é preciso “temperar sabiamente o trabalho com a contemplação e o descanso. Existe um ócio corruptor, mas existe também o ócio criador.” (SUASSUNA, 2013, p.99). Suassuna defende que o povo brasileiro sabe trabalhar num ritmo que lhe é agradável e aproveita a boa preguiça que surge após um dia duro de trabalho. “Nós, povos castanhos do mundo, sabemos que o único verdadeiro objetivo do trabalho é a

preguiça que ele proporciona depois, e na qual podemos nos entregar à alegria do único trabalho verdadeiramente digno, o trabalho criador, livre e gratuito.” (SUASSUNA, 2013, p.13). Os poetas e os artistas, ele diz, “têm a sorte de poder unir o trabalho escravo e o trabalho criador numa só atividade.” (SUASSUNA, 2013, p.13).

Mesmo afirmando ter defendido a cultura popular e o nacionalismo na peça, Suassuna diz que, quando a lançou, os marxistas o acusaram de “estar aconselhando o povo brasileiro à preguiça e ao conformismo, fazendo o jogo dos que desejavam impedir e enterrar sua luta de libertação.” (SUASSUNA, 2013, p.12). Isto fora dito, segundo ele, em associação do seu trabalho a um dos “chavões de que a classe burguesa urbana mais se vale, no Brasil, para falar mal do nosso grande povo, o da preguiça e da ladroeira” (SUASSUNA, 2013, p.15). Essa era uma das explicações que a elite nacional dava para seu desprezo pelo povo brasileiro. De acordo com o autor, ele nunca defenderia esses valores, pois era justamente este tipo de visão preconceituosa que manteria o Brasil na condição de país pobre, com uma população cheia de miseráveis que são obrigados a “um ócio forçado, a do lazer a pulso do desemprego.” (SUASSUNA, 2013, p.17). Ele afirma que “se nós, brasileiros privilegiados, não traírmos essa gente [...], o Brasil será, ainda neste século, um país talvez único no mundo, pela grandeza e pela dignidade do seu povo.” (SUASSUNA, 2013, p.17).

Apesar disso, ele conclui: “não fiquemos somente a fazer o elogio humanista das nossas virtudes de ócio, senão os poderosos do mundo — que passaram por sua fase de trabalho intenso, sejamos justos em reconhecer — nos dominarão de uma vez para sempre.” (SUASSUNA, 2013, p.18). Segundo o autor, apesar da cultura popular brasileira ser superior em vários pontos de vista, era preciso reconhecer que em outros a dos “nórdicos” era melhor, como na questão da organização e do trabalho tecnológico. “Nisso, a meu ver, devemos estender a mão à palmatória dos nórdicos capitalistas e dos soviéticos socialistas, aprendendo seus processos técnicos e seus métodos de trabalho.” (SUASSUNA, 2013, p.18-19). Somente entrando na corrida tecnológica, ele afirma, “é que o Brasil e a América Latina podem vir a participar desse abençoado e milagroso lazer que estão nos anunciando”, promovendo o trabalho a partir das riquezas nacionais e proporcionando uma boa condição de vida para todos os brasileiros e latino-americanos. Por isso Suassuna se revolta contra a entrega dessas riquezas pelo regime militar, pois elas é que promoveriam o crescimento do país. E é isto que o seu nacionalismo desejava para o Brasil: uma grande nação que se moderniza, cria trabalho e renda para todos, mantendo as boas características da cultura popular sem se

descaracterizar.

Considerações finais

Suassuna criou o movimento armorial declarando ter dois objetivos que se completavam. Um estético, que pretendia recriar as manifestações culturais populares nordestinas numa roupagem erudita; e o outro político, que desejava lutar contra a descaracterização da cultura brasileira promovido pela entrada dos meios de comunicação de massa no Brasil (SUASSUNA, 1974). Caso conseguisse realizá-los em conjunto, reforçaria os traços integradores da cultura popular nas demais culturas do território nacional, tornando o Brasil um país soberano, livre, independente, justo, harmônico, pacífico e igualitário. Este país que surgiria, a "Nação Castanha Brasileira", poderia liderar um processo de unificação entre os "países pobres e periféricos do mundo" em uma grandiosa e fraterna unidade que, ao unir bilhões de pessoas pela cultura, teria força suficiente para combater a "cultura massificada americana", que, depois de combatida pela "cultura castanha", poderia se equilibrar com ela e criar a "verdadeira cultura universal" ao harmonizar todos os contrários.

Esta idealização político-cultural foi pensada durante a ditadura militar. Suassuna, ao apoiar o golpe, imaginou que existiriam militares nacionalistas que apoiariam a sua ideia, o que não aconteceu. Pelo contrário, os militares seguiram um caminho oposto e usaram ideias semelhantes às suas para justificar a aliança com as grandes empresas multinacionais, entregando-lhes as riquezas nacionais que promoveriam o crescimento do país se fossem utilizadas pelos governantes para este fim, e também introduzindo o seu próprio projeto nacional, o desenvolvimentismo liberal, por meio dos meios de comunicação de massa - um dos grandes inimigos de Suassuna. O autor, pelo que foi exposto, ficou profundamente arrependido por ter apoiado o regime, e decidiu fazer um autoexílio para colocar suas ideias e posições em reflexão profunda, e tentar se aproximar, então, de sua visão religiosa do homem e do mundo.

Suassuna parecia ter boas intenções, realmente valorizava a cultura popular e possuía uma idealização político-cultural nacionalista para o país, mas foi ingênuo, como ele mesmo percebeu anos depois, em ter projetado que os militares colocariam em prática algo parecido com as suas ideias. Apesar disso, foram essas mesmas concepções que produziram obras geniais como a *Farsa da Boa Preguiça* e a *A Pedra do Reino*. Quando o autor saiu do seu campo principal de atuação, lugar que tinha pleno domínio foi inocente e defendeu posições que ele mesmo se envergonhou depois. Apesar disso, sua passagem pelo CFC foi importante, pois dentro do contexto da

ditadura ele tentou combater a censura, teve posição privilegiada para dialogar com os militares quando precisou ajudar amigos próximos perseguidos pela ditadura, e usou de sua posição para conseguir financiamento para o Movimento Armorial e para a UFPE.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Oswald de. *O manifesto antropófago*. In: TELES, Gilberto Mendonça. Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas, Brasília: Vozes, 1976.
- AUERBACH, Erich. *Figura*, São Paulo: Editora Ática, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Brasília: UNB, 1987.
- Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: CFC, 1969-1973.
- Revista Brasileira de Cultura*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1969-1973
- BOSI, Alfredo. *Plural, mas não caótico*. In: *Cultura brasileira - temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987. p.7-15.
- _____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRITO, Antônio de Pádua de Lima. *Ariano Suassuna e o movimento armorial: Cultura brasileira no regime militar, 1969-1981*, Unicamp, São Paulo, 2005.
- COGGIOLA, Oswaldo. *A revolução iraniana*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- COSTA, Lilian Araripe Lustosa da. **A política cultural do Conselho Federal de Cultura, 1966-1976**. Dissertação (mestrado) – Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2011.
- D'ANDRA, Moema Selma. *A tradição redescoberta: o pensamento tradicionalista de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e literárias nordestinas*. Dissertação (mestrado) – Unicamp, 1987.
- FRAZER, James G. *O ramo dourado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- FRANCO, Renato, *Política e Cultura no Brasil:1969-1979*. Perspectivas, São Paulo, 1995.
- FREYRE, Gilberto, **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**, São Paulo: Global, 2006.
- FREYRE, Gilberto. *Manifesto regionalista*. Recife: FUNDAJ, 1996.
- MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)**, São Paulo: Iluminuras, 2012.
- MEC, *Política Nacional de Cultura*, Departamento de documentação e divulgação, Brasília, 1975.

- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*, Brasília: Editora Brasiliense, 1985.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*, Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000.
- RIBEIRO, Renato Janine. *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra seu tempo*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- ROMERO, Silvio. *Contos populares do Brasil*. São Paulo, 2002
- ROMERO, Silvio. *Introdução à doutrina contra doutrina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- RUSSEL, Bertrand. *História da Filosofia Ocidental*, São Paulo: Editora Nacional, 1957.
- SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. *Em demanda da poética popular: Ariano Suassuna e o Movimento Armorial*, Campinas: Editora Unicamp, 2009.
- SANTOS, Nivea Lins, *A mimesis do Quinteto Armorial: uma busca pela autenticidade da música brasileira*, Campinas: Revista Ideias, v.8, n.2, p.113-130, 2017.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil: uma Biografia*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.
- SUASSUNA, Ariano. *O Movimento Armorial*. Recife: Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco, 1974.
- SUASSUNA, Ariano. *A Onça Castanha e a Ilha Brasil: Uma reflexão sobre a Cultura Brasileira*. Recife: UFPE, Tese de Livre Docência, 1976.
- SUASSUNA, Ariano. *Iniciação à Estética*, Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2013.
- SUASSUNA, Ariano. *Almanaque Armorial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- SUASSUNA, Ariano. *A Farsa da boa preguiça*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013

Periódicos

- Um concerto da Orquestra Armorial de Câmera*, Diário de Pernambuco, 28 Out 1970, p.4.
- Arte e literatura nordestina: novo ritmo*, Diário de Pernambuco, 03 de maio de 1970, p.47.
- Novo movimento musical surgirá hoje no Recife*, Diário de Pernambuco, 18 de outubro de 1970, p.32.

FREYRE, Gilberto. *Em torno da atualidade cultural do Brasil*, Diário de Pernambuco, 11 de maio de 1975a, p.4.

Ariano Suassuna assume a Secretária de Educação e Cultura do Recife hoje. Diário de Pernambuco, 31 de março, 1975b. p.3.

FILHO, Hermílio Borba. *O Prefeito e o Escritor*, Diário de Pernambuco, 3 de abril de 1975c, p.4.

Ariano como Secretário. Diário de Pernambuco, 20 de maio de 1975d, p.28.

SUASSUNA, Ariano. *A confissão desesperada*, Diário de Pernambuco, 26 de junho de 1977a, p.13.

_____. *O Rei, o Senador e o Presidente*, Diário de Pernambuco, 3 de julho de 1977b, p.15.

_____. *O Rei e as Forças Armadas*, Diário de Pernambuco, 10 de julho de 1977c, p.13.

_____. *Carter e o MDB*, Diário de Pernambuco, 16 e 17 de julho de 1977d, p.12.

_____. *Entrevista*, Diário de Pernambuco, 24 de julho de 1977e, p.13.

_____. *A utopia, a soja e as cabras*, Diário de Pernambuco, 31 de julho de 1977f, p.15.

_____. *Por que não sou comunista*, Diário de Pernambuco, 7 de agosto de 1977g, p.15

_____. *Brasil, Exército e esquerda*, Diário de Pernambuco, 4 de setembro de 1977h, p.13.

_____. *Porque não sou da Arena*, Diário de Pernambuco, 11 de setembro de 1977i, p.13.

_____. *Comunistas e Socialistas*, Diário de Pernambuco, 25 de dezembro de 1977j, p.13

_____. *Euler, 1964 e 1968*, Diário de Pernambuco, 25 de junho de 1978a, p.9.

_____. *A política e eu*, Diário de Pernambuco, 2 de julho de 1978b, p.9.

_____. *Gandhi, de Gaulle e o Rei*, Diário de Pernambuco, 30 de julho de 1978c, p.13.

_____. *Euler e Magalhães*, Diário de Pernambuco, 13 de agosto de 1978d, p.9.

_____. *Euler e a integração nacional*, Diário de Pernambuco, 3 de

setembro de 1978e, p.9.

_____. *Euler e Costa e Silva*, Diário de Pernambuco, 10 de setembro de 1978f, p.9.

_____. *Euler e Médici*, Diário de Pernambuco, 17 de setembro de 1978g, p.9.

_____. *O governo Geisel*, Diário de Pernambuco, 24 de setembro de 1978h, p.11.

_____. *Euler e a Segurança Nacional*, Diário de Pernambuco, 15 de outubro de 1978i, p.11.

_____. *Brasil - Nação ou entreposto*, Diário de Pernambuco, 31 de outubro de 1978j, p.11.

_____. *Natal Selvagem*, Diário de Pernambuco, 21 de dezembro de 1978k, p.13.

_____. *Manifesto à nação*, Diário de Pernambuco, 25 de março de 1979a, p.11.

Grupo faz manifesto à nação pedindo uma ordem social mais justa, Diário de Pernambuco, 18 de abril, 1979b, p.3.

_____. *O Xá e o Aiatolá*, Diário de Pernambuco, 21 e 22 de abril de 1979c, p.11.

_____. *Anistia*, Diário de Pernambuco, 17 de junho de 1979d, p.11.

Dr Arns insiste na anistia irrestrita, Diário de Pernambuco, 8 de julho de 1979e.

_____. *O partido comunista*, Diário de Pernambuco, 15 de julho de 1979f.

_____. *UDN e MDB*, Diário de Pernambuco, 22 de julho de 1979g

MDB se dilacerou como frente, Diário de Pernambuco, 22 de julho de 1979h

_____. *Mea culpa*, Diário de Pernambuco, 2 de setembro de 1979i, p.11

_____. *Outro Mea Culpa*, Diário de Pernambuco, 9 de setembro de 1979j, p.11

Já definidos pontos fundamentais da reforma partidária, Diário de Pernambuco, 7 de outubro de 1979k, p.1

_____. *Irã só troca reféns pelo xá*, Diário de Pernambuco, 6 de novembro de 1979l, p.12

_____. *Khomeini*, Diário de Pernambuco, 2 de dezembro de 1979p, p.11

_____. *Irã e Brasil*, Diário de Pernambuco, 9 de dezembro de 1979q,

p.11

_____. *Carter e o Xá*, Diário de Pernambuco, 16 de dezembro de 1979r,

p.13

_____. *Paulo Freire*, Diário de Pernambuco, 06 de julho de 1979t, p.13

_____. *Delfim Netto e o Cabreiro*, Diário de Pernambuco, 13 de janeiro de 1980, p.11.

_____. *Nacionalismo*, Diário de Pernambuco, 20 de janeiro de 1980, p.11

_____. *Prestes e a oposição*, Diário de Pernambuco, 27 de janeiro de 1980, p.11

Entrevista: Figueiredo garante continuidade do programa de redemocratização, Diário de Pernambuco, 1 de fevereiro de 1980a, p.1

Um programa social, Diário de Pernambuco, 1 de fevereiro de 1980b, p.1

_____. *Os partidos*, Diário de Pernambuco, 3 de fevereiro de 1980c, p.11

_____. *O PSD*, Diário de Pernambuco, 10 de fevereiro de 1980d, p.13

_____. *O Terceiro Mundo*, Diário de Pernambuco, 17 de fevereiro de 1980e, p.11

_____. *Boicote ao governo*, Diário de Pernambuco, 9 de março de 1980f, p.11

_____. *Kissinger e nós*, Diário de Pernambuco, 13 de abril de 1980g, p.11

_____. *Viva o general Ayrosa!*, Diário de Pernambuco, 20 de abril de 1980h, p.11

_____. *O nacionalismo*, Diário de Pernambuco, 8 de junho de 1980i, p.11

_____. *O Papa e o Presidente*, Diário de Pernambuco, 13 de julho de 1980j, p.11

_____. *A escola de Recife*, Diário de Pernambuco, 20 de julho de 1980k, p.11

_____. *O terror e o Brasil*, Diário de Pernambuco, 21 de setembro de 1980l, p.11

_____. *O aiatolá e nós*, Diário de Pernambuco, 12 de outubro de 1980m, p.11

- _____. *O Brasil e o Irã*, Diário de Pernambuco, 19 de outubro de 1980n, p.11
- _____. *O teatro incendiado*, Diário de Pernambuco, 9 de novembro de 1980o, p.11
- _____. *Soares, Murilo e Farias*, Diário de Pernambuco, 15 de fevereiro de 1981a
- _____. *Guerra Civil*, Diário de Pernambuco, 22 de fevereiro de 1981b
- _____. *A riqueza dos pobres*, Diário de Pernambuco, 5 de abril de 1981c, p.13
- _____. *Cristo em carne e osso*, Diário de Pernambuco, 12 de abril de 1981d, p.11
- _____. *Nacionalismo e brigadeiro*, Diário de Pernambuco, 26 de abril 1981e, p.11
- _____. *Nacionalismos*, Diário de Pernambuco, 17 de maio de 1981f, p.13
- _____. *Sobre a violência*, Diário de Pernambuco, 7 de junho de 1981g, p.13
- _____. *Gandhi e o socialismo*, Diário de Pernambuco, 14 de junho de 1981h, p.11
- _____. *Mitterrand e nós*, Diário de Pernambuco, 21 de junho de 1981i, p.13
- _____. *O Brasil, a França e a mentira*, Diário de Pernambuco, 5 de julho de 1981j, p.13
- _____. *Cartas*, Diário de Pernambuco, 12 de junho de 1981k, p.13
- _____. *Alceu e o socialismo*, Diário de Pernambuco, 19 de julho de 1981l, p.11
- _____. *Comércio local ameaçado pelas multinacionais*, Diário de Pernambuco, 26 de julho de 1981m, p.1
- _____. *Fanatismo político e religioso*, Diário de Pernambuco, 26 de julho de 1981n, p.11
- _____. *Alceu, Irã e Eu*, Diário de Pernambuco, 2 de agosto de 1981o, p.11
- _____. *Apreço*, Diário de Pernambuco, 9 de agosto de 1981p, p.1.

_____. *Despedida*, Diário de Pernambuco, 9 de agosto de 1981q, p.13.

Links

Roda Viva / Ariano Suassuna / 06/05/2002, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WUjcJNtSaqU>. Acesso 27/06/2020, 21h15.

Palestra de Ariano Suassuna, 2011, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HuRc-UVxIbk>. Acesso, 10/06/2020, 15h30.

Ariano Suassuna no Jô Soares, 2000, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kOFV8sbnI9c>, acesso 01/07/2020, 13:54.

Dicionário amoroso do Recife, 2014, disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2014/07/29/ariano-suassuna-uma-conversa/>, Acesso em 04/07/2020, às 00:30.

Aula Espetáculo de Ariano no TST, 2012, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8ieVa2tVPac&t=3416s>, acesso em 15/09/2020, 20:43.

NEWTON JUNIOR, Carlos. **Ariano Suassuna e a cultura popular brasileira: vida e obra**, 2014, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kVehJeUYX2U>, acesso em 17/09/2020, 21:52

Cultura popular e resistência nacional, 2009, disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/100/cat/630/cultura-popular-e-resistência-nacional-.html>, acesso em 12/09/2020.

Entrevista com Ariano Suassuna, 1997, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bwASBXgOeQ4&t=1941s>, acesso em 16/09/2020, 00:09.

Especial: Homenagem à Ariano Suassuna, 2014, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=klrD8B4dIIA&t=67s>, acesso em 15/09/2020, 22:40.

Ariano Suassuna – uma entrevista, 2013, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-gMgtRLYk5k>, acesso em 01/10/2020, 12:27.

Recordar é TV reverencia o talento de Ariano Suassuna, 2018, Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JYwqtT5LX_0&t=188s. Acesso 05/03/2021, 21:07.

Memórias da Ditadura. Dom Paulo Evaristo Arns. Disponível em:

<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/dom-paulo-evaristo-arns/>.

Acesso 28/12/2020.

MONTEIRO, Euler Bentes. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930.*

Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/monteiro-euler-bentes>>. Acesso em: 29/12/2020, 15:37.

Partido Comunista Brasileiro. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-*

1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>>. Acesso em: 30/12/2020, 22:37.

O País de São Saruê. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras.

São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em:

<<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra67385/o-pais-de-sao-sarue>>. Acesso em: 21/05/2021.

QUEIROZ, Rachel. *Roda Viva*, 1991. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=zzCoEwnI-Ek&t=2191s>. Acesso em: 15/03/2021.